

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

CONVERGÊNCIA DE PAÍSES VS DIVERGÊNCIA DE
REGIÕES NA UNIÃO EUROPEIA
- O CASO PORTUGUÊS -

RUI GUILHERME LOURENÇO LOPES PEREIRA

Orientação: Prof. Doutor Augusto Mateus

Júri:

Presidente: Prof. Doutor José António Pereirinha

Vogais: Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

Prof. Doutor Augusto Mateus

Setembro/2003



Índice Geral

Índice de Quadro, Gráficos e Figuras

Resumo em Português

Resumo em Inglês

Prefácio..... pág. 10

Capítulo 1 - Teorias económicas explicativas da convergência e das

assimetrias regionais pág. 13

I - Convergência Europeia: Real e Nominal..... pág. 13

II - Coesão e Convergência..... pág. 15

III – O Catching-up Económico e a convergência das economias.....pág. 18

IV - Contributos teóricos para o problema da convergência.....pág. 20

IV.1 - Teorias da convergência económicapág. 20

IV.1.1 - Teorias da convergência.....pág. 20

IV.1.2 - Convergência absoluta - beta (β) e convergência
condicional - sigma (σ) – noções..... ... pág. 21

IV.1.2.1 - Convergência Beta (β).....pág. 25

IV.1.2.2 - Convergência Sigma (σ)..... pág. 26

IV.1.2.3 - A interdependência existente entre as
convergências β e σpág. 29

IV.1.3 – Alguns contributos teóricos sobre o tema da
convergência económica..... .pág. 33

IV.1.4 - O índice de Atkinson e a convergência sigma.....pág. 34

IV.1.5 – Teoria do crescimento endógeno.....pág. 36

Capítulo 2 - As Políticas Públicas de Promoção da Convergência:

- o caso dos fundos estruturais.....pág. 38

I - Introdução.....pág. 38

II - Os Fundos Estruturais Europeus.....pág. 43

III – A Eficácia regional dos Fundos Estruturais.....pág. 51

IV - Os Quadros Comunitários de Apoio em Portugal – a sua evolução.....pág. 55

V – O alargamento da U.E. e o impacto nos Fundos Estruturais.....pág. 65

Capítulo 3 - A Convergência na Europa (1986-2000).....pág. 68

I - Diversidade Regional e Política de Convergência.....pág. 68

II - A nova geografia económica da Europa.....pág. 69

III - Convergência Europeia.....pág. 72

IV – A articulação entre a competitividade e o processo de convergência.....pág. 77

V - Factores que promovem e dificultam a convergência.....pág. 83

VI - Processo de convergência português.....pág. 89

VII - Evolução das regiões portuguesas no contexto da convergência europeia
- NUTS II.....pág. 108

VIII - Recuperação regional: o peso da dependência nacionalpág. 124

Capítulo 4 – O futuro da União Europeia e as perspectivas de convergência.....pág. 127

...

Capítulo 5 - Considerações Finais.....pág. 141

Bibliografia.....pág. 147

Anexos

Índice de Quadros, Gráficos e Figuras



Quadros

Quadro I – Objectivos dos Fundos Estruturais (1994-1999).....	pág. 41
Quadro II – Tempos de percurso (1999/2006).....	pág. 61
Quadro III – Evolução das exportações portuguesas para alguns países da U.E. no período 1980-1991.....	pág. 94
Quadro IV – Evolução das importações portuguesas de alguns países da U.E. no período 1980-1991.....	pág. 94
Quadro V – Regiões portuguesas (1950)	pág. 108
Quadro VI – Regiões portuguesas (1977)	pág. 109
Quadro VII – Regiões portuguesas – Produtividade Média (1950).....	pág. 110
Quadro VIII – Regiões portuguesas – Produtividade Média (1977)	pág. 110
Quadro IX – Survey de algumas regiões europeias (1986/1988)	pág. 111
Quadro X – Survey de algumas regiões europeias (1995/1997)	pág. 112

Gráficos

Gráfico I – Fundos Estruturais (1994-1999).....	pág. 46
Gráfico II – Investimento em Portugal durante o I e II QCA – per capita..	pág. 48
Gráfico III – Taxa de crescimento do PIB em Portugal durante o II QCA.	pág. 58
Gráfico IV – Evolução do PIB nas regiões mais pobres da Europa (1986/1996).....	pág. 79
Gráfico V – Evolução do PIB português no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão.....	pág. 95
Gráfico VI – Evolução da produtividade portuguesa no período 1961/1996 relativamente aos países da coesão.....	pág. 96
Gráfico VII – Evolução do emprego português no período 1961/1996 relativamente aos países da coesão.....	pág. 97
Gráfico VIII – Evolução do emprego por sector de actividade – 2000.....	pág. 100

Gráfico IX – Evolução da taxa de emprego (pop. 15-64 Anos) - (2000).....pág. 102

Gráfico X – Evolução do desemprego português no período 1961-1996....pág. 103

Gráfico XI – Evolução das export. portuguesas no período 1961-1996.....pág. 105

Gráfico XII – Evolução das import. portuguesas no período 1961-1996....pág. 106

Gráfico XIII – Nível de instrução da população (2000).....pág. 106

Figuras

Figura I – Taxa de emprego – total (1999).....pág. 98

Figura II – Taxa de emprego – homens/mulheres (1999)pág. 99

Figura III – Emprego por sector (1999)pág. 101

Figura IV – Taxa de desemprego por região (1999)pág. 104

Convergência de Países vs Divergência de Regiões na União Europeia. O Caso Português

Rui Guilherme Lourenço Lopes Pereira

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientador: Dr. Augusto Mateus

Provas Concluídas em:

RESUMO

A convergência europeia, tema muito discutido nos dias de hoje, é abordada neste trabalho com o objectivo de mostrar que as assimetrias entre os Estados-Membros da União Europeia ainda são bastante visíveis, nomeadamente ao nível das suas regiões.

Para tal, é inicialmente feita uma breve abordagem teórica ao tema da convergência, com intuito de possibilitar um contacto com o tema numa maneira mais abstracta, sem que seja feita uma referência específica às áreas abordadas posteriormente.

Posteriormente faz-se uma referência aos fundos estruturais, um dos expoentes das políticas de promoção da convergência, com especial incidência para o Quadro Comunitário de Apoio, e a influência que este exerceu sobre o nosso País desde que entrou em vigor em 1989.

Outro dos pontos focados nesta dissertação, é o da convergência europeia, nomeadamente a partir de 1986, ano em que oficialmente Portugal entrou para a União Europeia. Faz-se uma análise a alguns dos mais importantes indicadores económicos de maneira a mostrar as divergências existentes entre os Estados-

-Membros e a sua evolução ao longo dos últimos anos, para deste modo se poderem tirar algumas ilações sobre o que tem vindo a ser feito neste âmbito.

O caso português é igualmente alvo de estudo, pois sendo Portugal um membro dos chamados Países da coesão, fazia todo o sentido que ele fosse aqui abordado, visto que as suas vicissitudes são todas por nós sentidas.

Num dos capítulos finais abordamos o futuro da U.E. considerando alguns cenários possíveis para o desenrolar deste processo de integração.

Por fim, em jeito de conclusão, serão feitas algumas considerações finais sobre o tema em discussão.

Palavras Chave: Coesão, Convergência, Portugal, Quadro Comunitário de Apoio, Regiões e União Europeia.

Convergence of Countries vs Divergence of Regions in the European Union: The Portuguese Case

Rui Guilherme Lourenço Lopes Pereira

Master's in: International Cooperation and Development

Supervisor: PhD. Augusto Mateus

Vivas Completed on:

SUMMARY

The European convergence, subject very argued nowadays, is boarded in this work with the objective to show that the asymmetries between the State Members of the European Union still are sufficiently visible, nominated to the level of its regions.

For such, initially one brief theoretical boarding to the convergence is made, with intention to make possible a contact with the subject in a abstract way, without a specific reference to the boarded areas which we will make reference later.

Later one is made a reference to the structural funds, one of the exponents of the politics of promotion of the convergence, with special incidence to the Community Support Framework, and the influence that this exerted on our country since that it entered in action in 1989. Another subject of this dissertation is the European Convergence, mainly from 1986, year which officially Portugal entered for the European Union. An analysis to some of the most important economic statistics shows the existing divergences between State-Members and its evolution for the last years, which make possible for us to take off some illations on what have been made on this scope.

The Portuguese case is also a study target, because if Portugal is also a cohesion country member it makes all sense that it would be boarded here, because all of it problems are felt by us. It evolution in range of European convergence, since early fifties till today it was also an investigation theme.

We board also the future of E.U. explaining some scenario in this works in the integration process.

Finally, we make some conclusions about the subject although other perspectives could be analysed.

Keywords: Cohesion, Convergence, Portugal, Community Support Framework, Regions and European Union.

Prefácio

A análise existente em torno das disparidades regionais ou nacionais não teve agora o seu início, nem os resultados apresentados até à data são os mais esclarecedores. Deste modo, pensamos que este trabalho será apenas mais um instrumento de análise para aqueles que pretendem saber um pouco mais sobre o complexo sistema de integração europeia em que Portugal se encontra envolvido.

No entanto, apesar de complexo, cada vez mais autores tentam explicá-lo, assim como, as assimetrias existentes entre regiões ou Países que compõem a União.

O nosso papel neste trabalho, é de apenas dar uma ideia do que se passa no processo de construção europeia em que vivemos, dando especial ênfase à convergência europeia e ao desenvolvimento que Portugal tem tido neste processo.

Para tal, a presente tese, sob o tema “Convergência de Países vs Divergência de Regiões: O Caso Português”, é objecto de uma apresentação composta essencialmente por cinco capítulos, os quais focam através de diferentes abordagens o tema da convergência europeia:

Capítulo 1 - Teorias económicas explicativas da convergência e das assimetrias regionais: neste capítulo, procuramos retractar determinadas ideias que têm como propósito o enquadramento teórico da matéria desenvolvida. Temas como a convergência europeia, coesão e *catching-up* económico merecem a nossa atenção. Determinados modelos teóricos que explicam o tema de uma forma mais racional, são igualmente alvo de explanação.

Capítulo 2 - As Políticas Públicas de Promoção da Convergência: o caso dos fundos estruturais”: este segundo capítulo tem como finalidade explicar o

contributo dos fundos estruturais para o desenvolvimento da economia europeia, nomeadamente a dos quinze.

Verificaremos que, apesar da importância do seu papel, é desejável que sejam acompanhados por outros fundos, sejam eles do foro nacional ou mesmo internacional, pois só assim os resultados pretendidos poderão ser mais consistentes. Só com a conjugação dos vários apoios existentes, é que uma economia que se encontre atrasada relativamente às suas congéneres europeias, como é o caso da portuguesa, pode aspirar no médio ou mesmo longo prazo a tão almejada convergência.

Neste capítulo faz-se igualmente referência ao importantíssimo papel que os QCA (Quadros Comunitários de Apoio) tem vindo a desempenhar no nosso País, promovendo a convergência económica e a coesão económica e social.

Julgamos que, sem o apoio da U.E. na figura dos QCA, a posição ocupada por Portugal no cômputo dos Países europeus estaria muito pior, possivelmente em igualdade com algumas economias dos Países do Leste europeu.

Temos que ter bem presente, que a partir de 2006, muito dificilmente viremos a ter uma posição privilegiada como a que detemos agora. Nunca, em toda a história de Portugal, se dispôs de tanto, para podermos alterar o bem-estar dos cidadãos.

Capítulo 3 – Convergência na Europa (1986-2000): é nosso objectivo neste capítulo fazer uma retrospectiva da situação europeia desde 1986 até aos nossos dias, relativamente ao tema da convergência. Os esforços que têm vindo a ser feitos têm dados os seus frutos e não deverão ser descurados. No entanto, observaremos que a situação não é homogénea no cômputo de todos os Estados-

-Membros, uma vez que uns têm convergido mais rapidamente que outros, e mesmo as suas regiões têm convergido de maneira diferente entre si.

Somos apologistas de que este esforço não pode terminar, e esperamos que o planeamento feito até 2006 colha os melhores frutos. É sinal que, não só a economia europeia se está a desenvolver, mas também a de cada País individualmente, facto que inclui, obviamente, Portugal.

No que se refere à convergência de Portugal, esta tem sido bem evidente. Iremos verificar que esta talvez tenha sido mais acentuada no período que vai até 1995, porque a conjuntura assim o permitia. Contudo, em virtude dos vários constrangimentos que a situação mundial sofreu desde então, não foi possível ao nosso País voltar a realizar os níveis de convergência até então verificados.

Capítulo 4 – O futuro da União Europeia e as perspectivas de convergência: este quarto capítulo aborda, em termos de reflexão conclusiva, a articulação entre o futuro da União Europeia e respectiva delimitação geográfica num conjunto de cenários em que se perspectiva haver alguma convergência.

Capítulo 5 – Considerações Finais: neste último capítulo procura-se apresentar uma breve súmula dos capítulos precedentes. Algumas conclusões às quais chegámos são igualmente focadas neste ponto.

Capítulo 1

Teorias económicas explicativas da convergência e das assimetrias regionais

I - Convergência Europeia: Real e Nominal

O que é a convergência?

Convergência significa de uma maneira geral, a aproximação de níveis ou padrões de vida das populações. Uma integração em que se acentuam as desigualdades entre os povos, entre as regiões, entre as unidades num espaço comunitário é uma integração dita, empobrecida ou distorcida. Por outro lado, uma integração que reduza as desigualdades é uma integração bem sucedida.

Actualmente o problema da convergência é algo de preocupante. A U.E., que foi fundada com apenas seis Países, foi-se alargando. Primeiro a Norte, depois a Sul (com Portugal, entre outros) e por fim um alargamento à Europa Central e do Norte. Agora que se perspectiva um alargamento a Leste, a U.E. vai-se deparando com grandes divergências a nível interno, sobretudo no que concerne aos padrões e níveis de vida, mas também ao nível cultural.

Neste âmbito, o problema da convergência tem vindo a ter uma tendência para tornar-se um problema central, ao invés de um problema menor, ao qual os teóricos se dedicavam para medir os níveis de aproximação ou distanciamento entre regiões ou Países do espaço comunitário.

Se a U.E. se tornar um espaço onde uns são cada vez mais desenvolvidos à custa de outros, a desejada integração não realizará os seus objectivos, quer eles sejam, políticos, económicos, sociais ou culturais, e, a coesão não se concretizará.

A convergência tem duas vertentes. A chamada convergência real, ligada à ideia da convergência dos padrões de vida, à aproximação entre os povos em termos de acesso aos bens da cultura, incluindo os bens económicos de acordo com uma maior igualdade.

Só haverá integração económica se houver desenvolvimento, ou seja, expansão com emprego, com critérios de igualdade sustentável à escala da U.E., de maneira que signifique o reforço da coesão pela melhoria partilhada por todos, de acordo com critérios que reduzam e não agravem as desigualdades. Convergência real é assim, desenvolvimento à escala de toda U.E.

Por outro lado, temos a convergência nominal. Esta designação está intimamente ligada à política da União Económica e Monetária. Com o Acto Único Europeu, a U.E. pretendeu abolir as barreiras internas existentes e criar um Mercado Interno Único, substituindo progressivamente as moedas de cada um dos Países por uma moeda única. Neste contexto, a convergência nominal, consiste num conjunto de escolhas de política económica, que ao nível da U.E., e de acordo com os critérios definidos no Tratado da União Europeia, foram feitas como condições de estabilidade monetária e financeira que viabilizariam a integração de cada País na futura U.E.M.

A teoria da convergência económica refere que regiões ou Países menos desenvolvidos tendem a apresentar maiores níveis de crescimento no seu rendimento per capita relativamente às regiões ou Países mais desenvolvidos, verificando-se deste modo uma certa tendência para haver convergência entre os dois parâmetros comparados. Podemos assim constatar que, no que respeita ao conjunto dos Países da U.E., estes ainda não apresentam a tão desejada convergência. É bem patente, apesar das alterações verificadas ao longo dos anos que, sendo mais rápida a convergência nos ditos Países pobres da U.E. (Países da coesão), continua a ser possível fazer uma clara distinção entre Países ricos e

Países pobres. Se tivermos a noção que nos tempos mais próximos é capaz de haver um alargamento da U.E. para cerca de 27 Países (inclusão dos Países do antigo Pacto de Varsóvia)¹, como será possível satisfazer os desejos de Schuman e Monet, criando uma comunidade una? É verdade que se os Países que fazem parte da U.E. apresentarem exactamente as mesmas características no que respeita à taxa de crescimento da população, propensão à poupança e taxa de depreciação das reservas monetárias, no longo prazo, o seu rendimento per capita será igual, no entanto, realce-se que apesar de no curto prazo as diferenças entre as partes envolvidas serem notórias, com o passar do tempo elas desaparecerão devido ao maior crescimento por parte das economias mais desfavorecidas.

II - Coesão e Convergência

O objectivo de redução das disparidades dos níveis de desenvolvimento entre os Estados-Membros tem sido uma das principais preocupações da U.E., estando esta declarada no Tratado de Maastricht. Para tal, a actuação é feita essencialmente com base nos fundos estruturais, no fundo de coesão e no BEI.

O aprofundar da coesão económica e social no contexto europeu reflecte o peso que foi atribuído aos valores da equidade e da solidariedade no referido Tratado. O relatório Delors refere no seu texto, que o caminho para uma maior integração económica e monetária acarreta não só ganhos, mas igualmente a possibilidade de alguns riscos para as regiões menos desenvolvidas da U.E. Sendo assim, o objectivo da coesão económica e social ganhou bastante importância na medida em que o processo de integração não garante por si só a convergência real entre as várias regiões da U.E.

Os programas de fundos estruturais têm por objectivo fundamental contribuir para a redução da relativa escassez de capital público, privado e humano, que

¹ Exemplo: Hungria, Republica Checa, Roménia, Estónia, Letónia, Lituânia, entre outros.

regra geral afecta os Estados-Membros menos desenvolvidos. A acumulação de capital feita por estes, assim como, a melhoria da qualidade média dos fluxos de investimento deverá contribuir para aumentar o potencial de oferta das economias que recebem estes fundos. Para além do impacto sobre a oferta que estes fundos têm, o impacto sobre a procura é igualmente evidente, na medida em que, os preços tendem a alterar-se.

Porém, a aplicação dos fundos obriga os Estados a respeitar princípios como sejam, o da complementaridade e o da adicionalidade. O primeiro consiste na cobertura de parte dos custos elegíveis dos projectos pelo Estado, ou mesmo, instituições privadas do País de destino. O segundo traduz a ideia de que, os Estados-Membros não poderão reduzir os seus compromissos de participação financeira nas várias áreas objectivo de aplicação dos fundos.

Refira-se que Ducci aborda o tema da integração europeia, focando essencialmente o papel das regiões (ver caixa).

As regiões e o processo de integração na U.E.

A U.E. não é apenas um mercado comum ou uma área de livre comércio, nem mesmo - num futuro próximo - apenas uma área de moeda única. É bem verdade que a U.E. sempre esteve e sempre estará muito próxima a estes conceitos. Por outro lado, ela é e tem sido algo diferente. As políticas regionais são um dos factores que fazem esta diferença.

Apesar da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas dentro do mercado comum, assim como, hoje em dia estamos habituados a dizer, ser um instrumento fundamental para a existência de integração, ele não é o único.

Até final dos anos 80 e começo da década de 90, falávamos em Comunidade. A procura por uma unidade de mercado da Comunidade era baseada em acções comuns em vários sectores (as chamadas políticas comuns) a fim de acompanhar, e às vezes moderar os efeitos mecânicos de uma liberalização económica.

Nos idos anos 50, este foi o caso para as indústrias do carvão e do aço, e na década seguinte para a agricultura. A política agrícola comum (PAC) foi talvez o exemplo mais elaborado de uma política comum.

Diferenças regionais, inerentes ao processo de integração, transformaram-se em pouco tempo numa das principais preocupações da Comunidade. A partir deste ponto, as bases da política regional protegeram as áreas em declínio e apoiaram o desenvolvimento dos Estados-Membros mais pobres.

Para a política regional, assim como, para a agricultura, a Comunidade alcançou o modelo mais avançado de política comum. Para a política regional era claro, mesmo a partir dos anos 70, que os esforços comuns deveriam transformar-se em fundos, pondo recursos comuns à disposição das áreas mais necessitadas, para, a partir daqui, melhorar as infra-estruturas e o planeamento regional da economia.

A criação de um espaço económico unitário, através de um mercado comum, em consequência da adopção de políticas comuns, acabou tendo os seus próprios efeitos regionais, por vezes para além das intenções dos legisladores da Comunidade. Este facto promoveu a disparidade entre as regiões, como aconteceu num caso específico de uma PAC, cuja política aprofundava as diferenças entre a produção leiteira, de carne e as áreas de cultivo de cereais, do nordeste europeu, e as áreas mediterrânicas mais pobres normalmente voltadas para o cultivo dos cereais.

Não foi fácil para a U.E. conseguir controlar as disparidades. Com os sucessivos alargamentos que a U.E. sofreu, correu o risco de aumentar as disparidades regionais, ao separar os seus principais membros das áreas periféricas (Irlanda, Espanha, Grécia e Portugal). Para tal, foi criado um fundo especial para promover a coesão entre os Estados-Membros.

As despesas com a política regional rondam os 20 a 30% do orçamento da U.E. Os valores que são introduzidos nas regiões provêm de várias fontes, e são aplicados em estruturas agrícolas, organização de infra-estruturas comuns, reeducação social, revitalização de áreas em declínio, entre outras.



Se o orçamento tem sido bem aplicado ou não, não nos compete a nós julgar quem quer que seja, no entanto, podemos referir o facto de as regiões terem vindo a ter um papel cada vez mais preponderante ao nível das instâncias comunitárias, nomeadamente através do Comité das Regiões. *António Ducci (adaptado)*

III – O *Catching-up* Económico e a convergência das economias

A chamada convergência absoluta só se obtém quando os territórios menos desenvolvidos desenvolverem um processo de *catching-up* relativamente aqueles que já se encontram mais desenvolvidos. Para o efeito, é necessário que as políticas aí adstritas assim o pretendam, e também, que isso seja um dos objectivos a atingir por parte dos territórios envolvidos. A ideia de *catching-up* consiste em *copiar a baixo custo as evoluções tecnológicas realizadas nos Países mais desenvolvidos, os chamados Países líderes, por aqueles que são seus seguidores*². É necessário que as economias mais atrasadas disponham de uma certa capacidade para conseguirem absorver as tecnologias exteriores e as consigam aplicar para proveito próprio. Se não forem dotadas desta faculdade o insucesso poderá estar premente, originando as assimetrias existentes no PIB de cada País³. O conceito de *catching-up* aparece ligado às chamadas causas remotas (enquadramento macroeconómico, âmbito económico, político e social em que os agentes económicos se movem) e próximas (ligadas aos conceitos de qualidade e quantidade dos factores produtivos e a respectiva interligação entre si) da convergência. Isto em virtude do envolvimento que têm com a capacidade que uma economia possui para poder usar novas tecnologias, mas também se a mão-de-obra dispõe do *know-how* suficiente para as poder usar, se há meios nas empresas para a desenvolver, etc.

² Barro, R. (1992)

³ Abramovitz, M. (1986)

Outras condições necessárias para que se dê a convergência entre as economias, poderão ser os níveis fortes de investimento, nomeadamente investimento directo estrangeiro, mão-de-obra qualificada e com experiência, grande incremento da I&D, circulação da informação, relações comerciais estáveis com outros Países, estrutura governamental preparada para os possíveis constrangimentos, fraco crescimento da população e acumulação de capital.

Uma das principais razões para que determinadas regiões vejam a sua convergência muito atrasada, tem a ver com o facto de que os objectivos que delinearam para tal, terem sido feitos a muito longo prazo, ou então, por outro lado, podemos referir o facto de haver muitas assimetrias entre aquilo que cada região quer para si. Normalmente os governos das áreas abrangidas é que decidem quais os objectivos que devem ser atingidos. Se a sua capacidade para influenciar o poder central for relativamente boa, aquilo que possam pretender tem muito mais possibilidades de ser atingido.

Para objectivos que se estabelecem no longo prazo, a possibilidade de vir a haver convergência é muito relativa. Esta depende da velocidade e da orientação que a economia leva para atingir as suas aspirações. Esta velocidade, depende de aspectos como sejam o retorno de capitais, o comportamento das poupanças, a mobilidade que têm os capitais e a mão-de-obra e a propagação que têm as inovações tecnológicas para as regiões menos desenvolvidas⁴.

⁴ Barro, R. (1992)

IV – Contributos teóricos para o problema da convergência

IV.1 - Teorias da convergência económica

Este ponto servirá para analisar alguns contributos de autores neoclássicos (lado da oferta), cientes de que a questão da convergência fundamentada pela lei dos rendimentos decrescentes não convence os mais letrados.

Sugerimos várias formas alternativas de análise da convergência, baseados no estudo das taxas de crescimento, e não na lei dos rendimentos decrescentes.

IV.1.1 - Teorias da convergência

O fenómeno da globalização permite demonstrar de uma maneira mais clara as diferenças económico-sociais e mesmo políticas existentes. Associado a esta noção aparece o fenómeno da convergência. Muito utilizado no contexto do processo de integração europeia, fazia todo o sentido abordar a sua componente teórica devido ao facto de ser um dos objectos centrais desta tese.

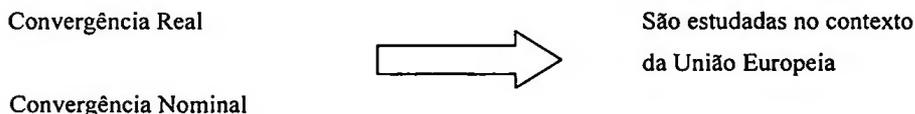
O objectivo da coesão económica e social previsto no Tratado de Maastricht, deixa bem patente que na Europa não são alimentadas esperanças do fenómeno da convergência surgir com o funcionamento do próprio mercado interno.

Os recursos dirigidos para os fundos estruturais são constantemente reforçados, deixando este facto bem claro que o processo não tem como que uma solução automática. Convém igualmente ter presente, que o tema em causa, como já foi referido, é constante alvo de discussão no seio da U.E.

O processo de convergência da U.E. não assenta nas taxas de crescimento. As noções de convergência real (aproximação dos níveis do PIB pc e da taxa de desemprego) e nominal (aproximação dos níveis do défice, da dívida, das taxas de juro e de inflação) retratadas no ponto I deste capítulo, são os grandes lemes de orientação da convergência europeia.

Para que se criem condições necessárias à convergência real é necessário que se satisfaçam os critérios que originem a convergência nominal.

Podemos assim esclarecer que:



IV.1.2 - Convergência absoluta - beta (β) e convergência condicional - sigma (σ) - noções

Autores como Carlino e Mills (1996) têm defendido que a convergência tem vindo a ser alvo de análise e investigação recente tendo como objecto os Países e as regiões.

Para autores nomeadamente clássicos, a noção de convergência entre Países é explicada por três factores. Em primeiro lugar refira-se o facto de a convergência ser apenas condicional num âmbito nacional, enquanto que a nível regional é igualmente absoluta. Em segundo lugar temos o facto de que a velocidade de convergência é extremamente lenta, visto ser apenas de 2%. Este facto implica que o processo ao qual está inerente pode levar décadas. Por fim, podemos alegar o facto do processo de convergência ser extremamente estável ao longo das mais

variadas amostras, sugerindo mesmo, uma impressionante regularidade dos mecanismos de convergência em diferentes economias^{5;6}.

Barro, realizou um estudo abrangendo um período temporal de 108 anos (1880-1988), com o objectivo de comparar a convergência que se desenrolou em 47 Estados dos E.U.A. e chegou à conclusão de que o comportamento das taxas de crescimento ao longo dos referidos Estados é consistente com a convergência verificada. As regiões mais desfavorecidas apresentam níveis de crescimento superiores às regiões mais desenvolvidas. A taxa de crescimento verificada situa-se na ordem dos 2% por ano. O estudo mostra o efeito do *catching-up* dos Estados do Sul dos E.U.A. relativamente aos seus congéneres do Norte. Os Estados do Maine e de Vermont comparativamente aos de Massachusetts e de Nova Iorque são exemplo disso.

Barro faz igualmente referência aos estudos do modelo de crescimento neoclássico realizados para uma economia fechada⁷. Este modelo refere que para se conseguir atingir determinados níveis de convergência é necessária a acumulação de capitais através da poupança, isto num âmbito de diminuição do chamado retorno.

À medida que uma economia acumula capital, e assim se desenvolve, a diminuição da taxa de retorno do capital tem a tendência para diminuir a taxa de crescimento. Assim as regiões mais desfavorecidas tendem a crescer mais depressa em virtude de terem uma maior taxa de retorno do capital.

⁵ Barro, R.

⁶ Barro, R.; Sala-I-Martin, X.

⁷ Estes estudos foram nomeadamente realizados por: Ramsey, Solow, Swan, Cass e Koopmans

Para estes teóricos, se diferentes economias têm de uma maneira geral a mesma tecnologia, preferências e políticas governamentais, o modelo *standard* de crescimento como que prevê uma forma de convergência absoluta.

As economias que dispõem de menores níveis de rendimentos e de produto por pessoa, têm tendência para apresentar graus de crescimento mais rápidos por pessoa, visto que menores valores de produto por pessoa traduzem-se numa maior produtividade do capital.

Analiticamente temos:

Se y_i for o rendimento per capita de uma dada economia y e y_i^* o objectivo a longo prazo que esta economia pretende atingir. Havendo economias com diferentes objectivos a longo prazo (y_i^*), a convergência que se virá a verificar é como que sujeita a determinadas condições, ou seja, uma economia crescerá mais depressa se os seus níveis de rendimento per capita (y_i) estiverem bastante distantes dos objectivos que pretendem atingir no longo prazo.

Há diferentes variáveis que poderão como que entrar em acção quando o rendimento per capita está muito abaixo do objectivo de longo prazo de determinada economia.

Entre estas variáveis encontramos:

- A mobilidade dos recursos humanos - extensões do modelo de crescimento neoclássico distinguem o sector que produz bens daquele que se pode denominar sector educativo, que produz o chamado capital humano. Este sector educativo é relativamente intensivo em capital humano, visto haver transmissão de conhecimentos dos professores para

os alunos. Uma região com abundância de capital humano tende a focar o seu investimento em capital físico. Um elevado rácio de capital humano sobre o capital físico irá levar a um elevado rácio de investimento no PIB. Um exemplo deste cenário foi que aconteceu na Alemanha e no Japão após a Segunda Grande Guerra, os quais, apesar de estarem completamente devastados dispunham de muita mão-de-obra para os poder reconstruir.

- A taxa de poupança - ao longo do processo de desenvolvimento de uma economia, a taxa de poupança nunca se manterá constante, mas, isso sim, subirá e descerá conforme a tendência do mercado. Se esta taxa for elevada com baixos níveis de rendimento per capita e a seguir cair com o desenvolvimento da economia, a taxa de convergência será maior. As regiões menos desenvolvidas crescerão mais depressa devido a uma maior taxa de retorno do capital, e também, devido a estes territórios terem maiores níveis de poupança. Em contrapartida, se os níveis da taxa de poupança forem inicialmente menores e diminuir com o crescimento da economia a taxa de convergência será implicitamente menor.
- Mobilidade do capital - a introdução do comércio internacional de activos produz dois efeitos no modelo de crescimento de uma economia. Primeiro os objectivos de longo prazo podem ser afectados. Os ganhos com o comércio e com a especialização sugerem que y_i^* crescerá com a abertura da economia. Outro efeito que se verificará, é o de que a possibilidade de pedir emprestado e usar capitais externos promoverá a velocidade de ajustamento da economia.

- Migração das pessoas - A mobilidade das pessoas através das economias que têm elevados rácios de capital através do trabalho, provocam uma alteração nos equilíbrios destes originando assim uma aceleração no processo de convergência.
- Difusão de tecnologia - uma economia designada seguidora tende a crescer mais depressa visto que não despense dinheiro em I&D, tendo logo em seu poder o produto acabado, assim como, se o retorno do capital for proveniente das chamadas economias líderes.

Barro e Sala-i-Martin (1995), assumem que, para o modelo de crescimento neoclássico, o conceito de convergência condicional tem de estar presente. Definem este tipo de convergência como sendo aquela em que partindo do princípio que uma economia se situa abaixo do seu ponto de estabilidade (capacidade produtiva) tende a crescer mais rapidamente. Por sua vez, estamos perante uma convergência absoluta quando as economias pobres tendem a crescer mais rapidamente que as economias dos Países ricos. Assim sendo, as economias dotadas de tecnologias semelhantes têm tendência para convergir.

Para Barro e Sala-i-Martin, um determinado tipo de tecnologia que não permita obter rendimentos de capitais decrescentes implica uma velocidade de convergência nula, seja a economia dita aberta ou fechada.

IV.1.2.1 - Convergência Beta (β)

Para Barro (1984,1991), Barro e Sala-i-Martin (1991,1995), Baumol (1986), assim como, para outros autores, a convergência dá-se quando uma economia dita pobre regista taxas de crescimento maiores do que uma considerada rica, pressupondo este facto de que é possível uma aproximação dos níveis do

rendimento. Para Barro e Sala-i-Martin, este acontecimento é designado por convergência beta.

Por sua vez, o processo designado por convergência sigma, ocorre quando o desvio do rendimento per capita entre as economias diminui.

Os autores acima citados são igualmente apologistas da ideia de que a designada convergência beta tende a gerar a convergência sigma, no entanto, este processo de convergência pode sofrer alguns contratempos que tenderão a aumentar a dispersão existente.

IV.1.2.2. - Convergência Sigma (σ)

Tendo presente a ideia sob a qual se rege o modelo neoclássico de crescimento, para o qual uma economia que esteja a abaixo do seu ponto de estabilidade tende a crescer mais rapidamente iremos agora fazer uma abordagem mais detalhada desta perspectiva.

Sabendo que uma economia pobre tende a desenvolver um processo de *catching-up* relativamente a economia rica em termos de rendimento per capita ou produto, Barro e Sala-i-Martin (1995) defendem a ideia de que a convergência beta dá origem a uma convergência de 2ª ordem. Estes autores nomeiam-na de convergência sigma ocorrendo esta se a dispersão existente diminuir.

Por sua vez, Mills e Carlino (1996) referem que este tipo de convergência é normalmente medido através do coeficiente de variação que se reduzirá ao longo do tempo. Para eles, a convergência sigma é o teste mais simples e normalmente mais usado, cujo conceito parte de Barro e Sala-i-Martin (1991).

Existem, contudo, formas alternativas de medir a convergência, assim como, processos para reduzir as assimetrias existentes. Assim, e não pondo em causa autores tão conceituados como os referidos, Lopes (1999), questiona, não só, a verdadeira eficiência da convergência beta e sigma, mas igualmente a relação existente entre elas.

Sendo um prolongamento do modelo de Solow-Swan, Barro e Sala-i-Martin (1995) utilizam o modelo de Ramsey para analisar a velocidade de crescimento de uma economia utilizando para o efeito duas variáveis.

Possuindo a desvantagem de apenas ser utilizado para uma aproximação dentro da vizinhança do ponto de estabilidade, permite provar a solução para se obter o coeficiente de convergência beta.

Segundo Lopes (1999), com base numa situação de estabilidade, e usando uma equação logarítmica linearizada temos⁸:

$$A \quad \log [\hat{y}] = e^{-\beta t} \cdot \log [\hat{y}(0)] + (1 - e^{-\beta t}) \cdot \log (\hat{y}^*) \quad \beta > 0$$

Qualquer que seja $t > 0$, o $\log (\hat{y} t)$ mede a média dos valores inicial e de estabilidade, ou seja, $\log [\hat{y}(0)]$ e $\log (\hat{y}^*)$ respectivamente, com o valor inicial declinando exponencialmente à taxa β como se constata pela equação.

Assim,

$e^{-\beta t}$ – coeficiente de declinação do rendimento no período inicial;

$\log [\hat{y}(0)]$ – taxa de crescimento do rendimento no período inicial;

$(1 - e^{-\beta t})$ – coeficiente de declinação do rendimento no ponto de estabilidade;

$\log (\hat{y}^*)$ – taxa de crescimento no ponto de estabilidade.

⁸ Para uma análise mais pormenorizada consultar Barro e Sala-i-Martin (1995)

A equação A implica que a taxa média de crescimento do rendimento per capita (y), ao longo de um intervalo ($0 < t < T$) é dada pela seguinte equação⁹ :

$$B \quad (1/T) \cdot \log [y(T)/y(0)] = x + (1 - e^{-\beta t})/T \cdot \log [\hat{y}^*/\hat{y}(0)]$$

Em que,

$(1/T) \cdot \log [y(T)/y(0)]$ – taxa de crescimento para um determinado período;

$(1 - e^{-\beta t})/T$ – coeficiente que refere a taxa de crescimento de y para o $\log [\hat{y}^*/\hat{y}(0)]$, que declina à medida que tende para T , para um dado β ;

x – taxa de crescimento de \hat{y}^* ;

(t, T) – são os limites inferior e superior de determinado período temporal.

Se não houver qualquer variação em determinado período de tempo, x será a taxa de crescimento de equilíbrio, ou seja, do ponto de estabilidade, e β a taxa de convergência.

Nesta equação (B), a taxa média de crescimento do rendimento per capita depende, pelo lado negativo do rácio $\hat{y}(0)/\hat{y}^*$. Assim, o efeito da posição inicial $\hat{y}(0)$, depende, ou é condicionado pela posição de estabilidade \hat{y}^* .

Podemos ainda acrescentar que $(1 - e^{-\beta t})/T$ diminui com T para um dado β , ou seja, para uma determinada taxa de convergência.

Se $\hat{y}(0) < \hat{y}^*$, as taxas de crescimento tendem a diminuir ao longo de determinado período de tempo, mas, um aumento de T traduz, em média, taxas mais baixas no curto prazo e taxas mais elevadas no longo prazo. No entanto, a

⁹ Barro e Sala-i-Martin (1995)

taxa de crescimento no ponto de estabilidade (x) diminui à medida que T aumenta.

Sendo $T \rightarrow \infty$, x domina a média, assim, o coeficiente $(1 - e^{-\beta t}) / T$ tende para 0 e taxa de crescimento média de y tende para x .

Qual será então o comportamento da taxa de convergência (β)? Com base na equação **B** e para um determinado T , um β apresentando valores elevados traduz um coeficiente elevado, $(1 - e^{-\beta t}) / T$, na medida em que $T \rightarrow 0$ o coeficiente tende para β .

Duas situações podem assim ser consideradas:

$T \rightarrow \infty$ – a taxa de crescimento média tende para a taxa de crescimento de equilíbrio (x);

$T \rightarrow 0$ – o coeficiente de convergência tende para β .

Esta análise efectuada à volta do ponto de estabilidade sobre a velocidade de convergência não permite tirar grandes conclusões, visto existirem muitos factores que a influenciam. Todavia ao utilizarmos a hipótese de $T \rightarrow \infty$, a taxa de crescimento média y que resulta de $\log [y(T) / y(0)]$ vem igual a x podendo assim considerar-la uma variável.

IV.1.2.3 - A interdependência existente entre as convergências β e σ

Como referimos no ponto anterior, as convergências beta e sigma, são designadas de 1ª e 2ª ordem respectivamente. Esta designação está relacionada com o estudo

que se faz das assimetrias existentes nos níveis de rendimento per capita entre Países ou regiões.

Podemos pensar à partida que a 1ª depende da 2ª para existir mas, tal não corresponde à verdade, como poderemos verificar.

Para que os Países ou as regiões convirjam, é necessário que o intervalo de variação da variável em causa diminua, podendo este intervalo ser reduzido pelo aumento do limite inferior do intervalo, como por uma diminuição do limite superior do intervalo. É assim que se comporta a convergência sigma. Contudo, relativamente à convergência beta o caso é analisado de maneira diferente.

Após determinada economia ter atingido o seu ponto de estabilidade, apenas tem implícita a redução do limite superior do intervalo em causa, ou seja, a taxa de crescimento das economias mais ricas – lei dos rendimentos de capitais decrescentes.

Porém, os conceitos de convergência beta e sigma, são alvo de outro género de análise por parte de Barro e Sala-i-Martin (1995). Partindo da equação crescimento neoclássica (atrás designada por **B**), obtêm a seguinte equação:

$$C \quad \log (y_{it} / y_{i, t-1}) = a - (1 - e^{-\beta}) \cdot \log (y_{i, t-1}) + u_{it}$$

t – unidade de tempo (ano);

i – país / região.

Se **a** assumir o mesmo valor qualquer que seja a economia, e se $\beta > 0$, então **C** implica que a economia no período de tempo em causa regista uma taxa de

crescimento mais elevada do que no período $t-1$. O modelo neoclássico assume este pressuposto para as economias menos desenvolvidas.

Porém, quando é introduzido o factor tecnológico, pressupõe-se que $\beta = 0$, não se verificando, deste modo, a dita convergência beta. Os defensores da teoria de crescimento endógeno (baseada na função produção) alimentam a mesma conclusão.

Barro e Sala-i-Martin (1995), sustentam a existência duma relação afim entre a convergência beta e sigma.

Partindo de uma determinada amostra, em que a variação de $\log(y_{it})$ corresponde à variação da população, e que a variação dos erros σ_{ut}^2 é constante ao longo do tempo ($\sigma_{ut}^2 = \sigma_u^2$ para qualquer t) então, para Barro e Sala-i-Martin (1995), o coeficiente de dispersão σ_t^2 é dado pela seguinte equação:

$$D \quad \sigma_t^2 = \sigma_u^2 / (1 - e^{-2\beta}) + (\sigma_0^2 - \sigma_u^2 / (1 - e^{-2\beta})) \cdot e^{-2\beta}$$

σ_0^2 – é a variância de $\log(y_{i0})$

Não esquecendo que estamos perante uma variância entre dois períodos (2β), esta equação implica que σ_t^2 se aproxime de $\sigma_u^2 / (1 - e^{-2\beta})$, ou seja, do seu ponto de equilíbrio, que aumente com σ_u^2 , mas que se reduza com o coeficiente de convergência β .

Ao longo do de determinado período temporal, σ^2_t aumenta (diminui) se o valor inicial σ^2_0 é menor (maior) do que o valor de equilíbrio σ^2 ¹⁰

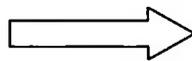
Assim sendo, determinado coeficiente β positivo – convergência beta, não implica que σ^2_t – convergência sigma, diminua.

Por outras palavras, podemos referir que apesar de se verificar que estamos presente uma convergência beta, não se reduziram as assimetrias existentes – convergência sigma.

Para Barro e Sala-i-Martin (1995), o que demonstra no fundo ser essencial é a convergência sigma, apesar da velocidade de convergência ser dada por um β positivo. Quah (1993) refere igualmente que σ implica β , não se verificando o inverso.

Temos assim que:

Convergência Beta



São estudadas no âmbito do
crescimento das
economias

Convergência Sigma

Factores como a indeterminação do ponto de equilíbrio, a sua quantificação, entre outros factores levam-nos a expor mais ideias.

¹⁰ σ^2_t – valor da variância ao longo do tempo;
 σ^2_0 – valor da variância no período inicial;
 σ^2 – variância no ponto de equilíbrio

IV.1.3 – Alguns contributos teóricos sobre o tema da convergência económica

Segundo Lopes (1999), autores como Krugman (1991) e Thirlwall (1995), sustentam que a possibilidade de aproveitar economias de escala e melhorar a balança de pagamentos quase sempre beneficia as economias dos Países desenvolvidos, pondo deste modo em causa as ideias de convergência económica presente nos modelos neoclássicos.

Cuadrado-Roura (1995) refere que os estudos relacionados com a convergência económica, não focam, na maioria das vezes o factor territorial implícito a todas as economias. Ele defende igualmente que o investimento em capital produtivo também está localizado, no entanto, o mesmo se passa com as infra-estruturas – capital não produtivo. Por outro lado, a teoria neoclássica, defende exactamente o contrário baseada no pressuposto da mobilidade dos factores.

Thirlwall (1995), salienta igualmente os contornos pouco claros que existem em torno da teoria do crescimento económico e em como os Países crescem de maneira tão diferente.

Enquanto os keynesianos explicam o crescimento económico com base na teoria do crescimento económico orientada pela procura autónoma, tendo os outros componentes da mesma que se adaptarem. Os neoclássicos, por sua vez, são orientados pelo lado da oferta explicando o crescimento de uma economia através de factores como o progresso tecnológico e a produção.

Actualmente, o que se sustenta (Cuadrado-Roura (1995)), é que *factores como a melhor eficiência do capital, a introdução de novos equipamentos e o processo*

gerado por novos investimentos têm vindo a evitar os rendimentos de capital decrescentes.

A intensificação do capital depende em grande parte do progresso técnico como factor endógeno do crescimento, segundo Cuadrado-Roura (1995) e Lucas (1988).

Mateus (1995) apresenta um modelo de crescimento com dois factores anteriormente não utilizados para explicar a teoria do crescimento. São eles o capital humano medido pela média de anos de escolarização da mão-de-obra e a dimensão do mercado externo, resultando este factor da expansão da procura externa dirigida às empresas portuguesas e das barreiras ao comércio externo que as exportações enfrentam nos mercados externos. Ao nível da explicação do crescimento português, estas duas variáveis têm um papel crucial.

Refira-se porém que, Thirlwall (1995) é grande crítico da utilização do segundo factor – dimensão do mercado externo – na medida em que os autores neoclássicos normalmente trabalham com economias fechadas.

IV.1.4 - O índice de Atkinson e a convergência sigma

Pressupondo que existem várias etapas de desenvolvimento económico, a convergência aparece no seu expoente máximo, ou seja, no limite existente para o qual o processo de desenvolvimento tende.

Ao analisarmos determinado processo de desenvolvimento económico, temos presente que, tanto indicadores económicos como indicadores sociais são alvo de estudo. Pressupondo sempre que há uma nítida separação entre o que é

económico do que é social não iremos fazer qualquer dissociação entre estas duas perspectivas.

Sendo o índice de Atkinson dado pela equação:

$$E \quad I = 1 - 1/M [f(y_i) (y_i)^{1-\epsilon}]^{1/1-\epsilon}$$

Este representa o desvio cumulativo da distribuição de rendimento per capita, o qual origina o mesmo nível de bem-estar social se for equitativamente distribuído. É nele que iremos procurar a convergência sigma.

M – rendimento médio;

y_i – iésimo receptor de rendimento;

ϵ – parâmetro de desigualdade.

Sendo a convergência sigma uma medida de dispersão, qual a relação que poderá existir com um índice que mede as desigualdades?

$$I = 1 - 1/M [f(y_i) (y_i)^{1-\epsilon}]^{1/1-\epsilon}$$

$$I = 1 - 1/M [f(y_i)^2]^{(1-\epsilon)/(1-\epsilon)}$$

$$I = 1 - 1/M [f(y_i)^2]$$

Se $f(y_i)^2 = y_i^2$

$$I = 1 - y_i^2 / M$$

$$I = (M - y_i^2) / M$$

Como vimos atrás $M = \bar{y}$

$$I = (\bar{y} - y_i^2) / \bar{y}$$

Logo, a convergência sigma (Barro e Sala-i-Martin (1995)) não vai além do índice de Atkinson como medida de dispersão.

IV.1.5 – Teoria do crescimento endógeno

Aparecendo na década de 80, a teoria do desenvolvimento endógeno traduz a *ideia de mobilização de recursos regionais, sejam eles naturais, humanos, empresariais, institucionais, entre outros e a sua integração recíproca num contexto regional* (Stöhr, 1983).

Para Stöhr (1983), o investimento no chamado capital humano, levará, a uma melhor defesa relativamente a choques externos por parte de outras regiões.

A defesa destes princípios, baseados nos recursos endógenos, leva a pensar que uma região tem maior probabilidade de se desenvolver se apostar nestes recursos do que esperar que outras regiões mais desenvolvidas possam redistribuir recursos para as menos desenvolvidas.

Deste modo, as regiões mais pobres contribuem de sobremaneira para o desenvolvimento nacional na medida em que incrementam os recursos nacionais e promovem a diminuição de utilização de fundos igualmente nacionais.

Segundo Romer (1994), a teoria do desenvolvimento endógeno diferencia-se da teoria neoclássica na medida em que a economia de determinado País é

desenvolvida porque as suas regiões assim o permitem, no entanto, não deixa de considerar a economia como um todo.

Por sua vez, Coulombe e Lee (1995), teorizam que o desenvolvimento económico endógeno baseia-se essencialmente em dois princípios: a chamada concorrência imperfeita e o rendimento marginal crescente do capital.

São exactamente estes dois aspectos nos quais estão os fundamentos da teoria neoclássica do crescimento.

Porém, alguns autores neoclássicos, introduzem a vertente do capital humano como via para o crescimento do rendimento¹¹.

Sendo a teoria neoclássica ou a do crescimento endógeno usada para explicar qualquer que seja o acontecimento de índole económico que apareça, as explicações dadas conduzirão, por certo, a soluções diferentes.

¹¹ Lucas (1988); Helpman e Grossman (1994)

Capítulo 2

As Políticas Públicas de Promoção da Convergência: o caso dos fundos estruturais

I - Introdução

No passado, já o Tratado de Roma, assumindo as assimetrias regionais patentes nos Estados-Membros, promovia medidas que permitissem a sua correcção nomeadamente a possibilidade dos Estados-Membros beneficiarem regiões mais desfavorecidas e o financiamento do BEI em projectos que visassem o desenvolvimento dessas regiões.

Enquanto que no período 1957 (Tratado de Roma) – 1965 as políticas regionais pertenciam à competência dos Estados-Membros, a partir desta data passam a ser cada vez mais, matéria de intervenção da C.E.E. com o objectivo de se reduzirem as diferenças ao nível do desenvolvimento das diversas regiões que a compreendem. O primeiro passo dado foi com o aparecimento de um mecanismo financeiro aplicado no desenvolvimento regional.

Ao longo do processo de integração europeia foram sendo criados os Fundos Estruturais como resposta a determinadas políticas que visavam alterar as estruturas económicas através do aumento da competitividade e do desenvolvimento regional e social estável e coerente.

Mas, foi na primeira metade da década de 70, que se evidenciaram medidas mais concretas a este nível, nomeadamente o controlo da Comissão nas ajudas de âmbito regional promovidas pelos Estados-Membros, na possibilidade do FEOGA-Orientação intervir em medidas de desenvolvimento regional, na atribuição ao FSE da responsabilidade de intervir prioritariamente nas regiões

com menor desenvolvimento com graves problemas ao nível do emprego, e ainda o acordo entre os Estados-Membros para a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional.

Tendo sido criados em 1957 o FEOGA e o FSE, só em 1975 apareceu o FEDER para tentar colmatar as divergências cada vez maiores entre as economias dos Estados-Membros. Saliente-se porém, que os dois primeiros tiveram algumas transformações durante os primeiros períodos da sua existência.

A verdadeira Política Regional surgia com a criação do FEDER e do Comité de Política Regional.

Embora o FEDER seja apenas um instrumento de apoio, ao qual devem ser candidatados projectos que visam o desenvolvimento regional, e as políticas regionais continuem a ser da responsabilidade dos Estados, este assume uma crucial importância na medida em que constitui um incentivo ao desenvolvimento regional.

Os instrumentos financeiros de apoio foram sendo aperfeiçoados e, no final da década de 70, existiam já o FEDER, FSE, FEOGA - Orientação e empréstimos CECA. Verificava-se no entanto, uma ausência de coordenação da Comunidade a este nível e o facto da escolha das regiões a beneficiar destes apoios caberem apenas aos Estados-Membros.

Ocorrendo em 1979, a primeira medida a extravasar este cenário, foi a possibilidade da Comissão desenvolver programas especiais e acções-piloto de criação e coordenação das políticas regionais, com cerca de 5% dos recursos do Fundo.

As alargamentos existentes no final da década de 70 e início da década de 80 vieram trazer alguma celeuma a nível financeiro ao seio da comunidade. Esta discussão baseou-se essencialmente em novos meios de financiamento dos Estados-Membros, assim como, do possível alargamento a novos Países.

As resoluções da Cimeira de Fointainbleau, assim como, a certeza que a distribuição de Fundos Estruturais não seria equitativa entre os Estados-Membros levaram o Conselho Europeu a incrementar um pacote substancial de Fundos Estruturais simultaneamente ao Mercado único.

A reforma dos fundos estruturais deu-se em 1988, com a criação do Mercado Único onde as disparidades regionais deixam de ser uma questão nacional. Os dados comprovavam a existência de grandes desigualdades regionais. As 10 regiões mais pobres apresentavam um PIB per capita 3,5 vezes inferior ao das 10 mais ricas. O risco do seu agravamento levou à intervenção comunitária ao nível da coordenação das políticas regionais.

A reforma consistiu na articulação dos diversos fundos existentes (FEDER, FSE, FEOGA - Orientação e IFOP, este último desde 1993)¹² e na disponibilização de maiores recursos financeiros. Para a sua concretização foram considerados quatro princípios: concentração, parceria, programação e adicionalidade. No entanto, a sua actuação e os resultados obtidos foram diminutos.

A concentração visava a existência de um número limitado de objectivos, apenas 4, de âmbito regional, e 3 que abrangeram todo o espaço da Comunidade.

¹² FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
FEOGA (Orientação) – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

Ao nível regional:

- Objectivo 1: adaptação económica das regiões menos desenvolvidas;
- Objectivo 2: reconversão económica das regiões em declínio industrial;
- Objectivo 5b: diversificação económica das zonas rurais vulneráveis;
- Objectivo 6: ajustamento estrutural das regiões com densidade populacional muito reduzida.

Quadro I

Objectivos dos Fundos Estruturais (1994-1999)

	Feder	FSE	Feoga Orientação	IFOP
Objectivo 1	X	X	X	
Objectivo 2	X	X		
Objectivo 3		X		
Objectivo 4		X		
Objectivo 5 a			X	X
Objectivo 5 b	X	X	X	
Objectivo 6	X	X	X	
Total de Fundos Estruturais - %	51,1	30,7	16,2	1,9

Fonte: Orçamento 96 (Projecto)

Ao nível de toda a Comunidade:

- Objectivo 3: combate ao desemprego de longa duração, inserção de jovens na vida profissional e integração de pessoas com maiores dificuldades em conseguir emprego;
- Objectivo 4: facilitar a adaptação dos trabalhadores às mutações da indústria e à evolução dos sistemas de produção;
- Objectivo 5a: adaptação das estruturas agrícolas no âmbito da reforma da PAC.

As áreas abrangidas por cada um dos objectivos regionais, obedece a critérios comunitários. Exemplificando, beneficiavam do Objectivo 1 as áreas onde o PIB pc era inferior a 75% da média comunitária, e do Objectivo 2 aquelas que



apresentassem um desemprego superior à média, que tivessem tido uma percentagem do emprego industrial superior à média e que registassem um declínio no emprego industrial.

O Objectivo 1 apresenta-se como o mais importante pela população que abrange (25% da U.E.) e pela fatia de recursos que lhe é destinada (até 1999 reservavam-lhe 68,1% dos fundos estruturais). Por seu lado, metade dos fundos estruturais são aplicados nos quatro Países da Coesão (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), aos quais acrescem as verbas do Fundo da Coesão.

Ao nível da programação verificou-se que a atribuição de fundos estruturais, anteriormente decidida por projecto, passou a ser pela criação de contratos plurianuais acordados entre os Estados-Membros e a Comissão.

No que se refere ao futuro da U.E., a política de coesão económica e social irá confrontar-se com alguns cenários entre os quais encontramos a crescente abertura da Europa no quadro da Organização Mundial do Comércio, o alargamento da U.E. aos Países de Leste e a emergência de novos problemas.

Para o desenvolvimento da Política Regional e de Coesão, a U.E. tem usado diversos instrumentos, dos quais se destaca a utilização dos fundos estruturais.

Contudo, é necessário referir o facto de que não é a única forma de promover a coesão dos Estados-Membros. Outras formas coexistem com esta, sem as quais jamais seria possível a redução das disparidades existentes. Entre elas salienta-se o papel desempenhado pelas políticas desenvolvidas no contexto das Telecomunicações, da Sociedade da Informação, da Educação e Formação, da Investigação e Desenvolvimento, do Emprego e da política empresarial nomeadamente no apoio às PME.

Os objectivos destes fundos consistem em promover o desenvolvimento económico, o crescimento e a competitividade com base sustentável na U.E. e

assim, contribuir para a coesão económica e social e melhoria dos níveis de emprego na Europa.

Com o lançamento da U.E.M. em 1993 e, estando inerente a criação do Euro, o Conselho Europeu decidiu, de maneira a colmatar as dificuldades de convergência que os Estados-Membros mais pobres tinham, criar o Fundo de Coesão. Os objectivos deste Fundo estavam intrinsecamente ligados à participação dos Estados-Membros menos desenvolvidos na U.E.M.

II - Os Fundos Estruturais Europeus

Os Fundos Estruturais e de Coesão foram, no decorrer do processo de integração europeia, criados para tentar resolver algumas dificuldades em que os Estados-Membros se encontravam em virtude dos desequilíbrios criados com os alargamentos que a U.E. foi sofrendo. Diversos instrumentos financeiros – FEDER, FSE, FEOGA e IFOP – foram sendo utilizados conforme as suas orientações, sobrepondo-se em muitas das suas vertentes.

O FSE cobre a totalidade da U.E. e está especialmente vocacionado para o emprego. O FEDER ligado ao desenvolvimento equilibrado do território tem uma maior intervenção ao nível das regiões (NUTS II e III) dos Estados-Membros mais pobres ou com dificuldades de reconversão. Por sua vez, o FEOGA (Orientação) ao promover a reconversão da PAC intervém junto das zonas agrícolas desfavorecidas. O IFOP, como a sua denominação diz, financia, actuações ao nível do sector das pescas. Por fim, o Fundo de Coesão apoia a preparação de Estados-Membros, como sejam Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, para a participação na U.E.M.

Embora haja alguma coordenação entre os fundos existentes, ainda deparamos com inúmeros problemas devido ao elevado grau burocrático que encontramos na aprovação dos projectos.

Com a aprovação do Pacote Delors, a programação dos apoios a conceder através das várias etapas – Planos de Desenvolvimento Regional, Quadros Comunitários de Apoio e Programas Operacionais – veio provocar uma maior burocracia para os Estados-Membros.

Todavia, com o Pacote Delors II alguns dos processos burocráticos foram absorvidos através da supressão de duas etapas de programação. Passou a haver apenas o Documento Único de Programação, no entanto, este apenas beneficiou alguns dos Estados-Membros e não foi suficiente para combater todos os problemas.

Nos tempos que correm, o último período de programação existente é o que vigora entre 2000 e 2006 para o qual foi criado um complemento de programação. Passaram a haver grupos e reuniões anuais de trabalho em substituição das comissões de acompanhamento anteriormente vigentes. A Comissão Europeia alterou algumas regras obrigando a haver um acompanhamento físico dos projectos, a existência de uma avaliação dos mesmos e o controlo orçamental é agora mais rigoroso.

O valor da eficácia específica dos fundos estruturais relativamente ao desenvolvimento regional coloca alguns problemas. Suponhamos, por exemplo, que a distribuição dos fundos estruturais seja perfeitamente proporcionada ao atraso inicial de cada região, tendo como base o PIB pc, e que a relação de convergência anteriormente apresentada, revela, para o período e modelo de regiões desfavorecidas, uma recuperação efectiva e pronunciada das regiões retardatárias.

A recuperação apareceu ligada à distribuição dos fundos estruturais, sem que se possa garantir que estes constituem um factor explicativo, nem que se possa excluir, ao contrário, que eles se reduzam a um efeito de estabilidade em favor de regiões cuja recuperação pertencia completamente ao trabalho produzido.

Felizmente para o esforço explicativo, nem a figura da recuperação, como se acaba de ver, nem o modo da distribuição dos fundos estruturais são tão simples quanto se pensa. A diferença dos desempenhos entre regiões cujos pontos de partida são análogos, deixa a esperança de poder aproveitar índices de interacção entre fundos estruturais e convergência real.

A distribuição dos fundos estruturais obedece com efeito, a um conjunto de critérios afixados e de práticas efectivas que não se reduzem a uma só tomada de posição ao nível do PIB pc.

Se um atraso importante pode trazer muito em fundos estruturais concedidos, a relação é pelo menos suave e muito longe de uma estreita proporcionalidade.

Certas regiões atrasadas têm recebido, por habitante, um montante de fundos estruturais que não é nada diferente das regiões mais avançadas.

É preciso ter em conta um factor que modifica sensivelmente o impacto redistributivo final dos fundos europeus. Em virtude da regra da adicionalidade, os fundos estruturais destinados a projectos precisos deviam ser devidamente completados pelos co-financiamentos nacionais e regionais. Esta regra contribui na realidade das parcerias, devendo gerir estes projectos. Mas se se calcula as taxas de co-financiamento, quer dizer a relação entre o conjunto de financiamentos, europeus e locais, prometidos e os simples fundos europeus, esta taxa de co-financiamento está grosseiramente indexada sobre a riqueza inicial da região. É raro que os co-financiamentos consigam reforçar a posição europeia

para as regiões polares, mesmo que elas possam triplicá-la ou quadruplicá-la para as regiões de riqueza média ou elevada, sem falar em algumas regiões ricas excepcionalmente dotadas. Esta constatação não é evidentemente muito surpreendente: as regiões ricas estão mais nas condições de acompanhar os fundos estruturais.

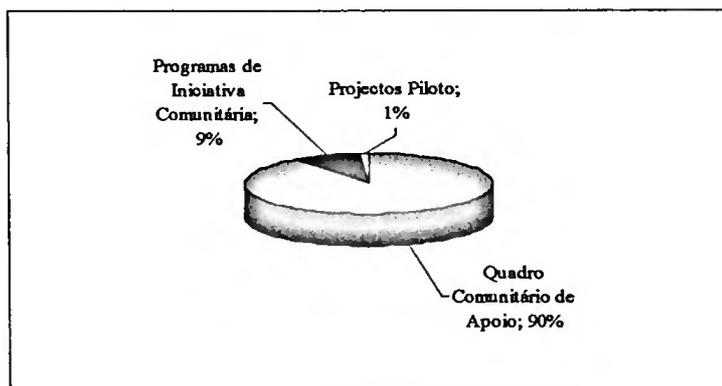
Uma vez que todos estes factores são tomados em conta, percebe-se que a distribuição dos fundos estruturais não conserva senão uma relação assaz grosseira com a recuperação das regiões mais atrasadas.

A actuação dos fundos estruturais processa-se de três formas complementares, através:

- Quadros Comunitários de Apoio
- Programas de Iniciativa Comunitária
- Projectos-piloto

Gráfico - I

Fundos Estruturais 1994 – 1999



Destaque-se que os Quadros Comunitários de Apoio aparecem após 1988, resultantes da reforma levada a cabo nos fundos estruturais, visando a melhoria

da eficiência e eficácia do funcionamento e controlo destes fundos, o melhoramento da adaptabilidade da intervenção estrutural da U.E. à realidade concreta das regiões e às suas necessidades em termos de desenvolvimento regional equilibrado e sustentado.

Os Programas de Iniciativa Comunitária, por sua vez, têm como finalidade a resolução de problemas existentes ao nível da U.E., que dificultam o processo de melhoria da coesão económica e social.

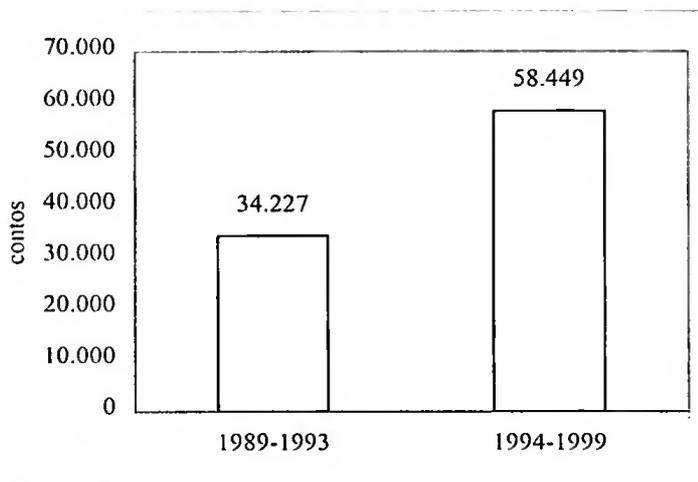
No período entre 1994 e 1999 foram criados os seguintes Programas: Interreg II, Leader II, Regis II, Emprego, Adapt, Mutações Industriais (Rechar II, Resider II, Konver II, Retex II), PME, Urban, Pesca e Peace.

Por fim, mas igualmente importantes temos os Projectos-piloto. A sua utilização visa fomentar o desenvolvimento de projectos que contribuam para a melhoria da coesão económica e social na U.E. e, que, pelo seu carácter extraordinário e inovador, possam no futuro constituírem-se como programas a inserir nos QCA ou nas Iniciativas Comunitárias. As áreas onde actuaram até há bem pouco tempo, prendiam-se com a cooperação regional e inovação, o desenvolvimento urbano e o ordenamento do território.

Globalmente, pelos dados disponíveis, constatamos que no período correspondente ao II QCA, o investimento feito pela U.E. no nosso País rondou os 58 contos per capita, enquanto no primeiro QCA o valor verificado foi de 34 contos.

Gráfico II

Investimento em Portugal no I e II QCA – *per capita*



III - A Eficácia regional dos Fundos Estruturais

A evolução dos fundos estruturais é feita pelo recurso a quatro modelos macroeconómicos de inspirações diversas¹³. Este exercício dá para pensar que este relatório foi significativo ao longo dos dois períodos de programação 1989-93 e 1994-99. No caso dos quatro Países da coesão, o impacto estimado dos fundos estruturais para o seu crescimento, ainda que variável segundo os modelos, é claramente positivo e poderá aproximar um ponto de crescimento anual no caso da Grécia e de Portugal.

A maioria das regiões eleitas no Objectivo 1 registam uma recuperação mais sensível da sua produtividade que o seu PIB pc e que elas mesmas não chegam para transformar em emprego suficiente a modernização produtiva que registam. Se parece favorável que os fundos estruturais têm ajudado fortemente a recuperação dos Países menos avançados, o impacto sobre o desenvolvimento regional é mais incerto.

¹³ Informação retirada do sexto relatório periódico sobre as regiões

A Comissão Europeia felicita-se pelo “...*ritmo espantosamente rápido de convergência, que se adopta numa perspectiva histórica ou internacional... para o período 1986-1996*”.

Esta apreciação pode certamente apoiar-se sobre uma avaliação muito global da convergência, ainda que não tenha nada de excepcional. É igualmente beneficiada, na própria relação, pela verificação que isto são às vezes as regiões mais polares e as regiões mais ricas cuja prosperidade relativa se incrementa quando o número de regiões médias mal devem acompanhar o ritmo.

A apreciação da Comissão desconhece igualmente os *handicaps* que se opõem à recuperação de numerosas regiões pouco ou mediantemente desenvolvidas. O relatório teoriza as práticas de programação, continuação e avaliação das operações mobilizando os fundos estruturais. A avaliação comparada das práticas nacionais em matéria de desenvolvimento regional tem sem dúvida progressos a fazer. A desigualdade das mudanças previstas entre as regiões europeias, revela certamente as suas vantagens e *handicaps* inerentes, mas à escala nacional não aparece espontaneamente correctora desta desigualdade. Se a subsidiariedade tem evidentemente o seu lugar em matéria de políticas regionais e estruturais, somos levados a perguntar se a U.E. pode passar hoje de uma política territorial melhor integrada, a fim de que as regras de parceria e de acréscimo desemboquem realmente sobre uma matriz mais equilibrada da geografia europeia.

Os resultados das avaliações apresentadas mostram que os desempenhos de crescimento regional são influenciados pela dependência nacional.

A recuperação das regiões atrasadas é assim muito mais clara em Portugal e na Grécia, que em Espanha e em Itália. Há uma forte especificidade nacional da dinâmica das desigualdades regionais. Todavia diferentes estudos, destacam uma

certa convergência inter-regional na Europa, porque claramente a convergência inter-nacional acaba por se impor.

A convergência inter-regional obedece às inflexões da convergência inter-nacional: bastante livre entre os anos de 1950 e 1970 degrada-se nos decénios seguintes, mesmo que o dispositivo dos fundos estruturais suba em autoridade.

Por outro lado, a inserção de uma região na geografia evolutiva das redes europeias coloca em evidência as desvantagens específicas desta região. O desenvolvimento desigual das regiões que pode resultar disso é parte recebedora da dinâmica global do crescimento europeu. O desenvolvimento de uma região pondera a relação da dependência nacional e das suas próprias vantagens, comparadas aos outros territórios da U.E.

Os factores propriamente territoriais (posição geográfica, proximidade dos centros activos da Europa, externalidades entre regiões vizinhas) participam nestas vantagens. O território europeu não garante a igualdade das mudanças entre regiões.

Particularmente, os fundos estruturais europeus aparecem dotados de uma eficácia limitada para corrigir estas divergências regionais, mesmo que seja o objectivo fixado. Os fundos estruturais não redistribuem simplesmente recursos financeiros mas ambição em consequência de agirem positivamente sobre os factores do desenvolvimento regional.

Esta apreciação não põe em causa a eficácia microeconómica dos projectos financiados com fundos estruturais, nem a sua eficácia macroeconómica. Ela assinala simplesmente que o eventual resultado micro ou macroeconómico não equivale a um benefício automático em favor do desenvolvimento das regiões desfavorecidas. Assim, logo que um projecto financiado pelos fundos estruturais

eleva a produtividade local, não é seguro que a aprovação destes ganhos de produtividade beneficie finalmente o território directamente interessado por este projecto.

Para explicar esta ineficácia aparente dos fundos estruturais relativamente ao desenvolvimento regional, intervém a natureza das relações económicas e institucionais entre o escalão comunitário, cada Nação e suas regiões. Considerações de eficiência podem incitar a limitar a redistribuição primária associada aos fundos estruturais.

Certas regiões, de riqueza próxima da média comunitária, são todavia bem dotadas em fundos estruturais, porque se desconta que o apoio do seu desenvolvimento entusiasma o crescimento nacional e as próprias regiões atrasadas.

Uma repartição mais redistributiva dos fundos estruturais atenuaria espontaneamente as desigualdades regionais, mas poderia também travar o crescimento colectivo. É de resto a finalidade explícita de certos componentes dos fundos estruturais que se opõe ao declínio de regiões que até podem ser relativamente ricas.

A regra da adicionalidade exige, com efeito, que os fundos estruturais sejam devidamente completados pelos financiamentos de origem nacional e regional. Mas a extensão destes co-financiamentos, atribuídos como entrada de fundos europeus, aparece geralmente tanto mais elevado quando a região é rica.

A montagem dos projectos financiados pelos fundos estruturais e a repartição dos fundos entre eles, passam por interacções por vezes tortuosas entre as instituições regionais, comunitárias e nacionais.

A elaboração, o valor da produção e o acompanhamento dos programas são frequentemente muito centralizados ao nível dos Estados-Membros. A gestão dos fundos estruturais é insuficientemente descentralizada para tomar em conta a realidade das dinâmicas regionais. A qualidade de coordenação entre as instâncias comunitárias, nacionais ou territoriais condiciona a eficácia dos fundos estruturais.

Em virtude de cada País aparecer hoje como uma instância correctiva muito imperfeita dos seus desequilíbrios internos, poder-se-ia tirar o argumento para políticas redistributivas e territoriais mais integradas à escala europeia. O carácter às vezes unificado e heterogéneo do espaço europeu é um acto durável e esta heterogeneidade será ainda acentuada pela adesão dos novos membros do Leste europeu.

Parce difícil orientar a dinâmica desta heterogeneidade sem processos próprios à escala europeia, porque é à partida a este nível europeu que esta dinâmica nasce.

Neste caso, é razoável considerar a maturação de mecanismos de redistribuição mais ambiciosos entre territórios europeus, até entre os próprios europeus, ou seja, um progresso do federalismo orçamental redistributivo. É também razoável avançar para uma política territorial mais integrada à escala comunitária que tome em linha de conta, mais explicitamente, a dinâmica dos desequilíbrios geográficos na aprovação dos fundos estruturais. Hoje, o conjunto dos programas sustentados pelos fundos estruturais alia-se muito a uma justaposição de intervenções sectoriais negociadas.

Uma melhor coordenação transnacional das políticas territoriais poderá reforçar a eficácia das políticas comunitárias no domínio da convergência regional.

Estes aspectos institucionais condicionam as implicações da maior concentração temática e espacial dos fundos estruturais, confirmada pela Cimeira de Berlim, na Primavera de 1999, para o período de programação 2000-2006. Os objectivos passaram a ser três em contraposição aos anteriores seis: a recuperação das regiões atrasadas (cujo PIB pc é inferior a 75% da média comunitária), o apoio à reconversão nas regiões em mudança e o desenvolvimento dos recursos humanos. A população coberta pelos objectivos regionais, que correspondia a metade da população da U.E., aproximou-se de 1/3. Se esta concentração aumenta juntamente com uma melhor eficácia, os beneficiários não serão os destinatários directos dos fundos, mas a U.E. no seu conjunto. A conjugação de uma gestão mais descentralizada dos fundos e de uma política territorial verdadeiramente integrada poderia aí contribuir, favorecendo um melhor equilíbrio das preocupações de solidariedade e de eficiência.

Só o reforço da concentração dos fundos estruturais, tornando a elegibilidade mais difícil, arrisca efectivamente de se traduzir por uma gestão administrativa e política de repartição, ou seja, o hábil recorte em zonas elegíveis pode perder de vista as preocupações de eficácia global, sem portanto constituir um exercício particularmente democrático.

IV - Os Quadros Comunitários de Apoio em Portugal – a sua evolução

Apesar do nosso País ter vindo a apresentar uma clara evolução da sua economia nos últimos anos, continua sem a menor dúvida, a ser um dos mais atrasados da U.E. Este facto é bem patente devido ao facto de Portugal sofrer de graves deficiências ao nível da formação / educação dos seus cidadãos, da sua indústria não ser muito desenvolvida, sendo dominante em sectores que não necessitam de grandes investimentos em novas tecnologias e, não menos importante, a situação geográfica do nosso País não ser a mais vantajosa para estabelecer relações com outras Nações.

A tão desejada coesão económica e social, só possível com a ajuda dos fundos estruturais e do fundo de coesão, não apresenta os resultados esperados. Mesmo com resultados bastante interessantes ao nível dos principais indicadores económicos, o crescimento do nosso País tem sido muito vagaroso e a taxa de desemprego sendo abaixo da média da U.E., não mostra motivos para grande contentamento (em 1995 e 1996 o seu valor rondou os 7,3%).

Relativamente aos fundos estruturais, é necessário referir que se tratam de fundos não reembolsáveis (vulgo fundo perdido) que têm como objectivo promover o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. Complementam acima de tudo os chamados fundos regionais ou nacionais. São estabelecidos acordos entre os Estados-Membros e a U.E. para definir quais as regiões que vão ser objecto destes fundos. No caso português, todo o território é abrangido.

Com base no PIB pc, são definidas as regiões menos desenvolvidas da U.E., sendo estas englobadas no chamado Objectivo 1 dos fundos estruturais.

Para estas regiões as prioridades centram-se em:

- Desenvolvimento rural;
- Formação e inserção profissionais para combater o desemprego e prevenir os efeitos sobre o emprego das mutações industriais;
- Infra-estruturas de educação e de saúde;
- Investigação e desenvolvimento tecnológico;
- Investimentos directos na produção;
- Melhoria das infra-estruturas de base (transportes, energia, recursos hídricos, tratamento das águas usadas e dos resíduos);
- Reestruturação da agricultura e das pescas;
- Serviços às PME.

Por sua vez, o fundo de coesão (fundo destinado a apoiar Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal) apoia desde 1993 duas áreas do território nacional. São elas, o Ambiente e as Redes Transeuropeias de Transportes.

Em virtude do atraso verificado no nosso País até à entrada para a Comunidade Europeia devido a diversas circunstâncias, entre as quais, o regime ditatorial vigente durante cerca de 40 anos, a “Revolução dos Cravos” e o período pós 25 de Abril, Portugal assina o I Quadro Comunitário de Apoio em 1989. Todo o território nacional (incluindo regiões autónomas) é então considerado uma região com necessidade de ser desenvolvida, ou seja, elegível em termos de Objectivo 1.

No período em que vigorou, a região de Lisboa e Vale do Tejo beneficiou de investimentos na ordem dos 56% que privilegiaram o desenvolvimento do sector produtivo, dos recursos humanos e a reconversão e reestruturação industrial. A região Norte foi abrangida com vista ao desenvolvimento do sector agrícola. Por sua vez, a região Centro beneficiou em cerca de 16% do investimento para melhorar as infra-estruturas económicas e desenvolver o sector produtivo. Mais a Sul, as regiões do Alentejo e do Algarve, alvo de apoios na ordem dos 8,09% concentraram as verbas disponíveis para criarem infra-estruturas económicas e desenvolverem áreas rurais, agrícolas e piscícolas, assim como, potenciarem o crescimento das regiões e do desenvolvimento local. As regiões Autónomas, por outro lado, foram alvo de uma comparticipação em cerca de 8% com o objectivo de desenvolverem as potencialidades de crescimento das ilhas.

O apoio da U.E. é indispensável à nossa economia, para que possamos reduzir as disparidades regionais existentes. A estratégia governamental de fazer os investimentos a nível territorial e sectorial, apesar de vir a surtir efeitos no longo prazo, causou muita estranheza aquando da apresentação dos resultados do QCA I.

Desde o início do I QCA até ao seu fim em 1993 os resultados atingidos são visíveis nos mais variados quadrantes. Com cerca de 1.640,49 milhões de contos disponíveis a taxa de crescimento do PIB nacional cresceu entre 0,5% e 1% e a da FBCF cerca de 2%. Neste quadriénio, os investimentos de maior nomeada verificaram-se nas chamadas infra-estruturas de base, destacando-se os milhares de quilómetros de auto-estradas - o Programa base foi o PRODAP. Pretendeu-se com estes investimentos combater a notória periferia do nosso País relativamente aos demais “irmãos” europeus. Note-se que a rede de estradas aumentou cerca de 22% e das auto-estradas 100%.

Ao nível das telecomunicações passou a haver cerca de 33 linhas telefónicas por habitante contra as 18 anteriormente existentes. O grau de digitalização passou para 59% quando dantes se verificava a escassa percentagem de 2%. No que diz respeito à área da energia, os apoios provenientes dos fundos estruturais promoveram o aumento da capacidade energética entre 1988 e 1993 em 43%. Em relação à distribuição dos recursos hídricos, passou de 61% em 1988 para 82,6% em 1993 a percentagem da população portuguesa com acesso a água potável. De referir que entre 1990 e 1993 a taxa de ligação à rede nacional de esgotos sofreu um incremento de 9,2%.

Os apoios aos investimentos a nível empresarial canalizaram bastantes fundos, dando origem à criação de muitas unidades. Quase 6.000 empresas foram alvo de um financiamento proveniente da comunidade, fosse ele para o seu desenvolvimento ou para a sua modernização. Refira-se o facto do projecto “Auto-Europa” (Palmela) ter absorvido cerca de 380 milhões de contos, sendo por isso o maior investimento até hoje feito em Portugal.

Simultaneamente foram realizados grandes esforços ao nível da formação dos recursos humanos. Estes consistiram basicamente no crescimento da actividade científico-tecnológica, no aumento do número de vagas para professores do

ensino técnico-profissional e na formação de professores. Promoveu-se igualmente a descentralização do ensino superior com a edificação de instituições noutras localidades. O Programa CIÊNCIA foi um grande impulsionador na atribuição de bolsas para estudos superiores.

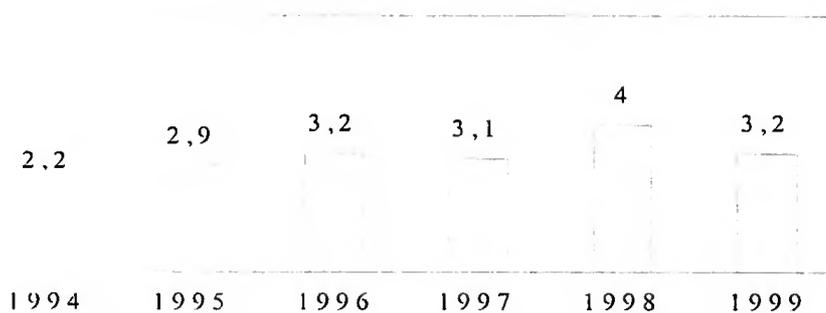
Os sectores menos desenvolvidos do nosso País, usualmente atribuídos à agricultura e às pescas, o PEDAP e PEF, ao nível do QCA I, contribuíram para grandes progressos verificados na silvicultura, na pecuária e nos sistemas de irrigação. Destacam-se também os progressos feitos na formação dos agricultores. Relativamente ao sector piscícola promoveu-se a redução da frota nacional ao mesmo tempo que se modernizava a restante.

Por sua vez, o II QCA apoiou a nossa economia entre 1994 e 1999. Visou essencialmente a convergência real entre as economias portuguesa e europeia, assim como, a promoção da coesão económica e social a nível nacional. Com o QCA II o objectivo era por um lado aproximar a economia e a sociedade portuguesa dos níveis e padrões de vida médios comunitários, a chamada convergência real. Por outro lado, e não menos importante, diminuir progressivamente as assimetrias regionais no interior do País, ou seja, a convergência regional. Para tal, qualificaram-se os recursos humanos e o emprego, reforçaram-se os factores de competitividade da economia, promoveu-se a qualidade de vida e a coesão social e fortaleceu-se a base económica regional. Com a redução das assimetrias regionais em virtude do forte apoio comunitário a nível nacional, determinados efeitos multiplicadores com origem nas regiões mais desenvolvidas beneficiaram as regiões mais pobres, como resultado da concentração de elevados níveis de investimentos verificados nas primeiras.

No âmbito do II QCA, as perspectivas de grandes progressos não saíram muito goradas. Isto pode observar-se pelo facto de a percentagem do PIB ter registado valores pouco díspares durante o período de apoio.

Gráfico – III

Taxa de crescimento do PIB em Portugal durante o II QCA (1994-1999)



Fonte: European Economy, nº 68 - 1999

Este segundo quadro comunitário apesar de ter tido igualmente em linha de conta o apoio ao desenvolvimento das chamadas infra-estruturas de base, debruçou-se destacadamente sobre o crescimento auto-sustentado da economia nacional, promovendo a produtividade e a competitividade empresarial. Para tal, fomentou-se a redução das disparidades regionais, incrementou-se a formação da população, realizou-se uma verdadeira revolução urbanística e teve-se mais atenção aos problemas ligados ao sector ambiental.

A rede viária nacional foi igualmente aumentada permitindo deste modo uma redução dos tempos de deslocação. Refira-se que houve uma grande melhoria das estruturas ferroviárias de maneira a que uma maior percentagem da população pudesse usufruir deste meio de transporte. A introdução do gás natural em Portugal veio aliar-se ao desenvolvimento das redes energéticas transeuropeias e à diversificação das fontes energéticas disponíveis.

O PRODEP possibilitou a elevação de vários locais destinados à formação profissional, artística e tecnológica. No sector da saúde foram modernizadas diversas infra-estruturas e construídas outras tantas.

O PEDIP, promoveu a redução das disparidades empresariais, no que concerne à inovação, competitividade, internacionalização, cooperação entre outros.

A aplicação da PAC na agricultura portuguesa possibilitou a esta uma maior apetência por outros voos, apesar da normalização dos nossos produtos ainda se encontrar deveras atrasada quando comparada com as nossas congéneres europeias.

Por fim, gostaríamos de referir o facto de que durante o II QCA a taxa de desemprego passou de 7% em 1994 para 4,7% em 1999, enquanto no mesmo período e ao nível do Euro-15 esta assumiu valores de 11,1% e 9,6% respectivamente.

Apesar da melhor distribuição, por habitante, de infra-estruturas básicas e equipamentos sociais, mantêm-se contudo, visíveis assimetrias nas condições de vida, na densidade do tecido económico e na oferta de emprego, quando comparamos as várias regiões do País, seja ao nível das NUTS II, seja ao nível das NUTS III.

A criação do Mercado Único com o Tratado de Maastricht, e a constatação de alguma convergência na nossa economia, assim como, em toda a U.E., permitiram que, determinados indicadores necessários para podermos comparar as regiões se tornassem mais homogéneos.

Porém, continuamos a verificar que passados quinze anos após a nossa adesão à Comunidade, a população tende a concentrar-se na faixa litoral do território, estando a deslocar-se para fora das grandes cidades, com a abertura de alguns eixos para o interior. No litoral continuam a localizar-se as grandes indústrias devido à facilidade de acesso tanto por via marítima, como aérea e terrestre aos factores produtivos e às empresas fornecedoras de serviços. Cidades como sejam, Évora e Viseu, viram o progresso chegar-lhes à porta e, determinadas regiões do interior desenvolveram o seu tecido produtivo.

Para quem mora nas grandes cidades do litoral, e se, não faz uso dos seus tempos livres para conhecer o resto do território nacional, pensa que se evoluiu muito (ex: EXPO'98, futuro aeroporto da OTA, metropolitano do Porto). É verdade, ninguém pode dizer o contrário, mas este desenvolvimento deve ser visto com algum percalço no cômputo do território nacional, pois a realidade geográfica, económica e social é bastante assimétrica de região para região.

As distâncias dentro do território continental foram encurtadas, e como se pode ver no quadro seguinte, é de prever que estas diminuam até 2006. Este facto, ao qual se alia a melhoria de equipamentos, tem favorecido o nosso interior. É visível que a região Norte e o Alentejo foram bastante beneficiadas, ao invés da região Centro que apesar de estar agora dotada de melhores infra-estruturas ainda não são suficientes para fazer face ao isolamento da população.

Quadro – II

Tempos de percurso 1999/2006

em minutos

Rodovia	em 1999	em 2006
<u>Entre cidades médias</u>		
Bragança-Braga	154	134
Guarda-Castelo Branco	118	52
Castelo Branco-Évora	169	121
Évora-Beja	58	52
Beja-Faro	127	90
<u>Das cidades médias às AM</u>		
Viscu-Lisboa	216	208
Viscu-Porto	107	90
Guarda-Lisboa	244	208
Guarda-Porto	164	124
Castelo Branco-Lisboa	156	135
Castelo Branco-Porto	195	174
Beja-Lisboa	143	103
Beja-Porto	322	276
Ferrovía		
Lisboa-Porto	210	150
Lisboa-Braga	290	190
Lisboa-Guarda	270	240
Lisboa-Covilhã	270	210
Lisboa-Faro	250	180
Lisboa-Beja	155	100
Lisboa-Évora	150	80
Porto-Braga	60	35

Fonte: DGTT, 1996

Visto o término deste quadro de apoio ter sido bastante recente, os efeitos do seu impacto são bastante notórios.

A saber:

- População - No Alentejo e região Centro a população diminuiu bastante ao invés do que se registou no resto do território nacional. Este resultado é bem capaz de reflectir a atractividade que está inerente a determinadas regiões ligada à melhoria de condições económico-sociais.

- PIB - No período em causa (1994-99), o crescimento do PIB não foi, muito rigoroso e, no biénio 93-95, podemos mesmo referir que, enquanto a região Centro registou valores de quase 3,5%, o Algarve, em contrapartida apresentou uma taxa de 0,92% abaixo de zero.
- Emprego - Entre 1993 e 1996 o crescimento do número de pessoas empregadas ficou a dever-se aos valores registados na região Centro, visto que nas outras regiões as taxas registadas apresentaram valores negativos. Este facto aconteceu de uma maneira geral em todo o território nacional, mas mais vincadamente na região Norte.
- Desemprego - No período que abrange os anos entre 1993 e 1996 a taxa de desemprego evoluiu de uma maneira geral em todas as regiões, sendo no entanto, esta variação diferente de região para região. No Alentejo verificaram-se as taxas mais elevadas tendo como contrapartida a região Centro onde os valores apresentados são dos mais baixos. A evolução da taxa de desemprego neste período é explicada pelo aumento do desemprego nos jovens menores de 25 anos e pelo chamado desemprego de longa duração.
- Produtividade - A produtividade do trabalho aumentou entre 1993 e 1995, no entanto, os valores registados foram abaixo dos da U.E. (5,1% vs 5,3%), o que mostra que a nossa competitividade neste período degradou-se de uma maneira geral.

No âmbito do QCA II, houve um maior impacto sobre a coesão social relativamente à económica, devido aos investimentos feitos na construção de equipamentos e de infra-estruturas, melhorando deste modo as condições de vida em detrimento do crescimento económico.

Comparando o desenvolvimento a nível regional, podemos verificar que houve uma maior diminuição das disparidades inter-regionais, enquanto ao nível intra-regional o efeito é inverso.

Para que a economia portuguesa possa melhorar a sua eficiência deverá baixar as despesas correntes do Estado, combater a burocracia, melhorar o sistema de saúde, tornar a justiça mais célere, encurtar o tempo de ensino e torná-lo mais profissionalizante, melhorar a organização das empresas públicas, flexibilizar a lei laboral, diminuir os impostos, tornar o Banco de Portugal mais interventivo e o País, propriamente dito, mais transparente¹⁴.

A Intervenção Operacional da Economia do QCA III veio suceder às intervenções sectoriais do PEDIP II, PROCOM, ENERGIA e do Turismo existentes no QCA II. O QCA III concentra no POE - Programa Operacional da Economia o essencial das políticas e dos incentivos dirigidos às empresas do sistema produtivo nacional com excepção da agricultura e agro-alimentar e de algumas áreas dos transportes.

Nos dois primeiros QCA's, a estratégia económica assentou, em grande parte, em grandes projectos inovadores, aos quais se atribuía um efeito de arrastamento sobre o resto do território económico.

O Quadro Comunitário de Apoio que irá vigorar em Portugal até 2006, tem por objectivo transpor para a prática as disposições acordadas em Berlim pelo Conselho Europeu. Estas disposições tiveram como base de trabalho o *know-how* adquirido com os anteriores QCA's, assentes no princípio da subsidiariedade e da programação, assim como, na existência de desigualdades no âmbito das condições de vida dos vários Países e regiões europeias e na crescente taxa de desemprego da U.E. A programação do QCA III teve em linha de conta não só, o

¹⁴ Sá, Vasconcelos

fenómeno da globalização que assola a economia mundial, mas também, o previsível alargamento da União.

Portugal, nos últimos anos, tem vindo a beneficiar das contribuições financeiras dos fundos comunitários. Como resultado deste facto, a sua economia conseguiu progressos nunca antes pensados, ao nível da convergência real e nominal, assim como, na rigidez financeira, o que faz com que as entidades governantes do nosso País augurem grandes ideias para o período vindouro. Porém, Portugal tem de estar atento aos novos factores competitivos que regem a economia mundial.

Com o desenvolvimento verificado em sectores como sejam, os serviços, a indústria transformadora de material de transporte, máquinas, material eléctrico e electrónico, assistiu-se a níveis de actividade e emprego mais interessantes do que na maioria dos Países da U.E. No entanto, a última década foi caracterizada por um exacerbado desenvolvimento de sectores que implicaram o aumento da mão-de-obra trabalhadora, mas sem qualificações, o que, implicou, a baixa produtividade. Assim, não é difícil concluir que provavelmente continuaremos a não estar prontos para maiores e mais exigentes níveis de concorrência que são de esperar no futuro.

O QCA III visará assim, a valorização das pessoas devido aos baixos índices de produtividade da nossa economia. A actividade produtiva é outro dos pontos a destacar, na medida em que, os níveis de competitividade têm de ser maiores. Deverá ser dada mais atenção às inovações tecnológicas, assim como, ao progresso científico. A ideia de um território nacional uno e coeso é outro dos objectivos deste QCA. O desenvolvimento de infra-estruturas que entrem em compatibilidade com o ambiente e com a globalização premente terá como fim a redução dos desequilíbrios e assimetrias regionais.

Com o QCA III pretende-se superar determinados atrasos estruturais, como sejam, a baixa produtividade, os baixos níveis de habilitações e qualificações, o peso reduzido das actividades de I&D, as carências na oferta de infra-estruturas, a balança comercial de bens e serviços deficitária e assimetrias intra e inter-regionais face à Europa desenvolvida.

V – O alargamento da U.E. e o impacto dos Fundos Estruturais

O equilíbrio existente actualmente no seio da U.E., assim como, o espaço pelo qual ela é constituída poderá vir a ser alterado com o alargamento aos países da Europa Central e Oriental.

O conjunto de economias mais desenvolvidas que constituem a U.E. conjugadas com um certo número de Estados muito mais pobres irão originar como que uma miscelânea de economias em que uma grande parte viverá abaixo da média comunitária. Sendo de prever que venham a aderir à U.E. um conjunto bastante alargado de países do Centro e Leste europeu podemos quase afirmar que o núcleo central da União se irá deslocar mais para Leste, onde se situa actualmente a Alemanha.

Devido ao estado em que as economias referidas se encontram será de esperar, por parte da Comissão, uma alteração ao conjunto de políticas actualmente vigentes de modo a tornar eficaz a recuperação dos Países que venham a aderir. Com isto, os actuais Países que são alvo de maior preocupação por parte da U.E. poderão vir perder este papel em detrimento de outros ainda menos desenvolvidos.

Este possível alargamento, por sinal o quinto, irá praticamente revolucionar a geografia e a economia da actual U.E., não só porque o conjunto de Países que pretendem ser membros, ocupam de uma maneira geral uma grande área, mas

também porque as suas economias se encontram em tal estado de desenvolvimento que obrigará a U.E. a grandes encargos.

Se se verificar a passagem de 15 para um tão alargado número de Países no curto prazo, assistiremos, segundo os últimos dados, a um aumento da superfície em 34% e a sua população em 28%. Porém, as assimetrias é que serão mais evidentes.

Segundo os últimos dados disponíveis, e vigorando o alargamento que se prevê, cerca de 161 milhões de pessoas viverá com um rendimento médio inferior a 90% da média comunitária. A população da U.E. actualmente abrangida pelo Objectivo 1 passaria a 26% em contraposição com os actuais 19%. O rendimento médio das regiões mais ricas seria aumentado para mais do dobro relativamente ao das regiões mais pobres.

O modo como actualmente são geridos os Fundos Estruturais rege-se por tentar que as economias menos desenvolvidas alcancem no curto prazo a média comunitária. Por esse facto criou-se a excepção quando apareceu o Fundo de Coesão, mais orientado para os transportes e ambiente, de maneira a que essa convergência fosse mais célere por parte dos Países que eram alvo dessa ajuda.

O alargamento da União vai alterar por completo a orientação que tem vindo a ser seguida, isto porque, apesar de possuírem de uma maneira geral um elevado grau de escolaridade, a percentagem de população empregada é extremamente baixa.

Refira-se igualmente que são economias altamente dependentes do investimento estrangeiro, com mão-de-obra muito barata e nas quais a organização dos métodos produtivos ainda estão muito aquém daquilo que se faz no seio da U.E. As infra-estruturas para as quais é absorvido a maioria dos seus orçamentos estão

ligadas ao ambiente e aos transportes, não entrando assim em concorrência directa com os Países alvo do Fundo de Coesão.

Capítulo 3

A Convergência na Europa (1986-2000)

I – Diversidade Regional e Política de Convergência

Antes unificação monetária, quando as políticas macroeconómicas conduzidas nos anos 90, eram explicitamente inspiradas por uma preocupação de convergência, a integração económica e financeira gerou um movimento de aproximação entre as condições económicas das diferentes regiões.

Observou-se um fenómeno de convergência real, caracterizado pela aproximação das regiões menos desenvolvidas às regiões mais ricas. Esta questão é tanto mais legítima quanto a prosperidade económica e a elevação dos níveis de vida se colocaram como alguns dos principais objectivos do Tratado de Roma e que as políticas estruturais europeias foram fundadas na ideia que convinha conduzir uma acção voluntarista para favorecer o crescimento das regiões menos favorecidas e assim, assegurar uma repartição espacial equitativa dos frutos desta prosperidade.

Em torno desta questão enumeram-se três grandes incertezas:

- a das consequências desta integração económica e monetária na geografia económica;
- a dos mecanismos do alcance económico e da convergência dos níveis de vida num espaço integrado;
- a do emprego das políticas públicas de transferências orçamentais do território nestes processos e a respectiva eficácia.

As relações entre integração e convergência real estão longe de ser unívocas. Este facto foi reconhecido pelas próprias autoridades europeias logo que foram criados os fundos estruturais, e de maneira mais explícita, por ocasião da criação dos fundos de coesão.

É nossa pretensão trazer uma luz sobre as interacções complexas entre mudanças comerciais, implantações de empresas, investimentos em capital produtivo e em infra-estruturas, iniciativas privadas e intervenções públicas que modelam a geografia económica europeia.

II - A nova geografia económica da Europa

Segundo os autores clássicos, a polarização económica do espaço é uma consequência natural dos processos de especialização que gera o desenvolvimento das mudanças.

Os desenvolvimentos teóricos recentes, especialmente nos domínios do comércio internacional e daquilo que é para o futuro convencionado chamar a “nova geografia económica”, fazem uma análise diferente do tema¹⁵. Em primeiro lugar, parece que a estrutura das mudanças comerciais que se afirmou na U.E. ao longo dos últimos quatro decénios da sua existência não é simplesmente o reflexo de um processo de especialização geográfica clássica. O desenvolvimento do comércio intra-ramo no seio do mercado único, tem na realidade sido acompanhado pela progressão da diferenciação dos bens trocados.

O jogo de forças de aglomeração das actividades influencia estes esquemas de especialização. Os rendimentos de escala crescentes, o comércio externo e

¹⁵ Krugman (1991)

tecnológico e a redução dos custos de transacção alimentam estas forças cuja acção pode ser ampliada pela União Monetária.

A interacção das dinâmicas de especialização e de concentração desenha uma economia europeia às vezes diversificada e hierarquizada, onde as trocas cruzadas de produtos de qualidade diferente ocupam um lugar dominante.

A unificação monetária contribuiu para o aperfeiçoamento da integração negocial do espaço europeu, assegurando a comparação de preços e reduzindo os custos de transacção. O espaço europeu apresenta, a este respeito, impulsos específicos relativamente aos Estados Unidos da América. A concentração geográfica das actividades é menos pronunciada, mas a desigualdade do desenvolvimento regional, traduzida pelo PIB pc, é menos forte.

Por outro lado, a divisão geográfica pode travar esta concentração mas também perpetuar as disparidades de rendimentos. A concentração geográfica não é necessariamente criadora de desigualdades territoriais de natureza social, mas transforma-se caso faltem mecanismos de difusão dos lucros de produtividade e das subidas de salários no seio do espaço considerado. É verdade que existe uma especificidade europeia problemática, na medida que a União Monetária pode libertar as forças de aglomeração geográfica das actividades sem afectar muito os movimentos dos trabalhadores, salvo para certas categorias limitadas de mão-de-obra, geralmente as mais qualificadas.

Os factores que determinam a repartição geográfica de actividades parecem assim suficientemente múltiplos e complexos para gerar, pela sua combinação, trajectórias muito diferentes.

Esta indeterminação depende também da escala do território considerada: se a diversificação parece levá-lo ao nível de uma Nação de grande dimensão, a especialização domina mais claramente à escala regional. A qualidade desta especialização depende da capacidade da região em inserir-se nas redes geográficas, comerciais e tecnológicas. Talvez seja ainda preciso aprofundar esta análise, procurando identificar os territórios pertinentes, de escala eventualmente variável, correspondendo a uma unidade geográfica e económica disposta de recursos comuns e identificáveis, que os seus residentes podem mobilizar para participar activamente e eficazmente nas redes de economia europeia e mundial. Esta distinção entre esquemas de especialização nacionais e regionais tem prolongamentos dinâmicos se a convergência dos níveis de PIB pc entre Nações é perceptível no seio da U.E., é o muito menos à escala das regiões, em particular sobre os dois últimos decénios, que viram a extensão dos fundos estruturais.

Sabendo que a especialização é a força dominante à escala regional, enquanto que a diversificação prevalece ao nível nacional, levanta-se uma questão sensível relativamente à interacção entre nação e região no processo de integração europeia.

Esta questão não é nova mas, a unificação monetária pode avivá-la. Um dos paradoxos da União Monetária é o de que as nações já constituídas e unificadas sejam confrontadas pela sua criação, com uma nova heterogeneidade interna.

Com efeito, se esta diferenciação regional traduz o jogo normal da dinâmica do desenvolvimento, seria prejudicial em termos de eficácia e de crescimento europeu global, querer confrontá-la por políticas correctivas forçando a excessos de diversificação. Por outro lado, se se aplica mecanicamente o princípio da subsidiariedade, a correcção redistributiva das desigualdades territoriais de rendimentos tornar-se-á um problema supra-nacional.



III - Convergência Europeia

A U.E. é considerada um conjunto de Países com economias abertas em que o espírito empreendedor está sempre presente. A U.E. tenta conjugar as capacidades de uns e outros para que, cada vez mais, seja possível existirem menos diferenças entre os cidadãos europeus. Digo europeus na medida em que as possibilidades de adesão à U.E. são cada vez maiores, ficando deste modo poucas Nações fora desta grande associação do Velho Continente. O artigo 130 a) do Tratado refere que, dever-se-á “...*reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das várias regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo as zonas rurais...*”. Ao verificarmos a existência de grandes diferenças nos principais indicadores económicos quando comparamos as regiões entre si, podemos aferir que a existência de regiões em que os valores dos principais indicadores são menores, constituirão uma menos-valia para a U.E. propriamente dita, na medida em que o potencial regional que a região dispõe traria todas as vantagens para a comunidade, não só em termos de produtividade, mas também no que diz respeito a emprego/desemprego, infra-estruturas, matéria primas, etc.

Há que reduzir ao mínimo as disparidades verificadas dentro da comunidade para que a mesma tenha algum significado. As regiões só estarão minimamente equiparadas quando os valores registados em indicadores, como sejam, o emprego, o PIB pc, a competitividade e mesmo os chamados rendimentos básicos estejam em equilíbrio¹⁶.

Ao nos referirmos ao termo coesão temos de deixar bem presente a ideia de que a mesma só existe se for possível reduzir a diferença de oportunidades que uns têm relativamente a outros. O aumento de produtividade produz, em grande medida,

¹⁶ Livro Branco da Comissão, 1993

melhorias na qualidade de vida das pessoas e nas suas condições sócio-económicas, no entanto, tudo deve ser feito com equilíbrio.

A convergência implica, ao nível da U.E., uma melhoria dos grupos e regiões mais desfavorecidos, não só intrinsecamente, mas igualmente em relação ao exterior.

O facto de o rendimento per capita dos Países da coesão estar tão afastado do resto dos Países comunitários revela de uma forma bem clara a ausência de coesão. No entanto, temos que ser honestos ao referir que, apesar de uns estarem em maior consonância com outros, o que se verifica, é que ao longo dos anos as relações entre os Países comunitários tem vindo a aumentar, mais entre uns do que outros, mas nada comparável ao que se verificava antes da criação da Comunidade.

De uma maneira geral, o elevado crescimento da economia tem contribuído para uma maior convergência dos Estados-Membros, só que esta convergência apesar de ser bastante evidente em determinados períodos não é tão visível noutros, porque o ritmo de crescimento das economias não é constante, aparecendo por vezes hiatos em que se verificam recessões na economia dos Países.

Apesar das melhorias que se têm verificado desde 25 de Março de 1957, a U.E. ainda não se encontra completamente coesa, denotando muitas disparidades e divergências entre os seus Estados-Membros. Caso disso, é, por exemplo, o Produto Interno Bruto em 1999 da Irlanda ter sido 9,3% e o do Reino Unido 1,1%, enquanto o da U.E. no seu todo foi de 2%. Por outro lado, a nível regional, assistimos a uma discrepância enorme entre o PIB da região de Hamburgo (Alemanha) e o de Guadalupe (colónia francesa).

A concorrência ao nível da U.E. é extremamente importante, pois está em causa a concretização do tão desejado Mercado Único, assim como, dum salutar comércio entre as nações mundiais que, sob observação da Organização Mundial do Comércio (OMC), contribuem cada vez mais para o desenvolvimento do processo de globalização.

Aquilo a que se pode chamar Mercado Único está intimamente ligado à ideia de supressão de todas as barreiras, no entanto, este objectivo é muito difícil de alcançar por parte de todos os envolvidos e, não se pode pensar à partida que só teremos “benesses”, pois as desvantagens serão inúmeras com a livre circulação de pessoas, bens, capitais, etc.

Assim, entre os vários problemas que surgirão para as diversas entidades empresariais envolvidas, podemos constatar que a existência de práticas anti-concorrenciais que aparecem constantemente é um dos seus maiores problemas.

Como tal, a constante procura de auxílios estatais é algo que se vai assistindo cada vez mais nos dias que correm mas, “...as ajudas do Estado, ao distorcerem frequentemente a concorrência, não contribuem, em geral, para a eficiência económica...”¹⁷.

Nos últimos anos apercebemo-nos que todos os Estados-Membros têm convergido. É verdade que uns mais do que outros, havendo um, que no seio dos Países da coesão, se destaca - a Irlanda.

Esta tem vindo a apresentar os seus indicadores económicos com valores extremamente positivos comparativamente aos seus congéneres. O seu PIB pc foi

¹⁷ Gomes, M^a. Eugénia; Lobo, M. – Documento de trabalho – “U.E. – Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social. Tendências Contraditórias”

em 1986 de 60,8% relativamente à média europeia, em 1994 de 90,7% e espera-se que no ano 2000 se tenha situado 5 a 6% acima da média da U.E.

Entre 1986 e 1996, podemos constatar que o PIB das 10 regiões mais desenvolvidas sofreu um incremento de 5 pontos percentuais, enquanto o das 10 regiões menos desenvolvidas foi de 9 pontos percentuais. Logo, assistimos a uma reduzida variação num dos principais indicadores económicos em cerca de dez anos¹⁸. Qual o cenário que podemos esperar do futuro? Serão as regiões mais ricas sempre as mais ricas, assim como, as mais pobres sempre as mais pobres?

Apesar de todos os esforços, as disparidades existentes entre as regiões não param de aumentar, criam-se pacotes de fundos comunitários para combater as carências de cada um dos Estados-Membros e, o empenho de todos aqueles que querem uma comunidade una parece não surtir efeito.

Todos factores a seguir discriminados têm vindo a proporcionar uma alteração na amplitude espacial do sistema regional em que estamos inseridos. São, de facto, pontos de especial interesse e relevância que merecem ser destacados devido ao impacto que provocam no meio social e humano em que vivemos.

- o processo de globalização a que se tem assistido;
- o *know-how* ganho em alguns campos que fazem com que o desenvolvimento ou a detenção de informações seja já considerado um novo factor de produção (para além da terra, trabalho e capital);

¹⁸ Sexto Relatório Periódico relativo à situação sócio-económica e ao desenvolvimento das regiões da U.E., Julho 1999

- o papel desempenhado pelo continente europeu, nomeadamente a U.E. no contexto geopolítico internacional, tem vindo a assumir uma posição de maior preponderância no cômputo dos Países de todo o Mundo, visto ser nela que se encontram a maioria dos Países mais desenvolvidos, onde existem melhores condições de vida, menos desemprego, onde se luta para que haja maior coesão entre os intervenientes de modo a que não hajam tantas disparidades;
- as constantes migrações dos povos que procuram melhorias no seu bem estar, emprego e possibilidade de criação de família são factores que têm feito com que os Países do hemisfério Norte tenham vindo a ser invadidos pelos povos do Sul onde, nomeadamente em Países da África e da Ásia, se vive com condições perfeitamente lastimáveis;
- os avanços na medicina, proporcionam uma esperança média de vida do ser humano diferente da verificada no final do século passado. Como tal, apesar dos milhares de seres humanos que morrem todos os dias nos Países subdesenvolvidos, a população tem vindo a aumentar progressivamente.

Nos dias de hoje, verificamos convergência na produção mas não no emprego. As regiões onde se registam maiores níveis de desemprego continuam, a ser de uma maneira geral, as mesmas. Porém, aquele que proporciona uma maior preocupação é o desemprego de longa duração, ou seja, a existência de uma grande percentagem de população desempregada que não trabalha à mais de um ano. Em muitos casos, esta taxa de desemprego está relacionada com a exclusão dos jovens e das mulheres do mercado de trabalho.

Por parte dos Países que constituem a U.E., é necessário que se conjuguem esforços para que, através das melhores condições de vida que pretendem proporcionar, promovam a formação dos cidadãos e ajudem a integrar aqueles que se encontram em situação desfavorável há mais tempo.

IV – A articulação entre a competitividade e o processo de convergência

As disparidades económicas e sociais no seio da U.E. são inúmeras. No plano estrutural, os desequilíbrios entre as regiões constituem um dos problemas fundamentais, que se traduzem nas importantes diferenças de rendimentos verificadas entre as regiões da U.E., bem como, em grandes dificuldades no domínio do emprego. Aos desequilíbrios regionais no seio dos Estados-Membros, acrescem as diferenças por vezes consideráveis entre os níveis de desempenho das economias nacionais.

Com o alargamento para Sul, os desníveis de prosperidade acentuaram-se ainda mais, uma vez que os novos Estados-Membros incluíam regiões com um desenvolvimento económico muito menos importante. A Alemanha Oriental ao aderir à U.E., trouxe consigo consideráveis problemas económicos e estruturais. Em contrapartida, os Países que aderiram em 1995 (Áustria, Finlândia e Suécia) são Países prósperos apesar das dificuldades estruturais específicas de cada um. A Grécia, Portugal, vastas regiões de Espanha, o sul de Itália e a Sardenha, a Irlanda do Norte, a Córsega e os departamentos franceses ultramarinos, bem como os novos *länder* alemães, fazem parte do conjunto de regiões, cujo atraso de desenvolvimento é considerável. Aos problemas de atraso estrutural registado em algumas regiões, juntam-se as dificuldades de outras, outrora prósperas, mas que tentam agora a reconversão das suas indústrias em declínio, sobretudo: indústria carbonífera, siderurgia, construção naval e indústria têxtil, mediante uma reorientação da actividade económica para os sectores secundário e

terciário, que por sua vez, apresentam mais perspectivas no futuro. Também neste plano, os três novos Estados-Membros apresentam, à escala da U.E., apenas exemplos pontuais de regiões precariamente desenvolvidas.

Segundo alguns autores, competitividade é a capacidade de produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais, enquanto que, ao mesmo tempo, mantém níveis elevados e sustentáveis de rendimento. A competitividade regional encontra-se muito ligada a quatro factores: estrutura da actividade económica, nível de inovação, grau de acessibilidade e o grau de escolaridade das pessoas empregadas. Reflecte muitas vezes a eficácia das instituições e dos serviços.

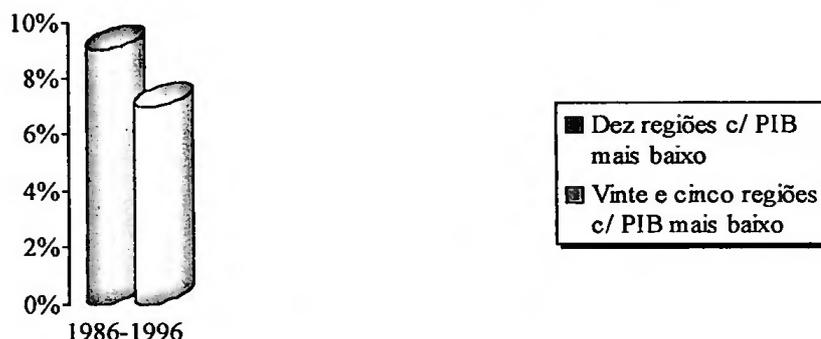
Sendo constituída por dois componentes, a produtividade e o emprego, a competitividade da U.E. não teve o crescimento esperado nos últimos tempos, pois o emprego não aumenta, ou não tem vindo a crescer ao mesmo ritmo que a produtividade. Os quatro da coesão sofrem grandes disparidades ao nível destes factores e têm vindo, com a ajuda dos fundos comunitários e estruturais, a tentar colmatar estas lacunas que existem nas suas economias. Refira-se, porém, o facto dos outros Países da U.E. sofrerem do mesmo problema, no entanto, em menor escala. Há uma necessidade destes Países estarem preparados para o futuro, pois a partir de 2006 (fim do III QCA) os auxílios comunitários não irão ter a preponderância, vista até à data, em virtude de, e segundo as últimas notícias, se prever a entrada no “Clube dos 15” de alguns Países da Europa de Leste. Verifica-se porém, que o PIB pc das regiões menos desenvolvidas da U.E. tem vindo a aproximar-se.

Analisando o período decorrido entre 1986 e 1996 constatamos que:

- O PIB pc nas 10 regiões onde se apresentava com valor mais baixo, aumentou 9% relativamente à média europeia. No que diz respeito às 25 regiões mais pobres o aumento foi de 7%;

Gráfico – IV

Evolução do PIB nas regiões mais pobres da Europa (1986-1996)



- Entre 1986 e 1996 o PIB, nas 10 regiões onde era mais baixo, aumentou de 41% para 50% da média da U.E. Nas 25 regiões onde este facto se dava, aumentou de 52% para 59% da média da U.E.;
- Nos Países da coesão (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal) o PIB pc teve um aumento de 65% para 76,5% relativamente à média da U.E. Isto deve-se, sem dúvida, à existência de uma maior integração europeia e também, ao apoio proporcionado pelos fundos estruturais na reconstrução e desenvolvimento dos Países.

Os níveis de convergência que podemos constatar de acordo com as percentagens apresentadas são bem figurativos da integração que tem sido feita ao longo da última década no seio da U.E. Esta convergência deve-se sobretudo ao apoio

dado pelos fundos estruturais que colmataram variadíssimas falhas existentes nos Países da coesão, promovendo, entre outras, o acréscimo de exportações, maior qualidade de vida das populações e melhoria das infra-estruturas existentes.

No entanto, a atribuição de fundos tem de ser constantemente analisada para que não sejam atribuídos mais fundos a determinada região em detrimento de outra.

Quando se fala em convergência não podemos apenas referir o item da produção, pois existem outros pontos de interesse. No caso do emprego, apesar de se ter registado uma certa diminuição ao nível de algumas regiões, os valores indicavam até à pouco tempo que quase 17 milhões de pessoas na U.E. estavam desempregadas. O afastamento do mercado de trabalho de mulheres e jovens tem vindo a provocar um aumento dos níveis de desemprego em determinados grupos, os quais não vêm a sua situação melhorada com a evolução positiva que a economia dos Países tem vindo a verificar.

As políticas da U.E. têm de ser aplicadas de acordo com as necessidades das regiões. Enquanto umas, que atravessam uma fase de reestruturação, têm como principal problema o nível de desemprego e não o subdesenvolvimento e a produção, noutras o problema verificado é exactamente o inverso. Assim, o papel dos fundos estruturais é de extrema importância devido à possibilidade que pode dar às populações, assim como, à actividade económica regional um forte apoio ao seu desenvolvimento.

Se a estrutura dos diversos sectores, em determinado País ou região, não for muito favorável, e se não houver a suficiente capacidade de inovação, o seu nível de competitividade apresentará valores insuficientes para poder fazer face às dificuldades que se irão apresentar, quando comparados com os outros congéneres.

Estes Países ou regiões terão assim de aumentar a sua produção e incrementar o seu crescimento, sendo este só possível, com o desenvolvimento de infra-estruturas de transportes, com uma maior qualificação da mão-de-obra existente ou daquela que possa vir a existir, maior eficiência da administração pública, assim como, do apoio que possa ser dado à actividade empresarial e a existência de uma estrutura de base social que possa actuar sempre que seja necessário.

Apoiamos a ideia de que o desenvolvimento regional deve aliar não só um processo de médio e longo prazo, no qual a ideia de competitividade deverá estar sempre presente, implicando a existência da chamada cultura empresarial, mas também um sistema administrativo capaz de corresponder às exigências sempre presentes no desenrolar dum processo deste género, uma promoção das relações entre as várias partes intervenientes, assim como, um desenvolvimento no sistema educativo de modo a possibilitar a existência de cada vez mais mão-de-obra qualificada, melhoria das infra-estruturas, etc.

Subjacentes à competitividade apresentam-se muitos factores. Entre eles encontramos as PME, que marcam a sua posição no que respeita à criação de emprego e na promoção e desenvolvimento de regiões mais atrasadas. Julgamos ser necessário referir que estas podem prestar um serviço cada vez mais eficaz se o seu grau de internacionalização for maior.

Outro dos factores é o chamado Investimento Directo Estrangeiro (IDE), na medida em que a introdução de mais capital em determinada região promove o seu desenvolvimento, mas também a existência de novos produtos e técnicas faz com que as pessoas se apercebam que é algo que lhes pode trazer mais-valias.

Pode-se referir, igualmente, a introdução ou existência de fontes de energia alternativa que, caso tenham um custo inferior poderão influir no crescimento económico.

Não nos poderíamos esquecer da importância que tem a qualificação da mão-de-obra. É necessário constatar, que apenas 25% da população portuguesa entre os 25 e os 59 anos possui um grau de escolaridade superior ao ensino básico. A nossa sociedade tem de ultrapassar este défice se quer estar minimamente nivelada com os outros Países da U.E.

O desenvolvimento regional está igualmente dependente de uma cultura dita empresarial por parte dos mais afoitos na área dos negócios, visto ser necessário haver uma constante procura pela inovação, pela melhoria das condições que permitam fazer frente à demais concorrência, entre outras. Faltando a existência de valor de capital social minimamente representativo, a competitividade regional dum entidade empresarial está seriamente posta em causa.

Nesta breve alusão aos factores que mais influenciam a competitividade não poderíamos deixar de assinalar o impacto que a administração pública provoca. Se esta não for tão centralizada como é em inúmeros casos, talvez a experiência daqueles que vivem os acontecimentos no terreno fosse bem mais salutar do que tentar aplicar determinadas políticas que podem ter trazido alguns resultados mas que, quando aplicadas noutros casos, poderão não surtir efeitos alguns.

Por fim, sentimo-nos obrigados a referir os fundos estruturais que desde 1986 muito têm contribuído para o desenvolvimento do nosso País. Não queremos dizer com isto que todas as regiões beneficiaram da mesma forma, mas que ao longo dos últimos quinze anos vimos o nosso País ser alterado, isso não podemos negar.

V - Factores que promovem e dificultam a convergência

A convergência das regiões é em princípio maior quando o crescimento económico apresenta valores positivos e o grau de integração económica é crescente. Isto verifica-se devido aos investimentos se dirigirem para locais onde os custos que poderão daí advir serem menores, a oferta de mão-de-obra ser maior e mais qualificada, as infra-estruturas existentes ou futuras apresentarem condições de segurança, fluidez e consistência. Outro factor que influencia a convergência das regiões é a transmissão de conhecimentos, quer ao nível das novas tecnologias, quer no caso de práticas correntes de ideias que poderão vir a traduzir-se em mais-valias. Por fim, é de referir que a transferência de mão-de-obra com baixos rendimentos e oportunidades de emprego para outra região onde as condições lhes são mais favoráveis pode ajudar na possível convergência entre as regiões.

No que concerne à competitividade, a U.E. apresenta dois pontos de especial relevância já anteriormente referidos, na medida em são eles que causam maior preponderância neste factor. Falamos exactamente dos níveis de produtividade que atingiram valores bem interessantes ao longo dos últimos tempos, assim como, do emprego. O aumento da produtividade faz com que a estrutura laboral seja obrigada a desenvolver-se, causando deste modo um grande desafio às altas instâncias da U.E.

As regiões com maior défice de desenvolvimento estão deste modo em apuros, visto que terão de, num prazo de tempo cada vez mais reduzido, superar o grau de desenvolvimento que neste momento suportam, e ao mesmo tempo, prepararem-se para as dificuldades vindouras. É necessário verificar que, se por um lado algumas regiões têm os níveis de produtividade ao nível da U.E., o seu nível de emprego está muito abaixo. Logo, o grande objectivo será tentar fazer

com que os valores venham a convergir num futuro muito próximo para assim as várias regiões não apresentarem valores tão díspares.

O baixo nível de competitividade verificado em alguns Países da U.E., assim como, nas suas regiões, deve-se ao facto da estrutura sectorial não ser de todo a mais eficaz e ao pouco investimento em Investigação & Desenvolvimento, implicando assim poucos progressos ao nível da Inovação.

Para tal, surge a necessidade de, no mais curto espaço de tempo, se investir numa sólida base produtiva, assim como, em potenciar os níveis de crescimento da economia.

Constata-se que é necessário ao nível da U.E. aplicar uma política, ou, incrementar um plano que promova a competitividade das inúmeras regiões, através, não só de uma cultura dita empresarial, melhorias na administração pública, melhores infra-estruturas, mas também uma maior e melhor qualificação dos recursos humanos e existência de uma base produtiva.

Entre os factores subjacentes à competitividade encontramos o desnível tecnológico, produção, inovação (I&D) e transferência de tecnologia. O papel que as PME têm na criação de emprego e no desenvolvimento das regiões, implica que estas dever-se-ão dispersar pelas várias regiões (ricas e pobres). No caso das pobres deverão ser criadas determinadas condições, como serviços de apoio e ligações com grandes empresas. A possibilidade de captação de IDE implica o desenvolvimento regional. A existência de fontes de energia a baixo custo promove o crescimento económico e o desenvolvimento, necessitando para isso de um forte investimento em infra-estruturas. Acrescentam-se outros factores como sejam a instrução da população activa (capital humano); factores institucionais (cultura empresarial, regras de comportamento social, capital

social, eficiência da administração pública) e o fornecimento de fundos estruturais (programação e avaliação, mobilização a nível local de parceiros públicos ou privados para maior eficácia dos fundos).

O impacto dos fundos estruturais nas regiões Objectivo 1 (regiões rurais com elevados níveis de emprego na agricultura e, conseqüentemente, com uma elevada taxa de migração) traduz-se pelo incremento do rendimento - efeito procura sobre o emprego e produto e pelo aumento do potencial produtivo da região - mais qualidade das infra-estruturas e maior competência da mão-de-obra.

Os fundos estruturais têm vindo a contribuir para a diminuição das disparidades de desempenho da economia em toda a U.E. e para a redução do desnível do PIB pc nos quatro Países da coesão e resto da U.E.

Outros factores que influenciam o desenvolvimento regional são as políticas governamentais, o investimento directo estrangeiro, a estrutura inicial da actividade económica, o espírito empreendedor dos agentes económicos, a eficiência da administração pública e a dotação de capital social.

Devido às disparidades no desenvolvimento e à maneira com as políticas comunitárias afectam as regiões, estas e as comunidades locais não convergem automaticamente para um território relativamente equilibrado. As medidas da comunidade modificam a estrutura espacial e o potencial da economia e da sociedade. Elas influenciam a posição competitiva e o significado espacial de uma cidade ou região. Na maioria dos casos, os objectivos das políticas da U.E. não têm um carácter espacial. Os fundos estruturais perseguem o objectivo da coesão económica e social. As disparidades regionais tendem a diminuir ao mesmo tempo que a concentração da actividade económica aumenta. O crescente desemprego na U.E. pode ser explicado pelo massivo fluxo de novos grupos

populacionais ao mercado de trabalho. O desemprego é também uma consequência da baixa intensidade de emprego na actividade económica das regiões.

O ritmo de convergência é maior em períodos de crescimento económico pois são maiores os níveis de investimento para as regiões onde os custos são inferiores e há maior oferta de mão-de-obra e de outros recursos. Este ritmo tem igualmente outros factores subjacentes, como sejam a transacção de tecnologia de regiões mais ricas para outras mais pobres e a migração de trabalhadores de regiões onde os salários são baixos para outras onde podem auferir melhores salários e condições de vida. No entanto, a existência de tecnologias e potencial de investimento não são factores suficientes para o progresso de uma região, esta deve ser capaz de uma utilização viável destes factores para assim poder usufruir de todas as potencialidades.

Numa primeira fase de desenvolvimento assiste-se a um agravamento das disparidades dentro do País, enquanto numa segunda fase o efeito absorção é o grande objectivo visto que existem elevados esforços para que os mais desfavorecidos tenham igualmente o sucesso alcançado em outras regiões.

O comércio estimula o crescimento, a competitividade e o emprego, pois proporciona oportunidades de mercado, e impulsiona o investimento, a inovação e a transferência de tecnologia.

Apesar de ter havido uma grande convergência dos quatro Países da coesão até meados da década de 90, quando começou a recessão económica esta convergência nunca mais registou os níveis até então assinalados. Há no entanto, que destacar o papel de relevo que tem vindo a ter a Irlanda, com níveis de crescimento superiores aos da U.E. Isto deve-se essencialmente aos

investimentos realizados internamente e ao desenvolvimento das empresas multinacionais em determinados sectores da actividade económica. No que diz respeito ao nosso País, este registou igualmente elevados níveis de desenvolvimento, no entanto, não tão elevados quanto os da Irlanda. O crescimento verificado é bastante díspar, visto que as zonas do litoral estão mais desenvolvidas do que as zonas do interior. Nota-se, porém que, tem havido um grande fomento do investimento e das exportações, factores determinantes para o crescimento de uma economia.

A coesão económica e social visa assegurar a solidariedade comunitária em proveito dos Países, das regiões e dos grupos de população menos favorecidos, de forma a: repartir equitativamente os benefícios esperados da U.E., acelerar a aproximação dos níveis económico-sociais dos Países menos desenvolvidos para que possam aderir plenamente à U.E.M. e aceitar as respectivas disciplinas, reduzir os desequilíbrios actuais que constituem eventuais fontes de distorções de concorrência, de migrações, etc., acompanhar a implantação de um mercado europeu do emprego a favor das categorias ameaçadas, efectuar uma contribuição activa para o crescimento, a competitividade e o emprego da U.E., graças a trabalhos de infra-estruturas e a projectos de formação e acelerar as reformas estruturais necessárias.

As medidas da comunidade modificam a estrutura espacial e o potencial da economia e da sociedade. Elas influenciam a posição competitiva e o significado espacial de uma cidade ou região, mas na maioria dos casos os objectivos das políticas da U.E. não têm um carácter espacial.

As disparidades entre os Estados-Membros tendem a diminuir, mas ao mesmo tempo a concentração regional das actividades económicas está a aumentar.

Devido ao aumento das disparidades e ao modo como as políticas da comunidade afectam as regiões individualmente, as comunidades locais e as regiões da U.E. não estão convergir automaticamente para um território regionalmente equilibrado no seio da U.E.M. Verificou-se uma diminuição progressiva das disparidades regionais, mais marcada contudo entre os Estados-Membros do que entre as regiões. Espanha, Irlanda e Portugal realizaram progressos consideráveis. Tudo indica que as regiões elegíveis a título do Objectivo 1, às quais são consagrados cerca de 70% do financiamento global da comunidade, registaram um crescimento mais rápido do que a comunidade no seu conjunto.

Aproximadamente 30 a 40% dos subsídios para as regiões abrangidas pelo Objectivo 1 são gastos em áreas urbanas. Presentemente, cerca de metade da população da comunidade beneficia dos fundos estruturais, instrumentos de financiamento da política regional da comunidade. O reforço desta coesão, através da promoção do investimento nas regiões com problemas de desenvolvimento ou de reconversão, constitui uma prioridade para o BEI.

A política regional da comunidade não se resume à transferência de fundos dos Países ricos para os pobres. As regiões mais desenvolvidas retiram igualmente benefícios da sua contribuição para as regiões menos desenvolvidas dos chamados fundos estruturais. Este facto deve-se ao pagamento de equipamentos e do saber que promovem. Medidas estruturais deste género estimularão a prazo o crescimento da comunidade e não apenas dos Países menos prósperos.

Os fundos estruturais representam um elemento indispensável da luta comunitária contra o desemprego, permitindo criar ou proteger os postos de trabalho.

O processo de integração europeia e a consequente criação de uma política mais centralizada terá inicialmente contribuído para um relativo isolamento dos cidadãos face aos centros de decisão.

Em matéria de política estrutural, a abordagem comunitária consiste, por um lado, em proporcionar incentivos financeiros e, por outro lado, em coordenar a política dos Estados-Membros. A acção desenvolvida no âmbito de política regional pressupõe igualmente o contributo dos auxílios nacionais concedidos de modo a garantir que estes não provoquem uma distorção da concorrência.

VI - Processo de convergência português

A adesão de Portugal à C.E.E., marcou uma nova fase de crescimento económico e o País atingiu, a ritmo acelerado, o nível do produto médio da U.E. O PIB pc português, medido em unidades de poder de compra, subiu de 53% da média europeia em 1985 para 73% em 1998, num ritmo de convergência sem paralelo nos últimos séculos.

A nossa integração na Comunidade, juntamente com a estabilidade governamental, explica o avanço do desenvolvimento económico português nos últimos anos. A maior abertura económica, as reformas estruturais empreendidas, a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos e o bom aproveitamento dos fundos estruturais comunitários terão contribuído para que a presença de Portugal na U.E. se tenha revelado um surpreendente êxito.

A integração europeia acentuou a transformação da estrutura produtiva portuguesa, que se aproxima do conjunto dos Países da U.E. A contribuição do sector agrícola para o PIB passou de 15% no começo da década de 70 para 4% no final dos anos 90. Por outro lado, o sector terciário passou de 43% para 65%

no mesmo período. A entrada de Portugal na C.E.E. coincidiu com o começo de uma nova fase da integração europeia, consistindo esta, na criação de um mercado único baseado na eliminação das barreiras técnicas, administrativas e fiscais e na livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. Apesar das preocupações que se manifestaram então, devido ao aumento da concorrência para a economia portuguesa, o Mercado Único exerceu pressão sobre as empresas no sentido do desenvolvimento dos factores de competitividade ligados indirectamente ao preço, bem como na realização das reestruturações necessárias a fim de melhorar a eficiência e a competitividade.

Os fundos estruturais atribuídos a Portugal, contribuíram para a melhoria das infra-estruturas físicas indispensáveis ao desenvolvimento, assim como, à qualificação dos recursos humanos.

Por sua vez, a estabilidade governamental alcançada pelos governos de maioria absoluta no período 1987-95, permitiu que fosse posto em marcha um amplo conjunto de reformas que possibilitaram a modernização da economia portuguesa e a sua convergência com a média europeia.

O processo de privatizações iniciado em 1989, a política de liberalização económica e o aumento da abertura dos mercados geraram uma nova dinâmica empresarial contribuindo para o aumento da eficiência, da competitividade e abertura do mercado de capitais.

No entanto, em meados da década de 90, assistiu-se a uma redução do crescimento verificado até então, devido aos fracos investimentos realizados e à grande dependência de sectores como os têxteis e o calçado, ou seja, Portugal não investiu o suficiente no desenvolvimento industrial.

Relativamente ao desemprego, a situação no território nacional contrasta muito com a do seu vizinho ibérico que apresenta a maior taxa de desemprego da U.E.

Apesar de se verificar no Alentejo um crescente aumento do desemprego, assim como, da migração, no cômputo geral, Portugal não apresenta taxas de desemprego muito superiores à média da U.E.¹⁹. As mulheres, em Portugal, têm uma maior taxa de actividade comparativamente ao que se passa noutros Países, contribuindo para inexistência de um elevado nível de desemprego. A reestruturação levada a cabo no nosso País com o apoio dos fundos comunitários fez com que muita mão-de-obra que estava desempregada arranjasse ocupação.

A partir de meados do ano 2000, a tendência para a Economia Portuguesa é de um crescimento na ordem dos 3% no PIB. Uma maior dinâmica da Procura Interna a curto prazo, assim como, da FBCF permitiram um acréscimo nos valores de crescimento económico. Porém, isto não é um facto para nos regozijar-mos, visto que, e segundo as últimas previsões, a U.E., sofrerá um incremento mais elevado que o nosso, tudo isto associado ao impulso que, de uma maneira geral, as exportações irão ter.

Portugal ultrapassou, em 25 anos, a situação de País atrasado e periférico, para a posição de País fundador da nova ordem económica europeia, um espaço de integração regional e supranacional. No futuro, é preciso saber conjugar de sobremaneira, o carácter supranacional das políticas monetária e cambial com a nossa dimensão. Dever-se-á apostar no ajustamento estrutural, que dote a economia portuguesa de suficiente capacidade, de forma a suportar a reformulação da sociedade e da economia mundial num futuro próximo.

¹⁹ vd. Gráfico X (página 103)

Fazendo a análise SWOT da economia portuguesa com base no “Resumo do QCA - Portugal 2000/2006”, constatamos o seguinte:

Pontos fortes:

- Progressos recentes na convergência económica, nominal e real e, em geral, o bom desempenho económico dos últimos anos, permitiram a participação de Portugal na primeira fase da U.E.M.;
- Integração na U.E.;
- Dinâmica de modernização e internacionalização de certos extractos do sector empresarial;
- Posição geográfica por se encontrar no cruzamento de rotas internacionais de transporte de passageiros e mercadorias, sendo a primeira plataforma atlântica do continente europeu;
- Condições naturais, climáticas, ambientais e de património histórico e cultural favoráveis.

Pontos fracos:

- Baixa produtividade da economia: baixas qualificações da população e sistema científico-tecnológico, inovação pouco evoluídos;
- Modelo de crescimento económico ainda baseado no reforço do capital físico (infra-estruturas) e insuficientemente assente nos designados factores imateriais da economia (produtividade, competitividade, inovação);
- Situação periférica no continente europeu;
- Assimetrias regionais;
- Fragilidade estrutural da agricultura;

- Portugal, apesar de constituir a porta atlântica de conexão com o resto da Europa, tem uma rede de acessibilidades muito fraca, ao qual se acresce a baixa qualificação dos recursos humanos.

Tudo isto contribui para a existência de disparidades regionais que, apesar de menores comparativamente às registadas há alguns anos atrás, são ainda bastante visíveis nos dias que correm.

Acresce mencionar, que existem outros factores que, não sendo aparentemente tão visíveis como os atrás citados, merecem um certo destaque. São eles a ineficácia crescente da administração pública, a quase inexistência de instituições sociais e de solidariedade, a falta de infra-estruturas em todos os campos da sociedade, a falta de apoio ao empreendedorismo e às empresas, a existência de uma cultura empresarial retrógrada que mormente tem vindo a ser ultrapassada com a presença cada vez mais vincada de multinacionais no nosso País. Refira-se porém que, sendo os factores atrás referidos aplicáveis a outros Países, existem características inerentes a muitas economias que não são aplicáveis a outras.

Relativamente às relações bilaterais, a economia portuguesa, com a sua adesão à U.E. incrementou notavelmente os fluxos comerciais com os seus congéneres europeus de uma maneira geral e em especial com a Espanha. Os dados estatísticos que se podem verificar a seguir, traduzem bem que, em poucos anos, a débil relação comercial entre Portugal e os outros Países da U.E. foi alterada substancialmente, mostrando mesmo, um crescente processo de vinculação económica para os anos vindouros.

Quadro – III**Evolução das exportações portuguesas para alguns países da U.E. no período - 1980-91**

	1980	1985	1991	80-85	85-91
EU-12	59,5	62,5	75,2	+3,0	+12,7
Reino Unido	14,8	14,6	10,8	-0,2	-3,8
Alemanha	13,5	13,7	19,1	+0,2	+5,4
França	10,6	12,7	14,4	+2,1	+1,7
Itália	5,7	3,9	4,0	-1,8	+0,1
Espanha	3,6	4,1	14,9	+0,5	+10,8

Fonte: INE: Séries Anuais 1980-91

Como se pode constatar, o fluxo de exportações portuguesas para a U.E. sofreu um aumento de 3% entre 1980 e 1985, no entanto, após 1 de Janeiro de 1986 (entrada de Portugal para a U.E.) e até 1991 este fluxo registou um aumento de aproximadamente 13%. Estes valores mostram bem a crescente abertura que a economia portuguesa registou após 1986.

Quadro – IV**Evolução das importações portuguesas de alguns países da U.E. no período - 1980-91**

	1980	1985	1991	80-85	85-91
EU-12	45,3	45,9	61,9	+0,6	+16,0
Reino Unido	8,8	7,5	7,5	-1,3	0,0
Alemanha	11,7	11,5	15,0	-0,2	+3,5
França	7,3	8,0	11,9	+0,7	+3,9
Itália	5,2	5,2	10,2	0,0	+5,0
Espanha	5,5	7,4	15,8	+1,9	+8,4

Fonte: INE: Séries Anuais 1980-91

Do mesmo modo, com a integração da nossa economia na europeia, as importações portuguesas procedentes da U.E. registaram um elevado crescimento. Enquanto no período entre 1980 e 1985 o valor apresentado foi de apenas 0,6%, no período seguinte (pós-adesão) já se verificou um acréscimo de 16%. Realce-se o facto de que a partir deste momento (pós adesão) a Espanha passou a ser o nosso maior fornecedor.

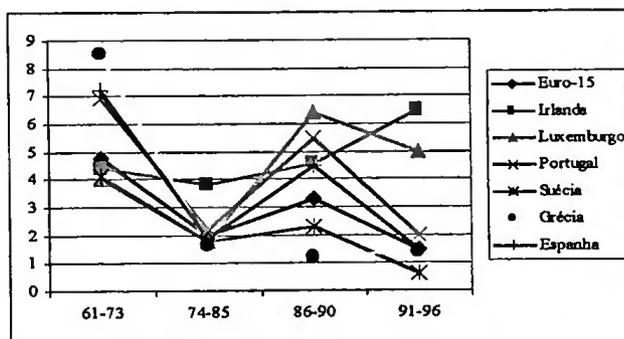
Podemos assim concluir que até inícios da década de 90 a abertura da nossa economia teve como maior destinatário a nossa vizinha Espanha.

Ao fazermos uma análise da actual situação económica, com base em acontecimentos precedentes e tendo sempre em conta aquilo que o futuro nos reserva, temos que ter linha de conta que dever-se-á promover ao máximo a flexibilidade de todas as estruturas envolvidas pois é comum haver grande dependência entre as partes envolvidas.

Para podermos realmente ver as desigualdades existentes entre os vários Países que constituem a U.E., podemos comparar diversos indicadores económicos ao longo de um período de tempo relativamente grande. Assim, nos gráficos que se seguem, poder-se-á ver se tem existido desde a década de 60 até aos nossos dias alguma convergência entre alguns Países que actualmente constituem a U.E. Entre os indicadores apresentados podemos encontrar o PIB, a produtividade, o emprego, a taxa de desemprego e as relações comerciais que os Estados-Membros têm.

Gráfico – V

Evolução do PIB português no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão

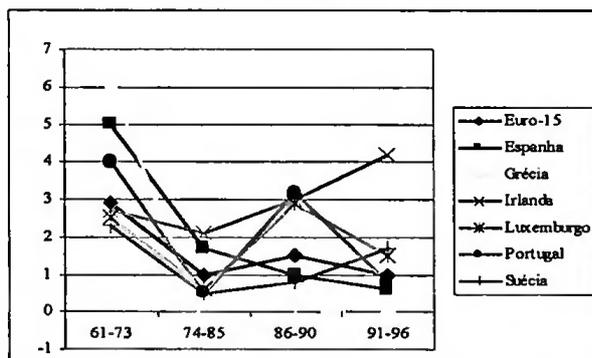


Fonte: Eurostat

Como podemos verificar, Portugal tem o nível do Produto em nada inferior ao da U.E., verificando-se entre 1974 e 1990 um crescimento positivo bastante significativo superior à média europeia. De realçar o caso da Irlanda, nossa congénere no quadro dos Países da coesão que apresenta valores crescentes a partir de 1974.

Gráfico – VI

Evolução da produtividade portuguesa no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão

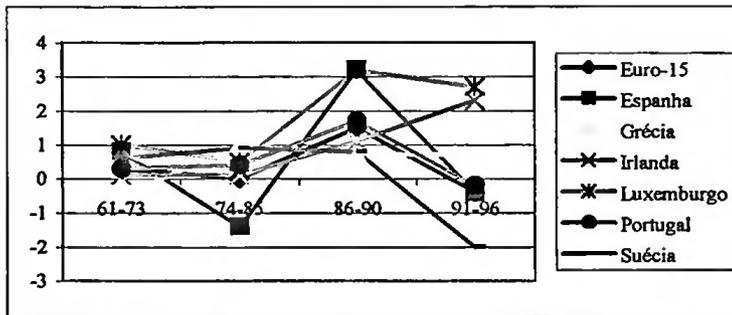


Fonte: Eurostat

Ao nível da produtividade, verifica-se que Portugal acompanhou a evolução da média europeia, embora os comportamentos tenham sido mais acentuados quer em períodos de descida, quer de subida. Realce-se o facto de a Grécia, a partir de 1974 ter apresentado sempre resultados praticamente negativos da sua produtividade acumulada.

Gráfico – VII

Evolução do emprego português no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão



Fonte: Eurostat

A evolução do emprego em Portugal apresentou até 1990, uma evolução assaz positiva, destacando-se em contrapartida uma forte queda na vizinha Espanha no período entre 1974 e 1985. Registou-se uma inversão dessa tendência a partir de 1990, tendo Portugal acompanhado a evolução da média da U.E., embora numa posição ligeiramente superior.

Ao nível do emprego, em conformidade com a figura que se segue, verifica-se que a região Norte de Portugal Continental detém, em 1999, um índice de população empregada ao nível de outras regiões da U.E., nomeadamente do Reino Unido, da Suécia e da Áustria. A restante área do País apresenta níveis de emprego semelhantes à Irlanda, França e Alemanha.

Figura I

Taxa de emprego 1999 - total



% população 15-64 anos



Fonte: Eurostat e INE

De acordo com a figura II, pode-se verificar que a taxa de emprego é semelhante para ambos os sexos nas regiões Norte e Centro de Portugal, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta a mesma relação mas num índice inferior. Por seu lado a região Sul apresenta uma taxa de emprego das mulheres bastante inferior à dos homens.

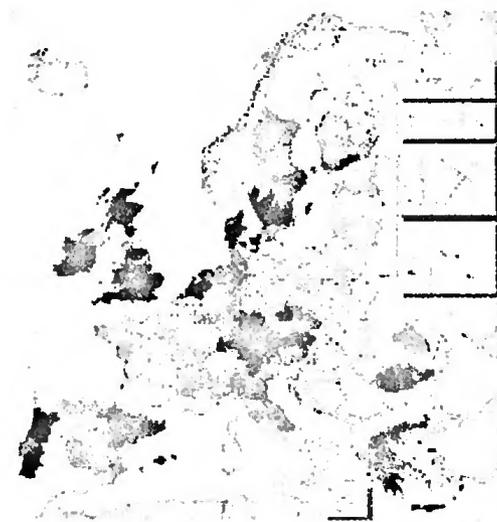
Fazendo uma análise comparativa com outros países da U.E., verificamos que as regiões mais perto do Mediterrâneo são alvo de maior inactividade laboral por parte do sexo feminino em contrapartida com o Norte da Europa.

Verifica-se relativamente ao sexo masculino, que de uma maneira geral todos os Estados-Membros têm regiões onde se verifica uma maior percentagem de

população inactiva, porém há uma maior concentração na antiga Alemanha de Leste e nas regiões junto ao Mediterrâneo.

Figura II

Taxa de emprego 1999 - homens/mulheres



% população masculina 15-64 anos



Fonte: Eurostat e INE



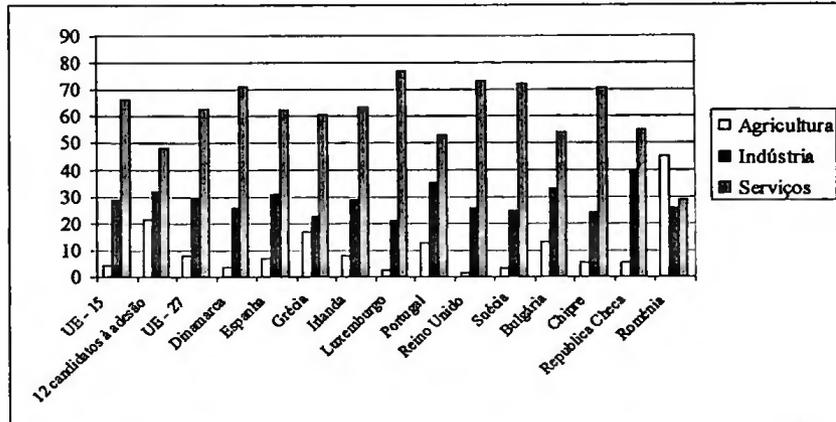
% população feminina 15-64 anos



Fonte: Eurostat e INE

Gráfico – VIII

Emprego por sector de actividade - 2000

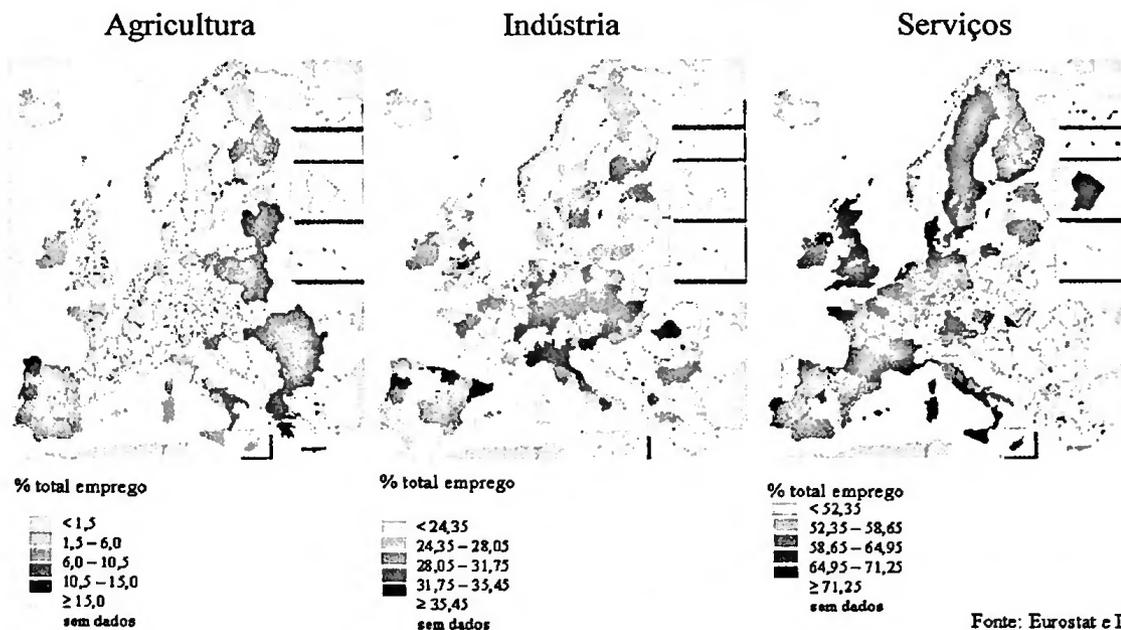


Fonte: Eurostat

Podemos verificar, ao analisar o gráfico supra, que o Reino Unido é o País no cômputo da U.E. e dos 12 Países que querem aderir à União que menos população tem empregada no sector Primário, ao invés da Roménia é aquele que mais pessoas emprega neste sector. Relativamente à Indústria (sector secundário), a República Checa é o País que mais pessoas tem dedicadas a este sector, do qual muito se deve à tentativa de recuperação do País após a separação do antigo Pacto de Varsóvia. Por sua vez, o Luxemburgo é aquele que menos população emprega neste sector. Refira-se que este é o País da U.E. e dos 12 Países que querem aderir à União que mais pessoas emprega no sector Terciário (Serviços) ao inverso da Roménia que como grande parte da população na Agricultura não tem grandes índices de população empregues neste sector.

Figura III

Emprego por sector de actividade - 1999



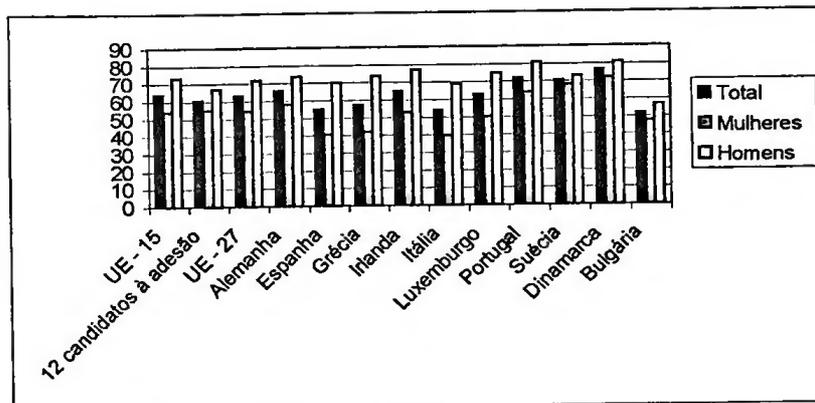
Fonte: Eurostat e INE

Esta figura, representando o emprego por sector de actividade em 1999, é bem demonstrativa daquilo que acabámos de referir.

No gráfico seguinte podemos constatar que na Bulgária a taxa de emprego da população activa é quase de 50%, traduzindo-se o facto numa elevada taxa de desemprego. Na situação oposta encontra-se a Dinamarca, cuja população activa se encontra praticamente toda empregada (na ordem dos 76%).

Gráfico – IX

Evolução da taxa de emprego (pop. 15-64 anos) - 2000

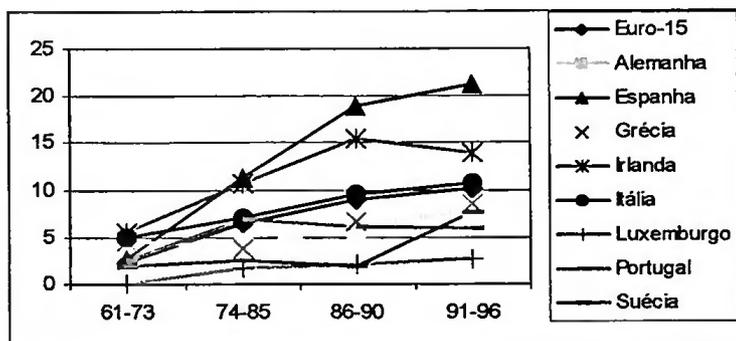


Fonte: Eurostat

O gráfico IX mostra como se tem portado Portugal comparado com sua vizinha ibérica, assim como, com outros Países que fazem parte da U.E. ou que pretendem fazer. Nos dias de hoje, a Espanha denota grandes dificuldades em fazer frente a uma taxa de desemprego que parece ter grande apreensão em baixar. Através de uma análise mais aprofundada verificamos que a Itália também tem os valores da sua taxa de desemprego bastante elevados. Porque será que estes dois Países têm valores tão elevados de pessoas desempregadas? É de supor que, em virtude de o primeiro receber grandes vagas de imigrantes magrebins e o segundo de imigrantes balcânicos não seja possível aos seus governantes fazer frente a estes fluxos migratórios. É verdade que a Alemanha também recebe inúmeros imigrantes provenientes, principalmente, dos Países de Leste e do Médio Oriente, no entanto, como a ex-RDA está em construção desde 1989, esta mão-de-obra arranja com relativa facilidade local de trabalho. O gráfico X mostra bem como tem evoluído a taxa de desemprego destes Países.

Gráfico – X

Evolução do desemprego português no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão



Fonte: Eurostat

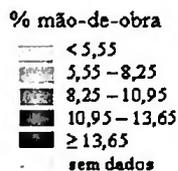
A figura IV dá-nos uma perspectiva global do desemprego na Europa em 1999. A zona Norte de Portugal e o Algarve, com uma taxa de desemprego inferior a 5,55%, é comparável com o sul do Reino Unido, sul da Irlanda e Áustria, por exemplo.

Por outro lado, a zona de Lisboa e Vale do Tejo e o Alentejo apresentam níveis de desemprego na ordem dos 6 a 8% à semelhança da grande maioria das regiões dos Estados-Membros.

Os maiores níveis de desemprego caracterizam quase toda a área das regiões junto do Mediterrâneo, provavelmente devido à maior inactividade do sexo feminino, no entanto verifica-se igualmente na zona Escandinava uma elevada taxa de desemprego.

Figura IV

Taxa de desemprego por região – 1999

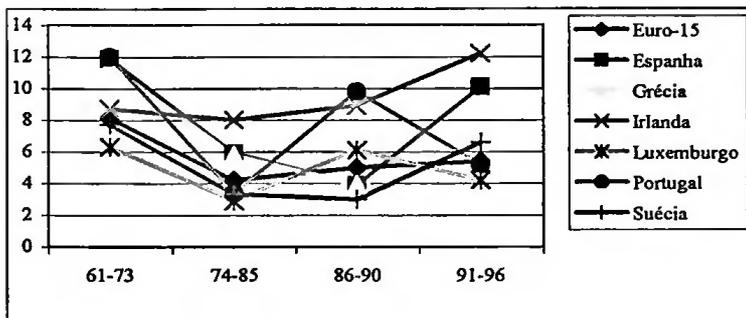


Fonte: Eurostat e INE

Ao nível das relações comerciais, verifica-se que as exportações portuguesas no período anterior à nossa entrada para a comunidade apresentavam um decréscimo no crescimento. Todavia no período que vigorou entre 1986 e 1990 registaram valores bastante interessantes devido a “novidade” que os produtos nacionais apresentavam no mercado externo. A década de noventa nada trouxe de novo à nossa situação a não ser os registos que anteriormente se verificavam ao curto período de prosperidade. A evolução das exportações nos restantes Países da coesão apresenta cenários bem diferentes do nosso, registando-se fortes crescimentos na Irlanda e Espanha na década de noventa, enquanto que se regista na Grécia, ao longo de todo o período em análise, um decréscimo das mesmas.

Gráfico – XI

Evolução das exportações portuguesas no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão

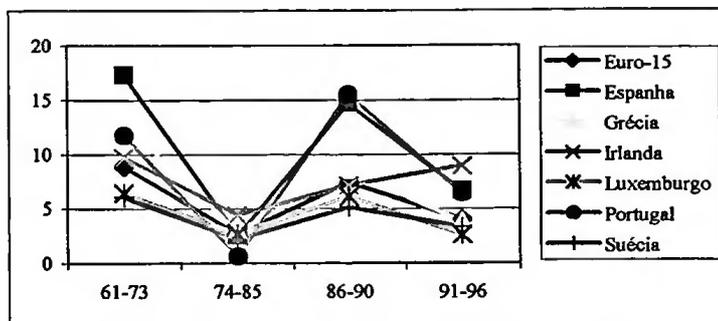


Fonte: Eurostat

O ritmo de evolução das exportações portuguesas tem apresentado oscilações durante o período em análise. Em conformidade com o gráfico XII, verifica-se que as nossas importações apresentam um comportamento em tudo semelhante. A Irlanda é o único País da coesão que apresenta uma subida das importações a partir do período entre 1974/85, contudo é compensada pela grande evolução que as suas exportações têm vindo a ter.

Gráfico – XII

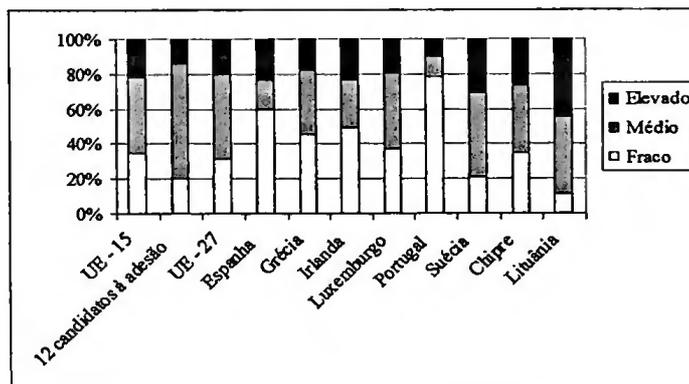
Evolução das importações portuguesas no período 1961-1996 relativamente aos países da coesão



Fonte: Eurostat

Gráfico – XIII

Nível de instrução da população - 2000



Fonte: Eurostat

O gráfico XIII evidencia com bastante clareza e com dados bem recentes o atraso significativo que o nosso País tem ao nível da instrução da massa populacional. Praticamente 80% da população portuguesa têm um nível de instrução bastante fraco quando comparado com outros Países da U.E. e mesmo com Países que

querem aderir à União. No entanto, parece que é um problema que se verifica ao nível da Península Ibérica, pois a Espanha também apresenta valores bastante baixos ao nível dos conhecimentos que a sua população detém.

Por sua vez a Lituânia, País que ainda não faz parte da U.E. é aquele cujos índices populacionais com um elevado nível de instrução se mostram com maior destaque.

VII - Evolução das regiões portuguesas no contexto da convergência europeia - NUTS II

Ir-se-á agora fazer uma retrospectiva daquilo que tem vindo a ser a evolução das regiões portuguesas desde 1950 até aos nossos dias, quando comparadas com algumas das regiões mais e menos desenvolvidas da Europa da época retractada.

É de notar que até determinado ano da nossa história uma das regiões era apenas designada por Lisboa, algo que não acontece hoje em dia, pois esta envolve agora o Vale do Rio Tejo.

Assim temos:

Quadro – V

Regiões Portuguesas – 1950

Ranking Europeu	Região	PIB/população	PIB (milhares dólares)	População (milhares)
71	Lisboa	250	502	2.008
87	Centro	132	323	2.445
90	Norte	120	293	2.427
97	Alentejo	110	79	714
104	Ilhas	91	54	588
105	Algarve	88	29	328
			1.280	8.510

Fonte: Milagros Garcia Crespo, FCEE, Univ. del País Vasco - Bilbao

Neste ano, podemos verificar que o PIB pc foi muito díspar entre Lisboa, a região mais desenvolvida, e o Algarve, por contrapartida, a região mais pobre, numa proporção de 1 para 17,31.

Relativamente ao ano de 1977, ou seja, transcorridos vinte e sete após a constatação dos dados atrás analisados, a situação que temos é a seguinte:

Quadro – VI

Regiões Portuguesas - 1977

Ranking Europeu	Região	PIB/população	PIB (milhares dólares)	População (milhares)
93	Lisboa	2.251	6.867	3.050
103	Centro	1.619	3.856	2.381
104	Alentejo	1.435	732	510
105	Norte	1.368	4.100	2.996
106	Ilhas	895	472	527
107	Algarve	789	244	309
			16.271	9.773

Fonte: Milagros Garcia Crespo, FCEE, Univ. del País Vasco - Bilbao

Podemos concluir que o PIB nacional atingiu os 16.271 dólares e que a população aumentou em cerca de 1 milhão e 263 mil habitantes. Apesar destes valores se apresentarem superiores relativamente a 1950, no cômputo da média europeia a nossa posição baixou uns degraus no *ranking* europeu, ocupando neste ano os últimos lugares da tabela europeia.

Sabendo à partida que o PIB pc poderá ser o melhor indicador económico para medirmos a evolução de um País, será usado de seguida outro importante

indicador, ou seja, a produtividade média, de maneira a ajudar a consolidar aquilo que acabámos de verificar.

Quadro – VII

Regiões Portuguesas - Produtividade Média - 1950

Região	PIB (milhares dólares)	População activa (milhares)	Prod. Média
Lisboa	502	732	685,79
Centro	323	782	413,04
Norte	293	819	357,75
Alentejo	79	178	303,37
Ilhas	54	263	300,38
Algarve	29	121	239,67
	1.280	2.895	442,14

Fonte: Milagros Garcia Crespo, FCEE, Univ. del País Vasco - Bilbao

Quadro – VIII

Regiões Portuguesas - Produtividade Média - 1977

Região	PIB (milhares dólares)	População activa (milhares)	Prod. Média
Lisboa	6.867	1.186	5.790,05
Centro	3.856	795	4.850,31
Alentejo	732	1.108	4.027,50
Norte	4.100	187	3.914,44
Ilhas	472	170	2.776,47
Algarve	244	89	2.741,57
	16.271	3.445	4.723,08

Fonte: Milagros Garcia Crespo, FCEE, Univ. del País Vasco - Bilbao



Como os quadros mostram, entre 1950 e 1977 a região mais rica e a mais pobre continuam a ser as mesmas, apesar do PIB pc ter aumentado, tal como aconteceu com a produtividade média. Portugal no âmbito dos Países que constituem hoje em dia a U.E., regrediu bastante, visto o desenvolvimento verificado nos seus congéneres europeus ter sido muito maior.

Apesar de termos realizado uma retrospectiva da economia portuguesa, para os anos de 1950 e de 1977, faremos agora uma comparação entre as regiões portuguesas (excluindo as Ilhas) e as restantes regiões europeias, designadamente as mais ricas e as mais pobres. Esta análise será feita numa primeira fase para os anos entre 1986 e 1988, e, posteriormente, para os anos entre 1995 e 1997.

Quadro – IX

Survey de algumas regiões europeias - 1986/88

Região	PIB (milhares dólares)	População activa (milhares)	Produtividade Média
Alentejo	4.015,4	283	70,48
Centro	4.714,8	958	203,19
Estremadura	4.985,1	452	90,67
Algarve	5.018,4	205	40,85
Ipeiros	5.345,7	197	36,85
Norte	5.764,2	2.190	379,93
Íonia Nisia	5.847,6	86	14,71
Lisboa VT	8.937,3	1.998	223,56
Darmstadt	17.119,4	1.935	113,03
Região de Bruxelas	18.467,6	456	24,69
Hamburgo	20.821,5	885	42,50

Como se constata através do quadro IX, no biénio em causa, das cinco regiões que dão origem a Portugal Continental, três delas encontravam-se à data da nossa entrada para a C.E.E., entre as seis mais pobres da comunidade. A distância verificada entre o rendimento per capita dos elementos constituintes da nossa população, atingiu na década de 80 valores tão baixos, que será de perguntar como estaria Portugal no século XXI se não tivesse aderido à antiga C.E.E.?

Quadro – X

Survey de algumas regiões europeias - 1995/97

Região	PIB (milhares dólares)	População activa (milhões)	Produtividade Média
Ipeiros	7.926	174	21,95
Voreio Aigaio	9.366,2	78	8,33
Estremadura	9.882,5	502	50,80
Centro	11.000,1	1.119	101,73
Alentejo	11.081,2	269	24,28
Norte	11.241,1	2.240	199,27
Algarve	12.856,5	200	15,56
Lisboa VT	16.047,6	1.949	121,45
Região de Bruxelas	31,327,9	488	15,58
Hamburgo	34.844,6	997	28,61
Londres	40.601,2	2.311	56,92

Dez anos mais tarde, a situação encontrada não é muito melhor. Apesar de termos subido alguns lugares no ranking regional europeu continuamos a situar-nos na cauda da Europa, excepção feita a Lisboa e Vale do Tejo, que devido aos

avultadíssimos investimentos feitos na zona, os requisitos que a incluíam numa região de Objectivo 1 estão praticamente cumpridos.

O crescimento económico na U.E. na década de 80 e primeira metade da década de 90 foi marcado pela convergência entre os Países, mas não entre as suas regiões. Em Portugal, sendo um País de segunda linha, as regiões mais ricas convergiram para a média europeia, no entanto, as mais pobres, para trás ficaram. Duas possibilidades de explicação podem ser dadas: a primeira corresponde a uma não selectividade da Política Regional que comparticipou as regiões ricas e pobres dos Países menos desenvolvidos sem uma adequada discriminação. Por outro lado, a segunda explicação pode ser dada através dos investimentos que se fizeram em infra-estruturas de transporte e de comunicação nas áreas económicas mais atractivas em desfavor de outras. Isto acontece porque as grandes trocas comerciais necessitam deste género de infra-estruturas.

No que respeita à segunda metade da década de 90, a convergência de Portugal face aos restantes países da U.E. fica bastante evidenciada quando são estudadas variáveis de carácter estrutural tais como a dotação e qualificação dos recursos, a estrutura produtiva e o comportamento da procura.

Para o período analisado, no que se refere à dotação e qualificação dos recursos temos que:

- A densidade populacional portuguesa é inferior à média da U.E., mas superior em relação à Espanha e Irlanda. A discrepância que se verifica entre as regiões portuguesas é elevada. A Região Autónoma da Madeira, Lisboa e Vale do Tejo Norte apresentam índices bastante superiores à média da U.E., enquanto que as regiões do Alentejo e Algarve ocupam posições opostas.

- A natalidade portuguesa pouco evoluiu no período referenciado (10,8% em 1995 para 11,4% em 2000), sendo esta superior em cerca de 2% em relação a Espanha e inferior em 3% relativamente à Irlanda. Numa análise regional verifica-se que foi a Região Autónoma dos Açores a que mais contribuiu para esse índice enquanto que o Alentejo se encontra numa situação descendente.
- A estrutura etária média da população portuguesa é idêntica à da U.E., verificando-se um envelhecimento no período em análise. A Espanha apresenta um envelhecimento superior e a Irlanda um índice bastante inferior, em face de Portugal. Em termos regionais as discrepâncias são evidentes, as regiões que apresentam um índice de população mais jovem são as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e na posição oposta encontram-se as regiões do Alentejo, Centro e Algarve.
- O nível de instrução da população portuguesa situa-se num nível bastante aquém da média comunitária. Em 1998 apenas 10,8% da população adulta possuía o ensino secundário, valor este bastante inferior à média comunitária, de 40,2%, e do valor da Irlanda (30,2%), mas aproximado ao da Espanha, de 13,5%. No que concerne ao ensino superior, a situação não é diferente, apenas 9,2% da população adulta aufere diploma de ensino superior, enquanto que a média da U.E. se situa nos 21,5%. A Irlanda situa-se nos 21,2% e a Espanha nos 19,8%. A taxa de analfabetismo, num nível igualmente desfavorável para Portugal é, em termos regionais, mais acentuada nas Regiões do Alentejo, Algarve e Centro. Ao nível das despesas com educação (públicas e privadas) verifica-se que Portugal apresenta em 1998 o

valor mais alto, cerca de 5,8% do PIB, relativamente à média da U.E. (4,8%), à Espanha (5,7%) e à Irlanda (5,0%).

- Criação de uma economia europeia com alicerces no conhecimento assume-se como um dos principais objectivos a concretizar. Para esse efeito é necessário que todos os Estados-Membros procurem desenvolver áreas como o conhecimento e a tecnologia. Assim, a variável I&D traduz um importante indicador de convergência. Portugal revela um razoável atraso nesta área face aos restantes países da U.E. Passou de 0,57% de despesas em I&D no PIB para 0,77% no período 1995-1999, enquanto que a média europeia se fixava nos 1,81%, a Irlanda nos 1,39% e a Espanha nos 0,90%. Em termos de financiamento da despesa em I&D, verifica-se que Portugal regista uma situação oposta relativamente à média comunitária, ou seja, o esforço do Estado é bastante superior ao realizado pelas empresas, as quais revelam interferir muito pouco nesta matéria. Enquanto que a média da U.E., em 1999, apresenta o rácio 54,8% para as empresas e 36% para o Estado (a restante parcela corresponde a outras fontes nacionais e estrangeiras), em Portugal fixou-se nos 21,4% para as empresas e 69,6% para o Estado. A situação espanhola aproxima-se da média da U.E. e a Irlanda apresenta um peso nas empresas muito superior ao do Estado. Sendo os recursos humanos um forte indicador do nível de I&D de cada país, verifica-se que o índice de pessoal afecto à área de I&D comprova mais uma vez o forte atraso de Portugal. A percentagem deste segmento sobre a população activa no ano de 1999 é de 9,4% na média da U.E., 5,9% na Espanha e 7,8% na Irlanda. Portugal encontrava-se nos 4,1%. A distribuição desta população no Estado e nas empresas revela igualmente um peso maior do primeiro face ao segundo, mas sobretudo uma forte incidência no

Ensino Superior, o que significa que é premente que este conhecimento seja partilhado com o sector produtivo.

- É bem evidente a importância das infra-estruturas no desenvolvimento sustentado de um país, permitindo estas atrair investidores e fomentar o desenvolvimento e a coesão. Neste sentido, a política económica seguida por Portugal tem passado pela criação de tais condições que permitam atingir esses objectivos e ainda diminuir o atraso verificado no nosso país relativamente ao resto da U.E. As infra-estruturas de transporte destacam-se pela sua elevada importância. Com vista à melhoria das acessibilidades, construção de novas vias e beneficiação da rede já existente, foi encetado um programa que beneficiou não só do orçamento do Estado como também dos programas comunitários inseridos nos QCA e no Fundo de Coesão e ainda da participação do sector privado. O investimento em infra-estruturas de transporte representou em 2000, 6,6% do investimento total (7,2% em 1996), valor este superior a média dos 15. A situação portuguesa no que se refere à percentagem desta despesa sobre o PIB foi igualmente superior entre os países da coesão no ano 1996. Fazendo a repartição deste investimento por tipos de transporte verifica-se que o rodoviário é o que absorve a maior fatia, cerca de 61%, colocando-se o ferroviário na segunda posição com 26%. Este último, embora tenha sido alvo de um forte desenvolvimento em face de períodos anteriores, está longe de atingir os níveis da média europeia. O transporte marítimo, por seu turno fica pelos 4,4%, embora o investimento tenha sofrido um aumento nos últimos anos, no qual se destaca a modernização dos portos e a melhoria das acessibilidades a nível terrestre e marítimo. Apesar da excelente localização, das boas condições naturais dos portos portugueses,

quando comparados com os principais portos da U.E., não têm significado, num ranking dos maiores portos europeus apenas figura o de Lisboa e na 26ª posição (penúltimo lugar). No que concerne ao transporte aéreo, a fatia de investimento também tem aumentado, de 6% em 1995 para 15% em 2000 (quando considerado o investimento total), sobretudo para se fazer face ao aumento da capacidade dos aeroportos, sua modernização e melhoria da segurança aérea.

- O ambiente é um tema que recebe cada vez mais atenções face ao cenário preocupante que se vive actualmente ao nível das condições climáticas, pelo que é objecto de política ao nível da U.E. A emissão de dióxido de carbono por parte de Portugal (5,5 t/hab.) é inferior à média da U.E. (8,9 t/hab.), no final da década de 90, bem como da Espanha (6,8 t/hab.) e Irlanda (10,6 t/hab.). Os consumos finais de energia por habitante aumentaram durante essa década em Portugal, mas ficam aquém, por ordem crescente, da Espanha, da Irlanda e da média dos 15. O tratamento de águas residuais tem sido alvo de um enorme esforço em Portugal. Este indicador (sobre a população servida por sistemas públicos) passou de 20,9% em 1990 para 55% em 1997, colmatando a forte lacuna que existia face à média da U.E. (68% em 1990 e 73% em 1997) e à Irlanda (44% em 1990 e 61% em 1997). A produção de resíduos urbanos aumentou na década de 90 em todo o espaço europeu, no entanto, Portugal apresenta valores menos expressivos, 300 e 310 kg/hab. em 1990 e 1998 respectivamente, contra 410 e 450 kg/hab. na U.E. (média). A posição portuguesa, por sua vez, complica-se quando se aborda o seu tratamento. Na realidade em 1998, Portugal era o país da U.E. que mais se afastava da média europeia em termos de tratamento de resíduos urbanos. Cerca de 20,7% destes estavam destinados a lixeiras, sem sofrerem um

tratamento adequado, quando na U.E. apenas 1,7% tinha esse fim, embora os valores apresentados por Portugal estivessem numa evolução descendente.

- Para avaliar a situação de um país ao nível das tecnologias de informação, podemos considerar diversos indicadores tais como o tráfego telefónico, a qualidade, modernização e a extensão da sua rede, o acesso à Internet e a utilização de computadores. O volume de tráfego telefónico internacional registado em Portugal apresentou um elevado crescimento no período 1995-1999, passando de 29,19 para 54,60 Mtti (minutos de saída pc), embora estes níveis sejam bastante inferiores aos registados pela média da U.E., que passou de 58,14 para 86,91 Mtti, nos anos 1995 e 1999 respectivamente. A Espanha apresenta valores ligeiramente inferiores a Portugal, enquanto a Irlanda se afasta largamente para cima destes números registando 112,87 em 1995 e 273,95 em 1999. A evolução registada em Portugal pode ser explicada pela redução registada nos preços e a da Irlanda pela comunicação realizada pelas multinacionais implantadas nesse país para com as suas sedes e ainda pela emigração. O acesso à rede também aumentou em Portugal, quer na U.E., Irlanda e Espanha, ficando o acesso dos portugueses por 100 habitantes (43%) abaixo do valor registado pela U.E. e Irlanda e ligeiramente superior ao da Espanha. A qualidade e modernização da rede foram igualmente alvo de preocupação, verificando-se em 1999 a digitalização de toda a rede portuguesa e irlandesa, enquanto na U.E. se registava uma abrangência nos 97,1%. A modernização também é evidenciada pela utilização crescente de telemóveis, colocando Portugal a seguir à Irlanda com 66,5% de telemóveis por cada 100 habitantes, no ano 2000. Na U.E. este indicador é de 63,4% e em Espanha de 60,9%. O

nível de acesso à Internet coloca Portugal numa situação menos vantajosa relativamente à média da U.E., com um acesso de 10,1 em cada 100 habitantes contra os 26,3 registados na U.E., no ano 2000. Os valores de Espanha estão muito próximos dos portugueses (13,7), mas a Irlanda já tem 27,4 habitantes em cada 100 a aceder à Internet, valor acima do registado no cômputo global da U.E. A utilização de computadores revela igualmente o nível de acesso à tecnologias da informação. Portugal mais uma vez encontra-se abaixo de qualquer um dos países em análise e da U.E., com 10,5 computadores pessoais por 100 habitantes contra 14,3, 28,1 e 40,5 da Espanha, U.E. e Irlanda respectivamente, no ano 2000. A redução dos preços tem sido o grande impulsionador da evolução acelerada da compra de computadores, que registou aumentos na ordem dos 55% em Portugal, 70% na U.E., 80% na Espanha e 100% na Irlanda no período 1996-2000. Neste cenário verifica-se um aumento de peso da despesa em Tecnologias da Informação e da Comunicação sobre o PIB, colocando-se Portugal nos 5%, a Irlanda nos 5,7% e a U.E. nos 5,9%.

Por outro lado, a estrutura produtiva portuguesa apresentou uma grande viragem desde a adesão à comunidade. O sector primário perdeu peso, no sector secundário a indústria transformadora também, enquanto que a construção apresenta um crescimento o que leva a que o peso deste sector se mantenha e o terciário ganhe importância

- As várias regiões portuguesas (NUTS II) apresentam uma estrutura sectorial e tendências diferentes. É nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Madeira onde mais predomina o sector terciário mercantil, no Alentejo e Açores o sector primário e no Norte e Centro a Indústria. As principais tendências são: a diminuição do peso do

sector primário (excluindo Algarve), o aumento do peso dos serviços não mercantis principalmente nas regiões Norte, Centro, Alentejo e Açores; o fortalecimento do sector da construção (excluindo o Algarve e os Açores) e a manutenção dos níveis da indústria (à excepção do Alentejo e dos Açores).

- Em termos da posição competitiva verifica-se que Portugal tem apresentado uma evolução negativa no peso do comércio internacional em face do crescimento das exportações ter sido inferior ao das importações. Espanha acompanha esta tendência enquanto que a Irlanda apresenta uma evolução positiva bem como a U.E.
- Ao nível da especialização produtiva verificava-se em 1999 que o maior peso continuava a ser assumido pelas indústrias têxteis e exploração florestal, embora tenha vindo a perder importância a favor do material de transporte e da indústria de material eléctrico.
- O índice de produtividade portuguesa face à média dos 15 mantém-se em níveis inferiores relativamente aos países da coesão analisados. Em termos globais a produtividade portuguesa, no ano 2000, é de apenas 42,6% enquanto a Irlanda apresenta um valor na ordem dos 100% e a Espanha nos 79,8%. Quando se analisa este indicador por sector de actividade verifica-se que é o sector primário que apresenta uma situação mais desfavorável. Em Portugal representa apenas 24,4% da média comunitária, ficando o secundário pelos 36,3%. O sector terciário é o que apresenta melhor performance, situando-se nos 52,2% face à média europeia.

- Ao nível do emprego verifica-se que o sector agrícola ainda emprega uma percentagem elevada da população portuguesa, 12,7% em 1999, face aos valores registados na U.E. (4,5%), bem como na Espanha (7,4%) e na Irlanda (8,5%). O emprego no sector secundário atinge os 35%, valor acima da média dos 15 (29,2%), da Espanha (30,6%) e da Irlanda (28,3%). Por seu turno é no sector terciário que Portugal se coloca abaixo da média europeia com 52% face aos 66% da U.E., 62% da Espanha e 62,5% da Irlanda.

- Em termos regionais, o maior peso da Agricultura dá-se na região Centro enquanto que no lado oposto com apenas 4,4% encontra-se a Região de Lisboa e Vale do Tejo. O peso do sector indústria é mais acentuado nas regiões Norte (45,7%), Centro (32,4%) e Região Autónoma da Madeira (32,6%) e menos representativo no Algarve (20,8%). Por último, o sector terciário tem maior relevo no Algarve e Região de Lisboa e Vale do Tejo com 69,2% e 67,2%, respectivamente.

Por fim temos a estrutura da procura, na qual Portugal assistiu no período 1995-2000 a um forte crescimento ao nível do consumo privado, verificando-se assim que o peso na estrutura da procura seja superior em Portugal (63,7%) relativamente à média dos 15 (57,9%), Espanha e Irlanda. Por seu turno, o consumo público (19,4%) é muito idêntico ao registado na U.E. (20,3%) e superior à Espanha e Irlanda. O peso do investimento em Portugal coloca este na primeira posição apresentando uma percentagem de 25,1% contra os 19,9% da média comunitária, encontrando-se Espanha e Irlanda neste intervalo. O valor apresentado por Portugal pode indiciar que este se encontra com algum atraso no que respeita a equipamento público e infra-estruturas.

- Em termos de estrutura da FBCF, verifica-se que a repartição entre Bens de Equipamento (34,7%), Construção (53,2%) e Outros (12,1%) registada em Portugal é bastante idêntica à da U.E. e Espanha. A Irlanda e a Grécia destacam-se pelo peso superior na área da Construção.
- Verificou-se no período 1995-1998 uma melhoria em Portugal das situações de pobreza e repartição de rendimento, aproximando-se este da média europeia, após um agravamento verificado na primeira metade desta década. Em 1998 a taxa de pobreza (rendimento inferior a 60% do rendimento médio nacional) em Portugal era de 23%, sendo esta a pior situação verificada no seio da U.E. Contudo a situação melhorou e em 1998 o índice já se encontrava nos 20% contra a média comunitária nos 18%, e abaixo da Grécia (22%). Espanha e Irlanda encontravam-se nos 19 e 17%, respectivamente. De acordo com dados de 1996, verifica-se que o problema da pobreza afecta mais as mulheres que os homens, em praticamente todos os países da U.E. com excepção de Espanha. Fazendo uma análise por escalões etários, verifica-se que a taxa de pobreza em Portugal é bem mais acentuada na faixa etária dos 65 e mais anos, atingido os 35% (homens) e 37% (mulheres), enquanto que a média da U.E. fica pelos 16 e 20%, respectivamente.
- Têm um importante papel na obtenção de uma maior coesão social as transferências sociais (não incluindo as pensões de reforma), uma vez que reduzem os índices de pobreza. Em Portugal a distribuição do rendimento melhorou após o reforço destas mas numa proporção abaixo à registada em países tais como a Irlanda, Dinamarca e Áustria onde as diferenças atingiam os níveis mais elevados, no período 1995-

1998. Portugal continua ainda com uma situação bastante desfavorável quando comparado com os restantes países. Exemplo disso é o facto de cerca de 16% da população se encontrar abaixo do limiar da pobreza, sendo este o pior valor no seio da U.E., situação seguida pela Grécia com 14%, a França e a Itália com 12% e a Irlanda e o Reino Unido com 11%.

- Ao nível dos indicadores associados À saúde verifica-se alguma melhoria, no que diz respeito à taxa de mortalidade e mortalidade infantil, são no entanto valores superiores à média comunitária, à Espanha e Irlanda. A situação desfavorável repete-se na esperança média de vida, quer nos homens quer nas mulheres. Ao nível dos recursos de saúde, nomeadamente o número de camas e de médicos por 1000 habitantes, verifica-se que Portugal praticamente não evoluiu no período 1995-2000, fixando-se em 2000 nos 4,0 e 3,1 respectivamente, valores estes inferiores à média comunitária com 6,2 e 3,4. Em termos regionais, a situação é mais desfavorável no Algarve e Alentejo e melhor nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, em termos de número de camas, no que concerne ao número de médicos as regiões do Alentejo e dos Açores apresentam os valores mais baixos opondo-se à região de Lisboa e Vale do Tejo. O valor das despesas em saúde representava em Portugal em 1998, 7,7% do PIB, valor este ligeiramente inferior à média comunitária que se encontrava nos 7,9%, mas superior à Espanha e Irlanda. Em termos de evolução verifica-se que as despesas em saúde apresentam em Portugal um crescimento mais acentuado relativamente ao PIB, quando comparado com a Espanha e Irlanda.

- No que concerne à segurança social, constata-se que o valor destas despesas sobre o PIB embora tenha evoluído positivamente, encontra-se abaixo da média comunitária da U.E. Quando analisados numa perspectiva per capita verifica-se que atingem, em 1998, apenas 56,2% da média comunitária, estando também abaixo dos valores dos restantes países da coesão. Ao nível da estrutura destas despesas, verifica-se que em Portugal as despesas com doenças têm um nível elevado em relação às da velhice quando comparada com a situação da média comunitária. Por seu turno, o peso das despesas com família e desemprego está abaixo desta média. A situação portuguesa difere da espanhola no que se refere ao subsídio de desemprego, sendo este neste país mais elevado, enquanto que a estrutura das despesas com doença e velhice está próxima da média comunitária. A Grécia apresenta uma estrutura próxima da média dos 15 e a Irlanda um nível elevado de despesas com doença e desemprego e mais baixo os da velhice e família quando analisados os valores da média da U.E.

VIII - Recuperação regional: o peso da dependência nacional

A relação entre os doze Países europeus membros da U.E. no conjunto do período (1986/87 - 1996), sugere que não se pode excluir uma convergência internacional absoluta tida em parte dentro da Europa, mas que a sua realidade é muito dependente dos desempenhos relativos apregoados pelos três Países de tamanho modesto (Grécia, Irlanda e Portugal), assim como, da probabilidade de um certo declínio relativo alemão.

É então evidente que a convergência regional depende estreitamente da dependência nacional. Os esquemas de alcance e de desenvolvimento regional não são visivelmente idênticos de um País para outro.

A Grécia e Portugal são os dois casos mais claros de um alcance regional efectivo, ainda que imperfeito. Na Grécia, o crescimento relativo é sensivelmente mais forte em favor das regiões mais retardatárias. Mas este crescimento relativo parece atenuar-se muito depressa: torna-se quase nulo para as regiões mais desenvolvidas (Peloponeso e Sterea Ellada), que ficam, portanto, muito atrás da média comunitária.

Em Portugal todas as regiões alcançam claramente a média comunitária, mas a intensidade deste alcance está imperfeitamente relacionada com a amplitude do atraso inicial.

Em particular, as duas regiões insulares, Açores e Madeira, têm muito trabalho para realizar uma recuperação regional efectiva. Em Espanha, uma vez eliminadas as duas regiões extremas, Ceuta e Melilha (enclave Marroquino) e as Baleares, não há nenhuma relação clara entre a extensão do atraso e o da recuperação.

A recuperação está contida numa banda mais estreita que prevalece qualquer que seja a posição inicial, e as duas regiões relativamente desenvolvidas que são Madrid e a Catalunha realizam um bom desempenho de crescimento relativo.

Em Itália, igualmente, o esquema é claro: o Sul excluindo Basilicato, não alcança nem a média comunitária, nem as regiões desenvolvidas de Itália que estão já basicamente acima da média comunitária. Entre estas últimas, as regiões de industrialização clássica, como o Piemonte e a Lombardia, teriam elas próprias tendência para recuar relativamente, ao passo que o dinamismo se concentra nas regiões do Nordeste dotadas de PME pré-formadas (Émile-Romagne, Frioul, Trentin, Vénétie).

A França parece validar a relação de convergência graças às colónias e à Córsega. Uma vez exceptuadas estas regiões, o esquema francês mostra-se muito específico: quase todas as regiões recebem sensivelmente em conformidade com a média comunitária, mesmo aquelas que estavam inicialmente afastadas em relação a esta média, bem como aquelas que recebem muitas vezes um pouco menos que as regiões mais favorecidas - excluindo Ille de France, porque a região-capital mantém um distância muito forte com o conjunto das regiões francesas.

A Alemanha, a Holanda e a Bélgica testemunham a capacidade que as regiões ricas têm para manter, e até melhorar, a sua posição relativa. Isto não é incompatível com uma recuperação notável de regiões menos favorecidas. Na Holanda a dependência da rica região de Gröningen aparece como uma excepção.

Por fim, no Reino Unido, o retrocesso relativo das regiões britânicas parece generalizado e muito dependente do atraso inicial. É um acto nacional mais que regional.

Capítulo 4

O futuro da União Europeia e as perspectivas de convergência

Como epílogo deste trabalho serão aqui expostas algumas ideias sobre o futuro da U.E. e das suas sociedades. São à partida apenas algumas previsões daquilo que pode acontecer no futuro se todos os indicadores conjecturais continuarem a apresentar resultados como aqueles que se constataam à data.

No turbilhão de todo este processo de mudanças que verificamos na sociedade da globalização vai ser gerado um novo paradigma técnico-económico que será caracterizado por um conjunto de factores muito próprios e em cujo processo se desencadearão impactos de ruptura na organização da sociedade, da economia, dos comportamentos individuais, das profissões e na estratégia e funcionamento das empresas²⁰. Em consequência disto, haverá maiores probabilidades de saírem vencedores os Países e organizações que se prepararem para enquadrar estas alterações de forma inovadora, realizando investimentos sobretudo na qualificação humana.

Segundo Freitas, cinco tendências vão marcar profundamente este novo século²¹. Estas consistem basicamente na questão do processo de globalização acompanhada por um processo de fragmentação, o qual se traduz numa rejeição crescente da massificação da produção e do respectivo consumo, correspondendo isto a comportamentos individuais e sociais de exigência de identidade e do enraizamento local. Outra das tendências será o papel determinante da informação e da sua transformação em conhecimento como novo factor de produção, dando origem a uma nova economia. Como terceira tendência é considerada a governação do Mundo. Este ponto trás consigo uma certa

²⁰ Kaku, Michio

²¹ Freitas, João Abel (1998)

controvérsia na medida em que não existe ainda, nem se espera que venha existir num futuro próximo, instituições ou processos de regulação mundial gerando assim, insegurança, indefinição, comportamentos políticos, sociais e económicos pouco coerentes. O papel da Europa no contexto geopolítico mundial é mais uma tendência, visto que esta sofre certos condicionalismos para se colocar ao mesmo nível dos E.U.A. e do Japão / China. Por fim refira-se que, assuntos como sejam as dinâmicas demográficas, a recomposição do modelo das famílias e os ciclos de vida irão exercer os mais variados efeitos sobre as sociedades e as instituições internacionais.

A Europa apresenta no actual contexto da globalização diversos factores, como sejam, a experiência de três décadas de progresso e desenvolvimento, o domínio das tecnologias da segunda revolução industrial, uma sociedade de matiz social, uma segurança social comparativa muito favorável face a outros pólos e uma situação de democracia consolidada que lhe conferem uma certa estabilidade quanto ao futuro. No entanto, o processo de elevadas transformações que é a globalização, ajuda a pôr a nu os aspectos mais negativos de qualquer economia. Para a Europa, estes consistem basicamente na elevada rigidez dos seus sistemas e estruturas, num desemprego persistente e estrutural e uma desarticulação entre a I & D, o sistema de inovação e o sistema económico.

A entrada de Portugal no núcleo fundador da U.E.M. e do Euro, é prova que o nosso País tem vindo a consolidar uma estrutura económica e social estável.

Em menos de trinta anos, Portugal conseguiu sair de um estado de quase inércia de progresso, para uma situação na qual se encontra hoje, que traduz uma estabilidade e progresso que muitos Países podem invejar. Apesar da sua periferia, encontra-se numa estrutura que persegue o desenvolvimento mundial não só económico e monetário, mas igualmente, social e político.

O nosso País deverá concentrar esforços para encontrar o caminho certo neste novo contexto europeu. Será necessário conjugar com perícia, a dimensão supranacional das políticas monetária e cambial com a dimensão nacional da política orçamental. O papel a exercer pelas parcerias entre poderes públicos e a sociedade civil / empresas é extremamente relevante para o bem-estar do País.

A aposta em políticas estruturais que preparem a sociedade e a economia portuguesa para a reorganização da sociedade e da política no cômputo mundial passa pela formação e requalificação dos recursos humanos, pela modernização das infra e infoestruturas e pela modernização e requalificação do aparelho de Estado.

Ultrapassar o atraso ainda vigente na nossa sociedade deve ser um objectivo de curto prazo. A qualificação dos recursos humanos, das estruturas e mesmo do território, de modo a responder às exigências do desenvolvimento mundial devem fazer parte da estratégia do nosso País para se inserir com facilidade na estrutura mundial que tende a funcionar com base em redes organizacionais, informacionais, infraestruturais e de elevado conteúdo imaterial.

Podemos constatar que os Países da coesão melhoraram muito a sua condição económica, sendo de destacar sem dúvida a Irlanda, cujo crescimento foi muito superior à média europeia. No entanto, no que concerne às regiões propriamente ditas, não podemos dizer que tenha havido grandes alterações, visto que, tanto nas regiões mais desenvolvidas como nas menos prósperas, o crescimento verificado é quase nulo. Podemos mesmo referir que as más condições económicas sofreram um incremento por toda a Europa Ocidental, levando isto à criação dos chamados “pacotes sociais”.

A Comissão Europeia através da sua Célula de Prospectiva estabeleceu igualmente cinco cenários para a situação do continente europeu num futuro próximo, designadamente a partir do século XXI.

Cenário 1: “O triunfo dos mercados”

Caracteriza-se pelo liberalismo económico e a livre troca.

Este primeiro cenário insere-se num movimento mundial direccionado para o comércio livre e para a economia de mercado. Os E.U.A. continuam a registar resultados económicos excelentes desde o início do século XXI e parecem entrar na terceira revolução industrial com bastante consistência, enquanto as outras regiões procuram uma via alternativa, seja ela a terceira via ou modelos baseados em ideais asiáticos.

Os sistemas económicos e sociais do resto do mundo como que são forçados a alinhar pelos princípios do modelo americano, designadamente a procura de uma maior flexibilidade e a responsabilização das pessoas pela sua própria educação, doença, velhice, etc.

A própria Europa limita-se a constatar a dificuldade de reformar os seus Estados e o seu mau funcionamento, facto resultante de uma crescente inadequação às exigências da economia. Assim, a Europa empenha-se igualmente numa reforma liberal: o debate político europeu inclina-se para valores mais individualistas, e os Países procedem a uma redução drástica dos seus sistemas de reforma e de protecção social.

Face à convergência das abordagens económicas, as três grandes potências monetárias esperam coordenar as suas políticas orçamentais e circunscrever as flutuações à zona “yen-euro-dolar”.

A fluidez crescente das economias, torna possível uma aceleração do progresso tecnológico e a sua utilização pelas empresas. Em consequência, assiste-se à adopção generalizada dos princípios do mercado livre.

Neste cenário, a Europa é uma entidade económica dinâmica, caracterizada por trocas comerciais em pleno crescimento, uma produtividade que se reergue em todos os sectores, uma inflação definitivamente extinta e o regresso ao pleno emprego. Em compensação, as sociedades europeias estão mais do que nunca despedaçadas por desigualdades sociais e regionais. A dualização do mercado de trabalho (salários muito baixos para os empregos não qualificados e muito elevados para os empregos de alto nível) estimula a economia, em particular em sectores de ponta, mas gera também o aparecimento de um importante número de trabalhadores pobres. Globalmente, assiste-se a uma crescente fragmentação das sociedades europeias e a uma sensível degradação dos laços sociais e da consciência colectiva.

A U.E. deste panorama é essencialmente um espaço económico europeu, cada vez mais unificado e cada vez mais vasto.

Os projectos de integração política são deixados de lado, e o custo torna-se a principal preocupação dos responsáveis políticos nacionais: é especialmente esta abordagem de curto prazo e de valorização excessiva do dinheiro que preside a renegociação do orçamento comunitário e ao dismantelamento, quase completo, da política agrícola comum (PAC). Na base deste projecto comum essencialmente económico, o alargamento da U.E. pode desenrolar-se rapidamente e estender-se à maior parte dos Países que desejam juntar-se ao clube (Suíça, Islândia e Noruega em 2004, Chipre, Malta e os dez Países da Europa central e oriental entre 2005 e 2008, e a Turquia depois de 2007).

A adesão de novos membros é aliás, neste cenário, o único verdadeiro avanço em matéria de integração europeia. Tudo o resto, desde a política externa à protecção do ambiente passando pela reforma das instituições e pela Europa social, é quase posto de parte pelos governos.

Por detrás do sonho de uma economia sem fronteiras, três perigos maiores se perfilam sem que a comunidade internacional prove ser capaz de os dominar: o crescimento das desigualdades entre Países ricos e Países pobres, a degradação do ecossistema planetário e a expansão do crime organizado, que aproveita em pleno as novas oportunidades dadas pelas novas tecnologias e pela liberalização dos mercados.

Este primeiro cenário apresenta assim, uma Europa que soube adaptar-se à dinâmica mundial e cuja prosperidade económica parece assegurada, pelo preço da concentração excessiva em rentabilidades de curto prazo e de concessões maiores no domínio dos seus valores tradicionais de solidariedade e de coesão social.

Cenário 2: “As cem flores”

É marcado pela paralisia crescente e a corrupção das grandes instituições tanto públicas como privadas, pelo retorno dos europeus ao chamado micro local e à economia informal.

“As cem flores” é um cenário onde coexistem elementos de dinamismo ao nível local, e perigos de paralisia das grandes estruturas da vida colectiva quando considerada a situação global. Assiste-se a uma explosão da micro-actividade graças à utilização máxima das novas tecnologias da informação e da comunicação, mas as burocracias e os sistemas políticos tradicionais estão em decadência, acompanhando a crise dos grandes Estados e a fragmentação crescente do espaço europeu.

O cenário baseia-se na crise da vida política e funcionamento da administração pública já perceptível no final do século XX.

Face à crescente complexidade das sociedades, à extrema variedade de situações particulares e à explosão das micro-iniciativas tornada possível com as novas tecnologias, os sistemas políticos e as grandes burocracias não foram capazes de se adaptar.

Esta dificuldade arrastou a maior parte dos Países da Europa para um círculo vicioso de escândalos, de negócios e crises.

Os europeus reagiram com crescente cinismo face a sistemas públicos e às grandes empresas. Neste panorama, esta desordem conduz a um desencanto irreversível sobre a antiga forma de governar, e os anos 2000-2005 são marcados por uma forte crise de confiança onde as agressões à justiça, abstencionismo, fraude fiscal e desobediência civil acabam por abalar o funcionamento das “pesadas burocracias”.

Neste período de confusão os europeus reagem voltando-se para a vida local e o refúgio na economia informal é cada vez mais considerável.

As identidades locais reforçam-se, acompanhadas por uma explosão das estruturas de proximidade e do sector associativo. Sobressaem novos valores partilhados numa mistura nostálgica da acção local, do convívio entre a vizinhança e do regresso à natureza, e a sociedade de consumo é suavemente substituída por uma nova forma de economia local, mais dirigida para as relações de proximidade e qualidade, e parcialmente descapitalizada.

A paisagem europeia ensombra-se, logo que a olhamos de forma mais global: os equilíbrios macroeconómicos são mantidos no seu essencial e a economia no seu conjunto chega a auto regular-se, mas a ausência de instâncias de regulação eficazes faz-se sentir em vários domínios. As diferenças de rendimentos entre as regiões aumentam sendo acentuadas por uma crise que atinge designadamente as regiões mais fracas. As disparidades sociais acentuam-se igualmente: os sistemas de protecção social afundam-se, mesmo que continuando a alimentar a sociedade de forma irregular. O sintoma de fragmentação geográfica, social e política, conjugado com o desgaste das estruturas estabelecidas, arrasta consigo explosões locais de violência, tensões étnicas e uma subida em flecha do crime organizado.

A integração europeia perde influência no mundo real por causa da crise no interior dos seus Países. Vítima de uma ausência de legitimidade dos governos nacionais, a U.E. vê-se constrangida a abandonar o projecto de alargamento a Leste após a adesão de apenas quatro Países da Europa central e oriental (2006). Em geral, as instituições europeias transformam-se num vazio. A U.E. definha por querelas entre os seus Estados-Membros e perde credibilidade.

A situação mundial é caracterizada por uma globalização crescente sobre o cenário de inércia geral. Existe um fosso cada vez maior entre o fracasso da cooperação internacional e a velocidade da globalização e da evolução tecnológica.

Esta Europa apresenta-se assim, em 2010, como um mosaico de Estados, regiões, cidades e feudos desprovido de uma lógica de conjunto. As desigualdades são profundas, o estado de direito permanentemente enfraquecido mas, ao nível local, as estruturas privadas dão sinais visíveis de recuperação.

Cenário 3: “Responsabilidades partilhadas”

Traduz a probabilidade de uma mutação do sector público que, numa conjuntura económica favorável, orienta uma política social e industrial renovada.

Este é um cenário em que o actor público joga um papel preponderante.

A Europa conduz uma reforma profunda dos seus sistemas governativos a todos os níveis geográficos e põe em prática uma nova forma de conduzir a acção pública. Beneficiando de uma conjuntura internacional próspera, procura alcançar uma via intermédia que, sem ser ideal, combina valores de solidariedade e de coesão social com inovação tecnológica e eficácia económica.

A principal razão de mudança é a transformação progressiva do sector público. No início do século XXI, os governos da U.E. lançam uma reforma profunda do sector público coordenada em torno de quatro “princípios reformadores” já emergentes nos anos 90: descentralização, transparência, responsabilidade, e dever de cooperação entre diferentes níveis de governo. Após alguns anos, esta reforma permite à acção pública centrar-se novamente na estimulação e facilitação, proporcionando maior protagonismo a novos actores ou mais próximos da acção local: regiões, organizações não governamentais (ONG), sociedade civil, etc. Os quadros de negociação, de cooperação ou de aprendizagem colectiva, bem como uma lógica de contractos regionais e nacionais, ou seja, de projectos de desenvolvimento que os políticos e as administrações se propõem realizar num dado período, multiplicam-se. O princípio de um envolvimento recíproco entre o cidadão e o Estado generaliza-se igualmente, em especial, em domínios como a educação e o apoio social.

Este raciocínio dá resultados em três domínios principais: na protecção social, designadamente porque a reforma dos sistemas de aposentação visa uma partilha mais justa de rendimentos entre gerações; no emprego, graças à redução concertada de vantagens dos assalariados detentores de um emprego clássico e à generalização da lógica de “pactos sociais para o emprego” interligando empresas, universidades, o sector associativo, e agências de emprego; na política industrial, especialmente pela implementação de iniciativas que visam identificar melhor as necessidades das sociedades europeias em matéria de novas tecnologias de informação, a fim de encorajar o pleno domínio destas tecnologias pelos indivíduos e empresas.

Graças a estes progressos políticos e à conjuntura internacional favorável, a economia europeia no seu conjunto regista um bom desempenho e as sociedades do continente depressa se habitua à situação (os valores de confiança, solidariedade e responsabilidade são largamente partilhados pelos europeus). A pobreza e as desigualdades geográficas cessaram de aumentar estabilizando a um nível elevado.

A protecção social mantém-se sólida ainda que a generosidade dos decénios precedentes tenha passado de moda, especialmente em termos de reformas. Entre 2004 e 2009, a U.E. é alargada com sucesso a treze novos Estados-Membros e a abertura de negociações com a Turquia está na ordem do dia.

O alargamento foi possível graças a uma considerável reforma dos mecanismos institucionais, e sobretudo graças a um alargado debate público sobre o projecto político comum dos europeus.

O orçamento da U.E. foi alvo de um aumento e a acção comunitária consolidou-se nos domínios da justiça, dos negócios internos e ainda da política externa, tendo a U.E. estabelecido parcerias políticas de envergadura com a maior parte dos Países vizinhos. Em troca, a U.E. deve acolher doze novos pedidos de adesão, o que a confronta de novo com o risco do marasmo e com a necessidade de uma nova reforma política e institucional. Contudo, a influência da U.E. estende-se muito para além da sua vizinhança próxima.

A Europa é agora capaz de falar a uma só voz e torna-se gradualmente, na cena internacional, o advogado das instituições multilaterais e dos valores ligados aos direitos do homem e ao desenvolvimento sustentável.

Este panorama apresenta todas as características de um cenário de compromisso permanente e de reformas aplicadas por ordem descendente.

Os mecanismos de decisão tornaram-se consideravelmente pesados: a vida política só é entendida por uma minoria de “cidadãos activos”.

O actor público continua muito presente, e corremos o risco de recair num ambiente de burocracia e dirigismo. Todavia, a política de consensos garante, uma vez tomadas as decisões, uma boa aplicação das diferentes medidas nos Estados-Membros. De qualquer forma, este cenário ilustra um exercício um pouco austero de equilíbrio permanente, assente num ambiente de relativa indiferença por parte do grande público.

Cenário 4: “As sociedades criativas”

Caracteriza-se por uma profunda transformação dos nossos sistemas económicos e políticos, sob o impulso de valores que privilegiam a protecção do ambiente e o desenvolvimento humano.

O quarto cenário, é igualmente um cenário de transformação profunda dos sistemas económicos e políticos. É ao mesmo tempo mais revolucionário e introvertido que o cenário anterior, e a Europa surge como defensora de novos valores sociais e ecológicos.

O cenário resulta da profunda diferença entre os valores europeus do final do século XX e os sistemas políticos e económicos onde aqueles se inscrevem.

Confrontados com o crescimento da instabilidade e com exigências profissionais crescentes, os europeus pareciam aspirar antes de tudo a uma melhoria da qualidade de vida e a uma economia que respeitasse o ambiente e o próprio desenvolvimento de cada um.

Prisioneiros da sua própria lógica e da sua impotência, o mundo dos negócios e a classe política mostraram-se incapazes de responder a estes anseios.

Numa conjuntura internacional difícil, os governos europeus tentam, em 2002, uma redução coordenada das despesas sociais o que põe em ebulição a crise subjacente.

A situação deteriora-se num ano marcado por fortes greves e violência urbana em vários Países da U.E. Os acontecimentos são suficientemente graves para justificar uma mudança radical de orientação política: o Fórum Emprego, espécie de *cyber* Estados-Gerais do continente, entra em cena para restabelecer a ordem, abrindo a via a reformas ambiciosas em 2005-2006.

Inspiradas numa abordagem radicalmente diferente da riqueza, da produção e do bem-estar, as novas elites políticas empreendem uma reforma dos próprios fundamentos da sociedade industrial.

Os sistemas contabilísticos e fiscais são completamente revistos graças à introdução de novos impostos sobre a poluição e sobre os movimentos financeiros internacionais, e a uma melhor avaliação do capital humano e do ambiente. Em contrapartida, o trabalho e o consumo são aliviados da elevada taxaço dos anos anteriores.

Outra grande inovação reside no reconhecimento e financiamento de novos tipos de actividades fora da lógica de mercado (serviços de utilidade pública, animação cultural, actividades associativas), dispondo cada cidadão de um crédito de cinco anos para se dedicar a tais actividades.

Para estimular a procura destes novos bens, os Estados-Membros generalizaram o sistema de “*vouchers*” (imagina-se que uma parte das remunerações sejam de futuro recebidas em cheques-lazer e cultura).

As reformas tiveram um impacto positivo sobre as desigualdades sociais e regionais, assim como, sobre o emprego.

A Europa alcançou assim um nível de plena actividade. O impacto económico mantém-se nitidamente diferenciado: a recessão, a fuga de capitais e as desmobilizações maciças do início do século XXI perturbaram por muito tempo a vida económica e a moeda única. Entretanto, algumas empresas inovadoras souberam tirar partido da nova organização económica e social e do melhor nível de flexibilidade e de criatividade que ela permite.

A economia relança-se novamente, de forma gradual, impulsionada pelos serviços, em particular os sectores das tecnologias de informação, da investigação, da educação, pelo turismo e pela protecção do ambiente.

Em compensação “as sociedades criativas” indiciam uma tendência para a introversão. A amplitude e dificuldade de aplicação de reformas ao nível interno impediram a U.E. de desenvolver uma política externa activa. Se, por um lado, se registou algum progresso ao nível interno, em matérias como a política social ou a protecção do ambiente, por outro, a política externa e de segurança não conhece avanços significativos, apesar de estarem em curso estudos para uma política ambiciosa em relação a Países vizinhos (Países do Mediterrâneo e Países não membros da Europa central e oriental).

De uma maneira geral, a U.E. das “sociedade criativas” apregoa na cena internacional os seus novos princípios, mas raramente se atribui a si própria os meios para os aplicar.

No horizonte temporal de 2010, parece impossível dizer se esta Europa pós-moderna está em vias de abrir caminho a um movimento de renascimento espiritual à escala internacional, ou se ela simplesmente se afasta das realidades globais.

Cenário 5: “Vizinhanças turbulentas”

Descreve uma Europa sujeita a um ambiente geopolítico perturbado, tanto a Leste como a Sul, pelo desenvolvimento de tensões e de conflitos que acarretam a criação de um Conselho Europeu de Segurança totalmente absorvido pelas preocupações de segurança e de defesa.

O cenário em causa está fortemente condicionado pela degradação acelerada da situação económica e política da vizinhança europeia. A Europa deste cenário esforça-se, em vão, por constituir uma fortaleza e a segurança, interna e externa, tornou-se a primeira preocupação pública. Esta ideia impede qualquer reforma económica e social de envergadura e provoca o regresso em força dos Estados-Nação.

Neste cenário, as tensões políticas internacionais são agravadas por um crescimento global relativamente fraco e pela ausência de super potências capazes de dominar os conflitos localizados.

Vinte anos depois da queda U.R.S.S., os sistemas de compromisso da Guerra-fria cederam o lugar a redes pouco controláveis de actores de pequena dimensão: guerrilhas étnicas, grupos terroristas, crime organizado.

Os Países desenvolvidos e as suas populações não tomaram de imediato consciência do perigo que estas ameaças constituem, acelerando assim o processo de degradação em curso por todo o mundo.

No seio das nações vizinhas da U.E., a situação adensa-se no início do século XXI, seja pelos riscos de ditadura militar ou religiosa em redor do Mediterrâneo, seja pelos conflitos étnicos latentes no conjunto da região.

A situação torna-se crítica, assim que os E.U.A. anunciam claramente a intenção de deixar que a Europa assuma as suas próprias responsabilidades em matéria de defesa.

Em 2003, o envenenamento voluntário de um curso de água praticado pelo braço terrorista de uma minoria étnica desencadeia as “Guerras da Sede” nas fronteiras imediatas da U.E.

No momento em que os terroristas conseguem exportar o conflito para o território europeu, os governos dos Estados-Membros respondem à pressão pública e decidem uma intervenção militar.

Os Estados-Membros mais poderosos tomam ostensivamente o controlo da política de segurança da U.E. e instituem-se em Conselho de Segurança Europeu, o qual decidirá, por quatro vezes durante o decénio 2000-2010, utilizar a força em situações exteriores.

Paralelamente, para tranquilizar a população europeia, é encetado um plano denominado Eurovigília, que resulta numa forte presença militar e policial no interior da U.E.

Esta situação externa difícil repercute-se fortemente na vida interna da Europa. Os governos nacionais aproveitam as ameaças de segurança para reafirmar a sua autoridade governamental, e o autoritarismo circundante recolhe o apoio maciço das opiniões públicas cada vez mais intolerantes e insensíveis à mudança.

A prioridade dada às políticas de segurança relega para segundo plano reformas económicas estruturais.

As fraquezas tradicionais da economia europeia conjugam-se com as ineficácias induzidas pelo aumento do intervencionismo e do protecçãoismo.

A preocupação com a segurança condiciona o conjunto das reformas em todos os domínios.

A adesão de novos membros é drasticamente limitada (alargamento apenas a 5 Países da Europa central e oriental) e a criação do Conselho de Segurança Europeia e de agências de segurança comuns (polícia comum de fronteiras, serviço de informações europeu, etc.) constituem os únicos avanços significativos de integração europeia. Elas ilustram também o seu carácter cada vez mais intergovernamental.

Ao nível das políticas de integração económica, a U.E.M. não extensível a outros Estados-Membros, funciona debaixo de apertada vigilância política.

A independência do Banco Central Europeu é reduzida e o Mercado Único limitado por políticas industriais protecçãoistas nos Estados-Membros.

O decénio 2000-2010 anuncia-se assim, para toda a Europa, tumultuoso tanto na frente externa como em questões de política interna. Contudo, para além do quadro estritamente europeu, é o conjunto do sistema político mundial que está em vias de resvalar para uma lógica de reconhecimento não cooperativo.

Não quer dizer que estes cenários se venham a concretizar, no entanto, constituem uma previsão que aqui retractamos para podermos ver melhor quais as perspectivas que se afiguram, sendo umas talvez um pouco exageradas para a nossa actual situação, ou talvez não.

Capítulo 5

Considerações finais

A convergência é um tema que tem estado muito em voga devido à propagação que tem sobre todas as variáveis materiais e imateriais. Sendo algo que não deve ser descurado, tem preocupado governantes de todo o mundo, nomeadamente aqueles cujos Estados se encontram em processos de integração.

Sendo o principal tópico abordado nestas páginas, foram tidos em conta essencialmente quatro pontos básicos, a saber: a abordagem teórica ao tema da convergência económica; as políticas públicas de promoção da convergência, nomeadamente as que se referem aos fundos estruturais; o período entre o ano 1986 e o ano 2000 no que concerne à convergência europeia e por fim qual o futuro que nos reserva este processo de integração.

Alude-se ao facto de que muitas abordagens poderiam ter sido aqui tomadas como essenciais, no entanto, julgamos que aquelas que tivemos explicam de algum modo o mote que nos levou a escrever esta dissertação.

Relativamente ao primeiro ponto refira-se que tivemos em linha de conta diversos pontos de vista, entre os quais a noção de convergência, nas suas vertentes, real ou nominal, o relacionamento que tem com a coesão económica e social, o processo de *catching-up* económico que os Países menos desenvolvidos têm de desenvolver relativamente aos mais avançados para que se atinja a convergência absoluta, assim como, opiniões que diversos autores têm sobre o tema em causa.

Sabemos agora que o desenvolvimento da coesão económica e social no contexto europeu reflecte a importância atribuída à equidade e à solidariedade.

Por outro lado, os programas que envolvem a concessão de fundos (estruturais) têm por objectivo fundamental contribuir para a redução da carência de capital público, privado e humano, que afecta os Estados-Membros menos desenvolvidos.

Para além do processo de *catching-up* necessário para que se chegue à desejada convergência, constatámos que outras condições são necessárias para que esta se dê entre as economias. São elas os fortes níveis de investimento, mão-de-obra qualificada e com experiência, I&D, informação, relações comerciais estáveis com outros Países, estrutura governamental preparada para os possíveis constrangimentos, fraco crescimento da população e acumulação de capital.

Para a promoção da coesão entre os Países, a U.E. tem usado diversos instrumentos, entre os quais se destaca a utilização dos fundos estruturais. No entanto, é essencial atribuir o mérito a outras formas de actuação, como sejam as políticas desenvolvidas no contexto das Telecomunicações, da Sociedade da Informação, da Educação e Formação, da Investigação e Desenvolvimento, do Emprego e da política empresarial nomeadamente no apoio às PME.

Em conformidade com o capítulo que diz respeito à convergência económica entre 1986 e 2000, os resultados mostram que os valores verificados no desenvolvimento regional são influenciados pela dependência nacional.

A actuação seguida pela U.E. centra-se na utilização de uma política de coesão, que corrija as disparidades existentes não só a nível económico, mas igualmente a nível social. Como tal, é muitas vezes designada como sendo uma política estrutural. O objectivo desta política consiste em tentar ajudar financeiramente os Países, de lhes dar apoio de forma a proporcionar um crescimento sustentado e estruturado da sua economia, melhorando assim o bem-estar das populações.

É igualmente importante referir no que corresponde à convergência dos Países o apoio que tem sido dado pelos Programas de Desenvolvimento Regional, do qual se destacam os vários Quadros Comunitários de Apoio que aqui se faz alusão.

Nenhum País é competitivo em todas as áreas de actividade. No contexto em que nos encontramos de concorrência global, as economias são altamente especializadas, pelo que o sucesso de cada País encontra-se circunscrito a determinados *clusters*. As entidades empresariais inseridas nesses *clusters* têm de competir a nível global, como tal, deverão comprar matérias-primas e financiar-se nos mercados que apresentam melhores preços, bem como deslocar as suas actividades para os locais com menores custos, no entanto, nada disto impede as empresas de criarem a sua própria base doméstica que centralize o processo de tomada de decisões.

Apesar da importância que teve o I QCA que vigorou entre 1989 e 1993, o II QCA foi aquele que melhores resultados apresentou. Este tinha como objectivos aproximar a economia e a sociedade portuguesas dos níveis e padrões de vida médios da comunidade - convergência real e diminuir progressivamente as assimetrias regionais no interior do País - convergência regional.

Tal como no I QCA se tinha em linha de conta o apoio ao desenvolvimento das chamadas infra-estruturas de base, o II QCA debruçou-se basicamente sobre o crescimento auto-sustentado da economia nacional, promovendo a produtividade e a competitividade empresarial.

Este facto provocou um maior impacto sobre a coesão social relativamente à económica, devido aos investimentos feitos na construção de equipamentos e de infra-estruturas, melhorando deste modo as condições de vida das populações em detrimento do crescimento económico.

No concerne à política europeia de desenvolvimento regional, pudemos verificar que a amplitude regional tem vindo a ser modificada por diversos factores entre os quais encontramos:

- a globalização;
- o papel desempenhado pelo continente europeu, nomeadamente a U.E. no contexto geopolítico internacional;
- as constantes migrações dos povos;
- os avanços na medicina, proporcionam uma esperança média de vida do ser humano diferente da verificada no final do século passado.

Sendo constituída por dois componentes, a produtividade e o emprego, a competitividade da U.E. não teve o crescimento que se esperava, pois o emprego não aumenta, ou não tem vindo a crescer ao mesmo ritmo que a produtividade.

Os quatro da coesão sofrem grandes disparidades ao nível destes factores e têm vindo, com a ajuda dos fundos comunitários e estruturais, a tentar colmatar estas lacunas que existem nas suas economias.

Os fundos estruturais têm vindo a contribuir para a diminuição das disparidades de desempenho da economia em toda a U.E. e para a redução do desnível do PIB pc nos quatro Países da coesão.

Constatamos também que o ritmo de convergência é maior em períodos de crescimento económico pois são maiores os níveis de investimento para as regiões onde os custos são inferiores e há maior oferta de mão-de-obra e de outros recursos.

Devido ao aumento das disparidades e ao modo como as políticas da comunidade afectam as regiões individualmente, as comunidades locais e as regiões da U.E. não estão convergir automaticamente para um território regionalmente equilibrado no seio da U.E.M.

Embora o tema abordado nestas páginas, incida sobretudo no âmbito da U.E., houve no entanto, uma secção dedicada especialmente ao processo de convergência em que Portugal se encontra envolvido, e o esforço que tem feito para que consiga sair da cauda da Europa.

No que concerne à situação portuguesa concluímos que a nossa integração na Comunidade, juntamente com a estabilidade governamental, explicam o avanço sentido ao nível do desenvolvimento económico português nos últimos anos. A maior abertura económica, as reformas estruturais empreendidas, a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos e o bom aproveitamento dos fundos estruturais comunitários terão contribuído para que a presença de Portugal na U.E. se tenha revelado um surpreendente êxito.

O crescimento económico verificado na U.E. durante a década de 80 e primeira metade da década de 90 foi marcado pela convergência entre os Países, mas não entre as suas regiões. Em Portugal, sendo este um País de segunda linha, verificou-se que as regiões mais ricas convergiram para a média europeia, no entanto, as mais pobres, mantiveram-se nessa posição.

Duas possibilidades de explicação podem ser dadas: a primeira diz respeito a uma não selectividade da Política Regional que comparticipou as regiões ricas e pobres dos Países menos desenvolvidos sem uma adequada discriminação. Por outro lado, a segunda explicação pode ser dada através dos investimentos que se

fizeram em infra-estruturas de transporte e de comunicação nas áreas económicas mais atractivas em desfavor de outras.

Esperamos que com este trabalho, os seus leitores possam ficar melhor elucidados com os vários aspectos ligados à convergência europeia que aqui foram tratados.

Assistindo-se actualmente à chamada era da globalização, pretende-se que esta dissertação possa ser aplicada no sentido de alargar o leque de conhecimentos sempre necessários para um maior domínio e controlo da realidade económica que se encontra em constante mutação.

Bibliografia

- **ABRAMOWITZ, M.** (1986) – *Catching-up, Forcing Ahead and Falling Behind*, Thinking About Growth and Other Essays on Economic Growth and Welfare, Cambridge University Press, London
- **ALVES, B.** (1996) – *No Futuro da Europa Regiões Para Quê?*, Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional da APDR, Covilhã
- **ANDERSSON, A. E.** (1998) – *Growth and Development Policy Under Economic Globalization*, comunicação apresentada no Summer-Institute da Associação Europeia de Ciência Regional, Agosto, Munique
- **ATTALI, J.** (1994) – *Europe(s)*, Fayard, Paris
- **BACHETLER, John et all** (1993) – *European Integration and Foreign Investment: The Regional Implications*, Visions and Strategies in European Integration, ed. Springer-Verlag, Berlim
- **BARRO, R. e SALA-I-MARTIN, X.** (1992) – *Convergence*, Journal of Political Economy, Vol. 100, nº 2
- **BARRO, R. e SALA-I-MARTIN, X.** (1995) – *Economic Growth*, McGraw-Hill, Inc. New York
- **BAUMOL, W.** (1986) – *Productivity, Growth, Convergence and Welfare: What the Long-Run Data Show*, American Economic Review, Vo. 76, nº 5

- **BEGG, I. e MAYES, D.** (1992) – *Cohesion as a Precondition for Monetary Union in Europe*, Economic Convergence and Monetary Union in Europe, Association for the Monetary Union of Europe, ed. by Ray Barrell, London
- **BENKO, G. et all** (2000) – *La Richesse des Régions: la Nouvelle Géographie Socio-Économique*, PUF, Paris
- **BOISCUVIER, E.** (2000) – *Convergence, Développement et Externalités Géographiques en Europe*, comunicação apresentada na Conferência Internacional da Regional Studies Association, EU Regional Policy: Progress, Problems and Prospects, 14 e 15 de Setembro, Aix-en-Provence
- **BURGEL, G. e LEVER, W.** (1996) – *Economic Restructuring in Western Europe*, The Spatial Impact of Economic Changes in Europe, Studies of Science in Europe, ed. William Lever e Antoine Bailay, England
- **CARLINO, G. e MILLS, L.** (1996) – *Testing Neoclassical Convergence in Regional Incomes and Earnings*, Regional Science and Urban Economics, Vol. 26, nº 6
- **CASELAS, A. et all** (1999) – *Regional Definitions in the European Union. A Question of Disparities?*, in Regional Studies, Volume 33.6
- **COLLIER, J.** (1994) – *Regional Disparities, The Single Market and the European Monetary Union*, Unemployment in Europe, ed. Jonathan Michie & John Grieve Smith, Academic Press, Inc., San Diego
- **COMISSÃO EUROPEIA** (1994) – *Competitividade e Coesão: Tendências Verificadas nas Regiões – Quinto Relatório Periódico Relativo à Situação*

Sócio-Económica e ao Desenvolvimento nas Regiões da Comunidade, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo

- COMISSÃO EUROPEIA (1999) – Sexto Relatório Periódico Relativo à Situação Sócio-Económica e ao Desenvolvimento nas Regiões da União Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo
- COMISSÃO EUROPEIA (1998) - Retrato das Regiões - Portugal, Eurostat – INE
- COMISSÃO EUROPEIA - The European Union: Cohesion and disparities
- COMISSÃO EUROPEIA - The Cohesion Fund: What is it?
- COMISSÃO EUROPEIA - Impacto dos Fundos Estruturais em Portugal
- COMISSÃO EUROPEIA (1996) - 8º Relatório Anual sobre os Fundos Estruturais
- COMISSÃO EUROPEIA (1997) - 9º Relatório Anual sobre os Fundos Estruturais
- COMISSÃO EUROPEIA - 1º Relatório sobre a coesão
- COMISSÃO EUROPEIA - Políticas regionais da Comunidade Europeia
- COMISSÃO EUROPEIA - Investigação e Desenvolvimento Regional

- COMISSÃO EUROPEIA - Quais os objectivos do FEDER?
- COMISSÃO EUROPEIA - Fundos Estruturais
- COMISSÃO EUROPEIA - Objectivos prioritários dos fundos estruturais
- COMISSÃO EUROPEIA - Quais os objectivos do Fundo de Coesão?
- COMISSÃO EUROPEIA - Como funciona o Fundo de Coesão?
- COMISSÃO EUROPEIA - Normas de funcionamento
- COMISSÃO EUROPEIA - Projectos do Fundo de Coesão
- COMISSÃO EUROPEIA - Fundos disponíveis
- COMISSÃO EUROPEIA - Como funciona o FEDER?
- COMISSÃO EUROPEIA - Princípios de aplicação dos fundos estruturais
- COMISSÃO EUROPEIA - Iniciativas Comunitárias
- COMISSÃO EUROPEIA - Recursos disponíveis
- COULOMBE, S. e LEE, C. (1995) – Regional Productivity Convergence in Canada, Canadian Journal of Regional Science, Vol. XVIII, nº 1

- **CUADRADO-ROURA, J.** (1995) – *Crescimento Regional y Competitividad Territorial*, III Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Faculdade de Economia, Porto
- **DEUS PINHEIRO, J.** (1994) – *Coesão Económica e Social*, Cadernos de Economia, nº 29
- **DOMINGOS, J. e BOUCINHA, J.** (1999) - *Portugal e a U.E. - Evolução Recente e Perspectivas*
- **DOWRICK, S. e GEMMEL, N.** (1991) – *Industrialization, Catching-up and Economic Growth: A Comparative Study Across the World Capitalist Economies*, The Economic Journal, Vol. 101, nº 405
- **DUNFORD, M. e SMITH, A.** (2000) – *Catching Up or Falling Behind? Economic Performance and Regional Trajectories in the “New Europe*, Economic Geography, Vol. 76, nº 2
- **FISCHER, M. et all** (1999) (ed.) – *Spatial Dynamics of European Integration – Regional and Policy Issues at the Turn of the Century*, Springer, Heidelberg
- **FREITAS, J. e SANTOS, V.** (1998) – *A U.E.M. e a competitividade das Empresas*, Economia e Prospectiva, número especial
- **GASPAR, V. e LEITE, A.** (1995) - *Cohesion and Convergence*, Working Paper nº 257, UNL - FE, 7/1995

- GOMES, M. e LOBO, M. - União Europeia - Auxílios de Estado e Conselho Económico e Social - Tendências Contraditórias, Documento de Trabalho, Working Paper, ME, Gepe
- GROSSMAN, G. e HELPMAN, E. (1994) – Endogenous Innovation in the Theory of Growth, The Journal of Economic Perspectives, Vol. 8, nº 1
- ILLERIS, S. (1993) – Regional Development in the Western Europe: A Mosaic Model, Visions and Strategies in European Integration, ed. por Lars Lundquist e Lars Olof Persson, Springer-Verlag, Berlim
- JEAN-PIERRE, P. (1999) – La Convergence Régionale Européenne: une Approche Empirique par les Clubs et les Panels, in Revue d'Économie Régionale et Urbaine nº 1 – 1999
- JENSEN-BUTLER, C. (1993) – Development Strategies in the South European Periphery: Comparisons with the Northern Periphery, Visions and Strategies in European Integration, ed. por Lars Lundquist e Lars Olof Persson, Springer-Verlag, Berlim
- KRUGMAN, P. (1991) – Geography and Trade, MIT Press, Cambridge
- LEVER, W. (1996) – The European Regional Dimension, The Spatial Impact of Economic Changes in Europe, Studies of Science in Europe, ed. William Lever e Antoine Bailay, Avebury, England
- LOPES, A. (1995) - Desenvolvimento Regional, 4ª edição, FCG

- LOPES, E. (1995) – *A Comparative Study of the Development Between Member-States*, comunicação apresentada no 35º Congresso da European Regional Science Association, Odense
- LOPES, E. (1999) – *Disparidade e Desenvolvimento Regional na União Europeia*, Universidade do Minho
- LÓPEZ-BAZO, E. et all (1999) – *Regional Economic Dynamics and Convergence in the European Union*, in The Annals of Regional Science, Vol. 33 – 1999, Number 3
- LUCAS, R. (1988) – *On the Mechanics of Development Planning*, Journal of Monetary Economies, Vol. 22, 1
- MAIER, G. (1998) – *Externalities, Growth and Regional Stagnation*, comunicação apresentada no 38º Congresso da European Regional Science Association, Viena
- MATEUS, A., BRANDÃO de BRITO, J. M. e MARTINS, V. (1995) - *Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*, Forum de Administradores de Empresas, Bertrand Editora
- MINISTÉRIO ADMINISTRAÇÃO INTERNA (1980) - *Livro Branco sobre a Regionalização*, SEARL
- MINISTÉRIO ADMINISTRAÇÃO INTERNA (1980) - *Livro Branco sobre a Regionalização - Anexos*”, SEARL

- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** (1994) - Fundos Estruturais em Portugal - Balanço do QCA - 1989/93, DGDR, 2/1994
- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO** (1994) - Sistema de Incentivos Regionais, SEPDR, DGDR (9/1994)
- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO** (1997) - Avaliação do impacto macroeconómico do QCA em 1994/96 (versão definitiva), SEDR, DPP (12/1997)
- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO** (1997) - QCA II - Relatório de Avaliação da Adicionalidade - 1997, SEDR, DPP (12/1997),
- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO** (1998) - Avaliação do impacto macroeconómico do QCA em 1994/97 (versão definitiva), SEDR, DPP (9/1998)
- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO** (1998) - QCA II - Relatório de Avaliação da Adicionalidade - 1998, SEDR, DPP (12/1998)
- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO** (1998) - Portugal - Economic and Social Indicators 1997, SEDR, DPP, Lisboa

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO (1998) - Portugal - Main Economic Indicators 1998, SEDR, DPP, Lisboa**

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO (1999) - Portugal - PNDES 2000-2006 - Ciclo de Encontros - Desenvolvimento Regional, SEDR**

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO - QCA do PDR - 1989/93, SEDR, DPP**

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO - QCA do PDR - 1994/99, SEDR, DPP**

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO - QCA do PDR - 1994/1999 - Modernização do tecido económico, SEPDR, DGDR**

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO - A visão estratégica para vencer o século XXI**

- **MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TERRITÓRIO - SIR - Dossier Síntese, CCRLVT**

- **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (1999) - A Economia Portuguesa - Estabilidade e Crescimento, Gabinete do Ministro**



- **MOLLE, W.** et all (1980) – *Regional Disparity and Economic Development in the European Community*, Saxon House, Hampshire

- **MOYART, L.** (2000) – *Structural Funds and Regional Development Strategies: evaluation of the impact of the Initiatives and Programmes of the E.U.*, comunicação apresentada na Conferência Internacional da Regional Studies Association EU Regional Policy: Progress, Problems and Prospects, 14 e 15 de Setembro, Aix-en-Provence

- **PACK, H.** (1994) – *Endogenous Growth Theory: Intellectual Appeal and Empirical Shortcomings*, The Journal of Economic Perspectives, Vol. 8, nº 1

- **PHELPS, E.** (1996) – *Golden Rules of Economic Growth*, Norton, New York

- **PIRES, L.** (1998) - *Política Regional Europeia e Portugal*, FCG

- **QUAH, D.** (1993) – *Galton's Fallacy and test of the Convergence Hypothesis*, Scandinavian Journal of Economics, Vol. 95

- **QUAH, D.** (1995) – *Regional Convergence Clusters Across Europe*, Centre Economic Performance Discussion Paper nº 274, London School of Economics, London

- **RIVERA-BATIZ, F.** e **GINSBERG, R.** (1993) – *European Regional Economic Integration: Introduction*, Regional Science and Urban Economics, Vol. 23, nº 3

- **RODRÍGUEZ-POSE, A.** (1998) – *The Dynamics of Regional Growth in Europe*, Clarendon Press, Oxford

- ROMER, P. (1994) – *The Origins of Endogenous Growth*, The Journal of Economic Perspectives, Vol. 8, nº 1
- SÁ, L. (1994) – *As Regiões, a Europa e a Coesão Económica e Social*, Edições Cosmos, Lisboa
- SOLOW, R. (1956) – *A Contribution to the Theory of Economic Growth*, Quarterly Journal of Economics, Vol. 70, nº 1
- SOLOW, R. (1994) – *Perspectives on Growth Theory*, The Journal of Economic Perspectives, Vol. 8, nº 1
- STÖRH, W. (1983) – *Alternative Strategies for integrated regional development of peripheral areas*, The crises of the european regions, ed. By Dudley Development Institutes, London
- SUAREZ-VILLA, L. e CUADRADO – ROURA, J. (1993) – *Regional Economic Integration and the Evolution of Disparities*, Papers in Regional Science, nº 72
- THIRWALL, A. (1995) – *Alternative Approaches to the Analysis of Growth and their relevance to Portugal*, Conferência “Para onde vai a economia portuguesa?”, Jubileu académico de Francisco Pereira de Moura, Lisboa
- TONDL, G. (1997) – *The Changing Pattern of Regional Convergence in Europe*, comunicação apresentada no 37º Congresso da European Regional Science Association, Itália

- VITORINO, N. (1988) - Os fundos estruturais comunitários em Portugal, O Economista
- ZAMBUJO, T. (1988) - Feder - instrumento decisivo para o desenvolvimento, O Economista, 7/1988

Apoios regionais estatais e Fundos Estruturais e de Coesão, 1996-98

	Apoio total do Estado na UE (milhões de euros, média anual)	Apoio total do Estado a favor das regiões (milhões de euros, preços correntes)			Total dos F.E. e F. de Coesão (milhões de euros, preços 1994)		
		Média anual 1996-98	Regiões Art.87 (3)(a) ¹	Regiões Art.87 (3)(c)1	Média anual ² 1996-98	Objectivo 1	Objectivo 2/5b
E	4709	266	60	206	7067	4383	513
EL	1306	585	585		2956	2330	
IRL	688	229	229		1234	937	
P	1471	35	35		2940	2330	
TOTAL UE4	8174	1115	909	206	14197	9980	513
A	1186	144	30	113	263	27	84
B	2532	241	0	241	349	122	70
DK	1356	10	0	10	141	0	29
D	26808	7846	7210	548	3622	2273	466
F	13887	1803	657	1146	2490	365	1001
FIN	500	66	0	66	276	0	62
I	15853	6421	6141	280	3608	2477	394
L	78	32	0	32	17	0	4
NL	1963	78	0	78	436	25	133
S	1570	194	0	194	217	0	49
UK	5881	876	234	642	2164	393	900
TOTAL UE15	79788	18826	15181	3556	27780	15662	3705

¹ O Artigo 87(3)(a) do Tratado prevê o apoio para promover o desenvolvimento económico das regiões desfavorecidas, o Artigo ((3)(c) prevê o apoio para facilitar o desenvolvimento de certas áreas ou actividades económicas

² Incluindo iniciativas Comunitárias

Fonte: DG COMP, DG REGIO

PIB per capita (em PPC) nas regiões Objectivo 1, 1988-1998

Região ¹	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Hainaut	77	76	76	76	78	82	84	82	81	80	79	79
Obj. 1 Belgique-Belgie							84	82	81	80	79	79
Berlin_Ost_Stadt				47	58	72	73	80	77	74	71	70
Brandenburg				39	48	57	59	66	73	74	72	71
Mecklenburg-Vorpommern				37	45	52	53	60	72	73	72	71
Sachsen				36	44	53	54	61	74	75	73	71
Sachsen-Anhalt				36	45	54	55	61	68	70	69	68
Thuringen				32	43	52	53	60	68	70	70	70
Obj. 1 Deutschland				37	46	55	56	63	72	73	71	70
Anatoliki Makedonia, Thraki	52	53	52	53	55	56	57	59	56	56	55	55
Kentriki Makedonia	58	58	57	58	61	63	64	65	65	69	68	68
Dytiki Makedonia	63	63	61	61	59	58	60	60	60	61	60	60
Thessalia	54	57	54	56	56	57	58	60	57	58	57	57
Ipeiros	43	42	39	40	41	42	43	43	43	43	42	42
Ionia Nisia	55	54	52	53	55	58	59	60	56	57	56	56
Dytiki Ellada	48	50	48	50	51	53	55	56	53	53	53	53
Sterea Ellada	72	72	68	68	64	64	66	65	83	85	84	84
Peloponnisos	58	57	55	56	56	56	57	58	53	53	52	53
Attiki	61	62	61	62	66	70	72	73	76	75	74	74
Voreio Aipaiο	44	41	41	43	45	47	48	49	59	61	61	61
Notio Aigaiο	68	67	65	66	68	71	73	74	74	78	77	77
Kriti	57	64	61	62	64	67	68	71	65	68	67	67
Obj. 1 Ellada	58	59	57	58	60	63	64	65	66	67	66	66
Galicia	57	57	56	58	57	60	62	61	63	64	64	64
Principado de Asturias	70	70	68	70	69	72	74	73	71	71	72	72
Cantabria	72	74	73	74	74	75	76	76	73	74	74	76
Castilla Y León	67	66	65	67	66	72	74	73	75	75	74	74
Castilla-La Mancha	60	61	62	63	62	65	67	66	65	67	66	67
Extremadura	49	48	48	50	50	55	56	56	50	51	50	50
Comunidad Valenciana	72	73	75	77	76	75	76	75	75	76	76	77
Andalucia	55	54	57	59	57	57	58	58	58	58	58	58
Región de Murcia	66	67	70	71	69	68	70	69	65	66	67	67
Ceuta Y Lelilla	64	63	63	66	63	67	69	68	65	66	66	67
Canarias	73	72	71	72	73	74	76	75	73	74	75	77
Obj. 1 Espanha	62	62	63	65	63	65	66	66	66	66	66	67
Corse	78	76	76	76	76	82	84	82	78	76	74	77
Guadeloupe	37	37	37	37	39	40	41	40	56	54	52	52
Martinique	51	50	50	52	52	53	54	54	63	61	59	60
Guyane	49	51	53	54	52	50	51	48	59	55	53	53
Reunion	43	43	45	47	48	46	47	46	53	51	50	50
Obj. 1 France	49	49	49	50	51	51	52	52	60	57	56	56
Ireland	64	66	71	72	76	81	83	91	93	94	104	108
Abruzzo	87	87	89	89	90	87	87	89	88	88	86	84
Molise	78	76	76	76	76	74	75	77	78	79	81	79
Campania	68	68	69	68	68	66	68	67	65	65	65	64
Piclia	73	71	71	72	71	69	70	72	67	67	66	65
Basilicata	64	62	63	63	64	64	66	67	71	73	72	72
Calabria	57	59	56	59	58	59	60	59	61	61	61	61
Sicilia	66	64	67	69	69	68	69	67	66	66	66	65
Sardegna	73	72	73	76	77	76	78	76	76	76	76	76
Obj. 1 Italia	69	68	69	70	70	68	70	68	68	68	68	67
Flevoland	73	75	76	74	72	73	75	78	83	78	82	81
Obj. 1 Nederland							75	78	83	78	82	81
Burgenland	62	61	64	65	65	70	72	72	68	70	69	69
Obj. 1 Osterreich							72	72	68	70	69	69
Norte	54	57	52	53	56	58	60	62	63	63	65	66
Centro	45	45	48	49	52	54	55	58	61	61	64	65
Lisboa e Vale do Tejo	84	86	78	82	81	85	87	89	89	89	94	95
Alentejo	39	40	54	51	50	53	54	56	59	62	65	67
Algarve	56	54	63	65	69	69	71	70	71	72	75	76
Açores	43	45	43	44	46	48	49	50	50	50	51	52
Madeira	43	45	41	45	47	49	51	52	55	55	57	58
Obj. 1 Portugal	61	63	60	62	63	66	68	70	71	71	74	75
Merseyside	80	77	74	70	71	74	75	74	69	70	72	73
Highlands & Islands	83	77	80	81	80	79	81	81	76	76	77	77
Northern Ireland	76	75	74	75	76	78	80	80	75	75	78	77
Obj. 1 United Kingdom	76	75	74	75	76	78	80	78	73	73	76	75
UE15	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total objectivo 1 (89-99) ²	63	64	64	65	65	67	68	69	68	68	69	70
Total objectivo 1 (94-99) ³							66	68	69	70	70	70

O período está dividido em dois subperíodos para corresponder aos dois períodos programáticos, 1989-93 e 1994-99. O ano imediatamente anterior ao período programático é apresentado como base para se avaliar as mudanças ao longo do período. Para 1989-93, os valores em itálico são de regiões que não tiveram estatuto Objectivo 1 durante o período. Estas são excluídas do total para regiões Objectivo 1 e dos totais do país. Para este primeiro período, UE15 exclui novos Lander alemães. Para o segundo período, EU15 inclui os novos Lander.

¹ Só regiões integralmente elegíveis ao Objectivo 1 (1989-93 e/ou 1994-99)

² Só regiões com estatuto Objectivo 1 ao longo do período

³ Regiões com estatuto Objectivo 1 desde 1994 a 1996 (i.e. incluindo Abruzzo)

Taxas de desemprego nas regiões Objectivo 1, 1988-1999

Região ¹	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1998-93	1993-99
	% mão-de-obra												Var. Pontos %	
Hainaut	15,4	11,9	10,9	10,7	11,8	14,0	15,5	15,9	15,8	15,4	17,0	16,6	-1,4	2,6
Obj. 1 Belgique-Belgie						14,0	15,5	15,9	15,8	15,4	17,0	16,6	-1,4	2,6
Berlin_Ost, Stadt				9,7	14,0	10,9	11,1	9,4	11,2	14,7	18,6	17,3		6,4
Brandenburg				9,1	13,9	14,9	15,2	14,3	15,5	17,0	18,1	16,0		1,1
Mecklenb.-Vorpommeem				12,0	17,7	17,6	16,9	15,5	16,8	18,6	20,0	17,5		-0,1
Sachsen				8,6	13,9	14,8	15,8	14,1	15,3	17,0	18,1	16,2		1,4
Sachsen-Anhalt				9,9	15,7	17,4	18,2	16,3	18,0	20,4	21,4	19,9		2,5
Thuringen				9,9	15,4	15,9	16,0	15,1	16,0	17,4	18,4	14,3		-1,6
Obj. 1 Deutschland				9,6	14,9	15,4	15,9	14,4	15,7	17,6	19,0	16,7		1,3
Anat. Makedonia,Thraki	9,0	6,7	5,1	4,8	6,9	6,6	7,4	9,2	9,6	8,2	8,9	12,8	-2,4	6,2
Kentriki Makedonia	6,8	6,6	5,7	5,5	6,4	7,9	8,2	9,1	8,9	9,2	10,4	11,7	1,1	3,8
Dytiki Makedonia	6,0	5,7	9,0	7,2	7,4	9,8	9,1	13,2	16,3	13,8	11,3	14,6	3,8	4,8
Thessalia	6,9	6,5	7,0	6,2	7,3	7,2	6,9	7,6	7,6	7,5	10,7	12,8	0,3	5,6
Ipeiros	5,0	4,0	2,8	8,8	7,4	7,6	8,0	7,2	11,2	10,5	13,6	13,9	2,6	6,3
Ionia Nisia	3,4	2,8	3,1	3,5	2,5	3,8	3,4	5,3	5,5	6,2	3,8	5,5	0,4	1,7
Dytiki Ellada	7,2	7,2	6,9	7,8	8,6	9,4	10,5	8,2	8,6	7,9	10,9	11,8	2,2	2,4
Sterea Ellada	6,9	5,9	5,8	6,3	10,8	9,5	10,6	9,2	10,3	12,0	12,8	14,2	2,6	4,7
Peloponnisos	5,8	4,8	5,2	5,0	7,3	5,8	6,3	6,0	6,4	7,5	8,1	7,6	0,0	1,8
Attiki	10,0	6,5	7,9	8,9	9,7	11,1	11,1	11,0	11,9	11,6	12,2	12,5	1,1	1,4
Voreio Alpaio	5,4	5,9	4,2	7,9	4,8	4,3	7,0	4,9	7,1	7,1	10,6	11,3	-0,7	2,8
Notio Aigaio	5,2	4,4	4,3	3,2	3,5	4,5	3,5	4,8	4,9	4,3	6,4	7,3	0,0	3,8
Kriti	3,5	2,4	2,2	3,6	3,3	3,5	3,5	4,1	3,4	4,3	7,1	7,3	0,0	3,1
Obj. 1 Ellada	7,7	6,7	6,3	6,9	7,8	8,6	8,8	9,1	9,7	9,6	10,8	11,7	0,9	3,1
Galicia	13,2	12,5	11,9	12,3	16,2	17,6	19,7	17,4	19,2	19,2	17,2	16,8	4,4	-0,8
Principado de Asturias	20,2	17,4	17,4	16,1	17,7	20,4	22,5	21,2	22,5	21,2	20,5	18,2	0,2	-2,2
Cantabria	21,8	17,6	16,9	15,4	16,3	19,9	24,4	21,7	24,8	21,1	18,6	15,7	-1,9	-4,2
Castilla Y León	17,8	17,4	15,5	14,5	15,3	19,5	20,7	20,7	20,2	19,1	18,9	15,6	2,9	-3,9
Castilla-La Mancha	16,6	14,8	13,3	13,6	15,3	19,5	20,7	20,7	20,2	19,1	18,9	15,6	3,2	-4,8
Extremadura	27,1	26,8	25,4	24,2	26,3	30,3	32,3	30,9	30,5	29,5	28,8	25,5	5,6	-9,6
Comunidad Valenciana	18,3	15,3	14,1	15,1	18,7	23,9	24,7	22,6	21,7	21,5	17,4	14,3	3,2	-5,6
Andalucía	29,2	27,2	25,9	24,7	27,0	32,4	34,7	33,8	43,8	31,9	29,9	26,8	6,9	-10,1
Región de Murcia	17,6	16,2	15,8	16,5	19,4	24,5	25,1	22,6	24,5	18,3	17,4	14,4	12,5	2,6
Ceuta Y Lelilla	35,4	31,7	29,8	29,7	25,5	22,9	27,9	33,5	27,3	26,4	24,8	25,5	5,4	-13,5
Canarias	22,5	22,5	23,1	24,4	24,7	27,9	28,3	24,0	22,0	20,9	19,8	14,4	3,9	-5,8
Obj. 1 Espanha (1989-93)	21,3	19,8	18,7	18,7	21,1	25,2	26,9	25,4	25,1	24,2	22,2	19,4	-	-8
Obj. 1 Espanha (1994-99)	-	-	-	-	-	25,1	26,9	25,3	25,1	24,1	22,1	19,3	-	-5,8
Corse	10,6	9,4	9,7	11,3	10,8	11,9	12,5	11,0	14,7	15,0	14,0	14,3	1,3	2,4
Guadeloupe	-	-	31,1	-	-	-	24,0	26,1	29,3	-	30,1	32,0	-	5,3
Martinique	-	-	32,1	-	-	-	26,2	26,0	27,2	-	28,1	32,0	-	1,0
Guyane	-	-	24,0	-	-	-	18,2	23,0	22,4	-	23,2	32,0	-	4,2
Reunion	-	-	36,9	-	-	-	31,7	34,3	36,8	-	37,9	32,0	-	5,1
Obj. 1 France /excl. DOM)	10,6	9,4	9,7	11,3	10,8	11,9	12,5	11,0	14,7	15,0	14,0	14,3	1,3	2,4
Obj. 1 France 2	-	-	-	-	-	25,1	25,2	26,6	29,0	29,1	29,6	29,7	-	4,6
Ireland	16,3	14,9	13,1	14,6	15,3	15,7	14,7	12,2	11,8	10,1	7,9	5,9	-0,6	-9,8
Abruzzo	9,3	9,5	19,0	8,0	6,9	9,2	9,4	8,9	9,9	9,6	9,1	10,6	-0,1	1,4
Molise	12,4	12,1	10,7	12,8	7,0	13,3	17,2	17,3	17,8	16,6	16,8	16,6	0,9	3,3
Campania	23,0	20,8	17,7	17,8	16,0	19,5	22,7	25,6	25,5	25,6	24,5	23,7	-3,5	4,2
Piclia	15,7	13,8	12,9	13,2	12,6	14,1	14,7	15,8	17,9	19,3	19,6	19,8	-1,6	5,7
Basilicata	21,5	18,9	19,0	17,0	14,7	13,1	16,2	18,9	19,4	19,4	18,4	17,3	-8,4	4,2
Calabria	22,6	23,2	20,1	18,6	16,8	21,2	21,8	23,7	25,0	24,5	27,1	28,7	-1,4	7,5
Sicilia	18,6	20,0	19,3	18,7	17,1	18,1	21,6	23,1	24,0	24,7	24,1	24,8	-0,5	6,7
Sardegna	18,4	17,6	16,8	15,7	15,2	19,6	20,0	20,6	21,8	20,8	20,3	21,9	1,2	2,3
Obj. 1 Italia	19,1	18,4	16,7	16,3	14,8	17,3	19,4	21,1	21,9	22,2	22,0	22,4	-1,8	5,0
Flevoiland	7,9	6,7	6,2	5,7	6,2	5,9	6,7	8,5	6,2	5,7	4,6	3,1	-2,0	-2,8
Obj. 1 Nederland	-	-	-	-	-	5,9	6,7	8,5	6,2	5,7	4,6	3,1	-2,0	-2,8
Burgenland	-	-	-	3,1	2,4	2,8	2,8	2,8	3,7	3,8	4,2	3,3		0,5
Obj. 1 Osterreich	-	-	-	-	-	2,8	2,8	2,8	3,7	3,8	4,2	3,3		0,5
Norte	3,6	2,9	2,6	2,7	3,1	4,5	5,8	6,5	7,0	6,9	5,4	4,7	0,9	0,2
Centro	3,7	2,9	2,0	2,3	2,5	3,6	4,4	4,0	4,1	3,4	2,5	2,4	-0,1	-1,2
Lisboa e Vale do Tejo	8,8	6,9	5,8	4,4	4,8	6,5	8,3	9,4	8,9	7,9	6,4	6,1	-2,3	-0,4
Alentejo	14,0	11,6	9,8	9,1	7,5	8,8	11,4	11,8	12,3	10,4	9,0	6,7	-5,8	-2,1
Algarve	5,5	3,1	3,8	3,9	2,8	5,1	6,8	6,6	8,1	8,3	6,8	4,7	-0,4	-1,4
Açores	2,2	2,5	3,0	3,7	3,4	5,3	6,6	8,1	7,2	5,5	4,4	3,7	3,1	-1,6
Madeira	4,8	5,5	5,0	3,0	3,0	3,7	4,6	4,8	5,5	5,5	4,1	3,4	-1,1	-0,3
Obj. 1 Portugal	6,0	4,8	4,1	3,6	3,8	5,3	6,7	7,3	7,4	6,7	5,3	4,7	-0,7	-0,6
Merseyside	15,7	15,1	14,4	14,9	15,2	15,0	14,4	13,3	11,6	10,3	11,8	11,7	-0,7	-3,3
Highlands & Islands	12,8	10,9	9,8	8,3	8,5	12,4	12,1	10,5	8,1	8,4	6,1	6,0	-0,4	-6,4
Northern Ireland	17,1	17,7	17,3	16,0	15,5	15,1	14,5	12,9	11,4	8,6	10,3	9,4	-2,0	-5,7
Obj. 1 UK (1989-93)	17,1	17,7	17,3	16,0	15,5	15,1	14,5	12,9	11,4	8,6	10,3	9,4	-2,0	-5,7
Obj. 1 UK (1989-93)	-	-	-	-	-	14,8	14,2	12,8	11,2	9,2	10,3	9,8	1,5	-5,0
UE15, excl. Nov. Lander ³	9,0	8,3	7,7	8,1	9,2	10,7	11,2	10,7	10,8	10,7	10,1	9,4		-1,3
UE15 ³	-	-	-	8,2	9,2	10,7	11,2	10,7	10,8	10,7	10,1	9,4	0,7	-0,5
Total objectivo 1 (89-99) ⁴	15,6	14,5	13,5	13,3	13,9	16,3	17,6	17,5	17,7	17,3	16,7	15,8		
Total objectivo 1 (94-99) ⁵	-	-	-	-	-	16,0	17,2	16,8	17,3	17,0	16,9	15,7		-0,3

¹ Só regiões integralmente elegíveis ao Objectivo 1.

² Não existem dados para os DOM em 1997 calculado com base nos dados de 1996.

³ Números do desemprego harmonizados da Eurostat.

⁴ Regiões com estatuto Objectivo 1 ao longo do período /excepto Abruzzo que já não era elegível 1997, mas que está incluído nos números de 1997 e 1998.

⁵ Regiões com estatuto Objectivo 1 durante o segundo período programático.

(incluindo as regiões em fase de transição)

	B	D	EL	E	F	IRL	I	NL	P	UK	A	FIN	S	UE13	%
1994-1999															
Infra-estruturas	113	1288	6406	11580	790	1319	5932	39	5271	1060	46	0	39	33882	29,8
Transportes	38		3999	6648	384	1066	2061	34	3101	505	0	0	20	17857	15,7
PIG	12		251	456	0	28	568	0	385	43	5	0	19	1767	1,6
Energia	0		865	678	13	53	731	0	0	223	6	0	0	2568	2,3
Ambiente & água	59		622	3306	371	119	2464	5	1253	289	35	0	0	8524	7,5
Saúde & Social	4		668	492	21	53	108	0	532	0	0	0	0	1878	1,7
Recursos humanos	106	4256	3287	7602	752	2730	2419	31	4753	1579	50	182	97	27844	24,5
Educação	10		1881	2166	105	1291	355	0	1890	40	6	70	58	7871	6,9
Formação	96	4256	1238	5436	647	1439	2064	31	2863	1539	44	112	40	19805	17,4
Outros			169												
Outros	486	10010	4216	9336	965	3046	8581	74	7028	2112	130	378	211	46573	41,0
Ambiente produtivo	291	5537	1009	4482	226	1286	4224	24	4060	1109	48	252	97	22644	19,9
Indústria e serviços	95	714	331	762	79	62	1157	12	504	215	10	0	14	3954	3,5
DTI	57	3759	2184	3504	566	1352	2649	33	2464	450	34	105	73	17230	15,2
Agricultura, des. rural, pescas	43	0	693	588	95	347	551	5	805	338	38	21	28	2746	2,4
Turismo	89	357	71	2628	195	545	119	20	805	386	6	0	20	5241	4,6
Outros	794	15911	13980	31146	2702	7640	17051	164	17857	5137	232	560	367	113540	100,0

A: 1995-99

(incluindo as regiões em fase de transição)

	B	D	EL	E	F	IRL	I	NL	P	UK	A	FIN	S	UE13	%
2000-2006															
Infra-estruturas	91	4340	9051	14442	1159	1414	8928	33	4655	201	11	0	76	44401	34,3
Transportes	4	3017	6496	7584	529	732	3227	8	2737	128	6	0	33	24495	18,9
PIG	37	15	336	240	13	47	728	16	609	1	4	0	43	2076	1,6
Energia	5	1308	721	246	98	41	606	0	532	4	5	0	1735	1,3	
Ambiente & água	45		875	5778	466	357	4246	3	777	67	0	0	150	13682	10,6
Saúde & Social	0		623	594	54	237	121	0	0	0	0	0	48	2406	1,9
Recursos humanos	171	5414	3983	8646	1249	867	4829	20	5040	272	53	266	150	30960	23,9
Educação	0	0	2765	2184	190	386	2645	3	2338	13	0	98	48	10670	8,3
Formação	171	5414	1218	6462	1059	481	2184	18	2702	260	53	168	102	20292	15,7
Outros															
Outros	338	8599	5355	9570	1328	698	9515	69	7875	387	181	651	443	45009	34,8
Ambiente produtivo	136	5160	791	4302	368	61	3338	38	4879	300	73	413	170	20029	15,5
Indústria e serviços	118	164	336	1008	75	305	1820	5	518	11	25	0	82	4467	3,5
DTI	44	3275	3045	3576	734	271	3668	21	2478	60	38	203	133	17546	13,6
Agricultura, des. rural, pescas	41		1183	684	151	61	690	6	3094	15	45	35	58	2968	2,3
Turismo	45	767	2562	1344	192	105	728	10	3094	16	5	0	52	8920	6,9
Outros	645	19120	20951	34002	3928	3084	23993	132	20664	875	250	917	721	129282	100,0

incluindo infraestruturas para educação co-financiadas pelo FEDER

ntic: DG REGIO

Euro-15	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	4,9	2,2	3,7	1,6	2,3	1,9	-0,3	1,8	1,8	2,2	2	2,8	2,6	2,6
Consumo Público	3,8	2,5	2	1,1	1,9	1,6	1	0,5	0,5	1,3	0,1	1,2	1,8	1,6
FBCF	5,6	-0,1	5,7	-0,1	-0,4	-0,8	-6,5	2,5	3,7	1,4	2,8	4,8	3,7	4,8
Exportação de bens e serviços	8,1	4,2	5	5,4	5	3,7	1,6	8,9	8,4	5,1	9,8	5,3	3,5	5,6
Importação de bens e serviços	8,8	2,7	7,4	4	4,1	3,9	-3	7,6	7,4	4,3	9,2	7,4	4,7	6,1
PIB	4,8	2	3,3	1,5	1,6	1,1	-0,5	3	2,4	1,8	2,7	2,9	2	2,7
Produtividade	2,9	1	1,5	1	0,6	1	-0,1	2,3	1,2	0,8	1,6	1,3	0,7	1,2
Emprego	0,3	0	1,5	-0,4	0,3	-1,3	-2,1	-0,1	0,7	0,4	0,6	1,2	0,8	0,9
Tx. de desemprego	2,3	6,4	8,9	10,2	8,2	9,3	10,7	11,1	10,8	10,9	10,7	10	9,6	9,2
Tx. de câmbio nominal	0,3	-3,9	6,3	-1,5	-3,6	2,5	-13	-2,1	5,2	2,5	-4,8	2,2	-3,4	-0,7
Tx. de câmbio real	89,9	93,4	93,7	96,2	100	105	92,2	89,3	93,6	97,4	91,5	92,9	89,6	88,3

Fonte: European Economy, nº 69

Alemanha	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	5,1	2,1	3,4	2,5	5,8	3,4	0	1,9	2,2	2,1	0,5	1,7	2,6	2,2
Consumo Público	3,8	1,5	1	-0,2	-2,9	1,7	-0,2	-0,8	0,3	0,8	-1,5	-0,6	1,1	1,5
FBCF	3,9	-0,3	4,8	1	6	3,5	-5,6	3,5	0	-1,2	0,1	1	1,8	3,1
Exportação de bens e serviços	7,6	4,7	5,2	4,3	12,6	-0,3	-5	7,9	6,6	5,1	11,1	5,9	3	5,3
Importação de bens e serviços	9,1	3,3	6,1	4,4	13,1	2	-5,9	7,7	7,3	2,9	8,1	5,2	3,8	4,8
PIB	4,3	1,7	3,4	1,9	5	2,2	-1,2	2,7	1,2	1,3	2,2	2,8	1,7	2,4
Produtividade	2,2	0,9	1,6	1,2	2,4	2,1	-1,1	2,1	0,5	1,2	2,2	2	0,8	1,4
Emprego	0,3	-0,2	1,5	-0,6	2,5	-1,8	-1,7	-0,7	-0,4	-1,3	-1,3	0	0,1	0,3
Tx. de desemprego	0,7	4,2	5,9	7,6	5,6	6,6	7,9	8,4	8,2	8,9	9,9	9,4	9	8,7
Tx. de câmbio nominal	2,6	3,2	4,5	1,6	-0,9	3,2	3,6	0,3	6,1	-2,5	-5,2	0,6	-0,8	-0,2
Tx. de câmbio real	98,5	106,6	104,9	110,3	100	106	111	111	119	114	105	103	101	100

Fonte: European Economy, nº 69

Áustria	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	4,6	2,4	3,2	2,2	2,8	3	0,7	1,8	2,9	2	0,7	2,1	2,2	2,2
Consumo Público	3,2	2,7	1,2	1,7	2,2	2	2,7	2,5	0	0,6	-3,9	1,3	1,5	1,5
FBCF	6,5	0,9	5,3	2,7	6,3	0,1	-2	8,4	1,2	2,5	2,8	5,9	4,4	4,4
Exportação de bens e serviços	8,6	6	5,9	4,2	5,9	1,7	-1,3	5,6	6,5	6,9	10,1	7,2	4,8	6,4
Importação de bens e serviços	8,6	4,8	5,6	4,8	6,5	1,8	-0,7	8,3	7	6,3	8,7	6,5	5,4	6,3
PIB	4,9	2,3	3,2	1,9	3,4	1,3	0,5	2,4	1,7	2	2,5	3,3	2,3	2,7
Produtividade	3,1	0,7	1,5	0,4	1	-0,3	-0,4	1	0,3	1,1	1,1	1,5	0,6	1
Emprego	-0,4	0,6	1,1	1,3	2,1	1,8	0,8	4,5	-0,2	-1,3	0,2	0,8	0,6	0,6
Tx. de desemprego	1,5	2,5	3,4	3,8	3,4	3,4	4	3,8	3,9	4,3	4,4	4,4	4,3	4,2
Tx. de câmbio nominal	0,7	2,8	2,8	1,1	-0,5	2,3	2,9	0,2	3,8	-2	-3,1	0,4	-0,5	-0,1
Tx. de câmbio real	82,6	93,1	101,3	105,8	100	103	106	108	111	107	102	102	101	100

Fonte: European Economy, nº 69

Bélgica	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	4,3	2	2,8	1,3	2,9	2,2	-1,3	1,6	0,9	1,8	2,1	3,7	2,4	2,3
Consumo Público	5,5	2,2	-0,1	1,3	2,2	0,4	1,3	1,7	0,7	1,4	0,8	1,7	1,3	1,2
FBCF	5,1	-0,6	9,3	-0,4	-4,7	1,3	-3,6	-0,1	4,2	0,5	5,4	4,6	3,4	4,9
Exportação de bens e serviços	9,3	2,8	5,7	3,7	3,1	3,5	-0,7	8,4	6	2,2	7,1	3,2	3,1	4,4
Importação de bens e serviços	8,9	2	6,9	3,4	2,8	4,1	-0,7	7,2	4,8	2,2	6,3	5	3,7	4,6
PIB	4,9	1,8	3	1,3	1,6	1,5	-1,5	2,6	2,3	1,3	3	2,9	1,9	2,5
Produtividade	3,1	0,9	1,4	0,6	0,5	0,8	-1,6	2,4	1,1	0,2	1,7	1,2	0,5	1
Emprego	0,5	-0,3	1,1	-0,2	0,1	-0,4	-1,1	-1	0,5	0,4	0,6	1,3	0,7	0,9
Tx. de desemprego	2	7,7	8,7	8,7	6,6	7,3	8,9	10	9,9	9,7	9,2	8,8	8,3	7,8
Tx. de câmbio nominal	0,4	-0,2	2,8	1,2	-0,1	2,1	1,1	1,8	4,5	-2	-4,3	0,3	-0,5	-0,1
Tx. de câmbio real	101,7	107,4	97,3	105,9	100	102	105	108	112	109	103	104	103	102

Fonte: European Economy, nº 69

Dinamarca	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	3,8	1,5	0,6	3,1	1,8	2,6	1,4	7,1	3,2	2,7	3,6	3,4	2	1,8
Consumo Público	5,8	3	0,6	2,2	0,7	0,9	4,1	2,9	2,4	2,4	2,2	2,2	1,6	1,5
FBCF	6,5	-0,9	0,9	3	-2,7	-0,1	-1,9	7,4	12,3	4,8	10,4	6,7	2,5	3
Exportação de bens e serviços	6,4	4	4,6	3,9	7	-0,5	0,1	8,2	4,7	4,2	4,3	1,2	2,8	3,8
Importação de bens e serviços	7,1	1,7	2,4	5	3,9	0,2	-1,2	13,2	10,8	4,2	7,6	5,1	3,7	3,6
PIB	4,3	2	1,3	2,6	1,4	1,3	0,8	5,8	3,2	3,2	3,3	2,7	1,7	2
Produtividade	1,7	0,9	0,5	2,4	1,4	1,6	1,6	5,7	1,9	1,9	1,3	0,6	0,4	1,3
Emprego	1,3	0,4	0,9	-0,3	-0,1	0,1	-2,3	-1,2	1,8	1	2,1	2,2	1	0
Tx. de desemprego	1	6,4	6,4	8,3	8,4	9,2	10,1	8,2	7,2	6,8	5,6	5,1	4,6	4,8
Tx. de câmbio nominal	0,1	-1,1	3	1,3	-1,5	2,6	2,6	0,1	4,8	-0,8	-3,3	0,9	-0,3	-0,1
Tx. de câmbio real	90	102	102,7	101,1	100	101	102	98,7	103	102	101	105	106	106

Fonte: European Economy, nº 69

Espanha	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	7,2	1,6	4,7	1,2	2,9	2,2	-2,2	0,9	1,6	2	3,1	3,8	3,7	3,5
Consumo Público	4,5	5	6,6	2,4	5,6	4	2,4	-0,3	1,8	0,9	1,4	1,6	2	2,4
FBCF	10,5	-0,9	11,6	-0,4	1,6	-4,4	-11	2,5	8,2	1,3	5,1	9	8,4	8,8
Exportação de bens e serviços	11,9	5,9	3,9	10,1	7,9	7,4	8,5	16,7	10	10,6	14,8	7,8	6	7,7
Importação de bens e serviços	17,3	2,5	14,7	6,6	9	6,9	-5,2	11,3	11	7,4	12,2	10,6	9,3	10,3
PIB	7,2	1,9	4,5	1,5	2,3	0,7	-1,2	2,3	2,7	2,4	3,5	3,8	3,3	3,5
Produtividade	5	1,7	1	0,6	0,2	0,6	0	1,7	0,5	0,4	0,7	0,4	0,3	0,4
Emprego	0,8	-1,4	3,2	-0,4	0,2	-2,1	-4,4	-1	2,5	2,9	2,8	3,4	2,6	2,5
Tx. de desemprego	2,6	11,3	18,9	21,1	16,4	18,5	22,8	24,1	22,9	22,2	20,8	18,8	17,3	15,8
Tx. de câmbio nominal	-0,7	-4,9	2,9	-3,1	0,2	-2,1	-12	-6,2	1	0,9	-4,8	-0,1	-0,6	-0,1
Tx. de câmbio real	71,1	84	86,1	92	100	101	91,4	85,3	86,1	87,9	83,9	84,4	83,5	83,1

Fonte: European Economy, nº 69

Finlândia	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	5,2	2,5	3,7	-0,2	-3,6	-4,5	-3,1	2,6	4,2	3,4	2,2	5,1	3,8	2,8
Consumo Público	5,4	4,3	3,2	0	2	-2,3	-4,3	0,3	2	2,5	2,9	0,4	1,2	1,3
FBCF	4,8	1,1	4,8	-6,7	-19	-17	-17	-2,8	11,9	8,7	14,2	8,2	6,7	6,6
Exportação de bens e serviços	7,1	4	2	7,7	-7,3	10,4	16,7	13,1	8,7	6,1	14,2	6,6	4	6,1
Importação de bens e serviços	7,2	2,9	6,2	2,2	-14	0,6	1,3	12,8	7,9	6,3	11,4	8,1	5,6	6,6
PIB	5	2,7	3,4	0,3	-6	-3,2	-0,6	3,7	4	4,1	5,6	4,9	3,7	3,9
Produtividade	2,7	1,3	2,1	2,3	-3	1,6	3,8	4,9	3,1	3,4	3,7	3	2,1	1,9
Emprego	0,3	1	0,2	-2,6	-4,9	-7,1	-6,1	-0,9	2,2	1,5	3,4	2,1	1,8	1,1
Tx. de desemprego	2,1	4,8	4,2	13,7	6,7	11,9	16,6	16,8	15,6	14,8	12,7	11,4	10,1	9,4
Tx. de câmbio nominal	-2,3	-0,4	1,6	-2,7	-3,8	-13	-13	7,9	11	-2,7	-3,3	-0,6	-0,8	-0,2
Tx. de câmbio real	80,8	82,5	94,5	79	100	82,6	66,8	70,6	78,5	75,4	71,4	71,9	70,5	70,3

Fonte: European Economy, nº 69

França	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	5,3	2,4	3,2	1,3	1,4	1,3	0,2	1,4	1,7	2	0,9	3,7	2,8	2,8
Consumo Público	4	2,9	2,1	2,2	2,8	3,4	3,5	1,1	0	2,6	1,2	1,1	1,6	1,5
FBCF	7,7	-0,2	5,9	-1,1	0	-2,8	-6,7	1,3	2,5	-0,5	0,2	4,1	4,1	4,1
Exportação de bens e serviços	9,1	4,4	5	4,3	4,1	4,9	-0,4	6	6,3	5,2	12,1	6,3	2,9	4,8
Importação de bens e serviços	10,4	2,3	7,5	2,5	3	1,2	-3,5	6,7	5,1	3	7,7	8	4,2	5,4
PIB	5,4	2,2	3,2	1,2	0,8	1,2	-1,3	2,8	2,1	1,6	2,3	3,2	2,3	2,7
Produtividade	3	0,9	1,7	0,5	-0,3	0,8	-1,2	2,2	0,8	0,8	1,6	1,8	1	1,4
Emprego	0,7	0,1	0,8	-0,1	0,1	-0,7	-1,2	-0,1	1	0,2	0,2	1,3	1,1	0,9
Tx. de desemprego	2	6,4	9,7	11,3	9,5	10,4	11,7	12,3	11,7	12,4	12,4	11,9	11,5	11
Tx. de câmbio nominal	-0,7	-2,5	2	1,6	-1,9	3,6	2,7	0,9	4,2	0,1	-4	1	-0,8	-0,2
Tx. de câmbio real	120,5	112,6	105,3	104,5	100	102	105	104	108	108	103	103	101	101

Fonte: European Economy, nº 69

Grécia	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	6,8	3,4	3,1	1,8	2,8	2,4	-0,8	2	2,7	1,9	2,5	1,8	2	2
Consumo Público	6,2	5	-0,1	0,6	-1,5	-3	2,6	-1,1	5,6	1	-0,4	0,4	-1	-0,8
FBCF	9,6	-2,2	2,3	1,3	4,8	-3,2	-3,5	-2,8	4,2	8,8	9,6	9,7	10,6	10,6
Exportação de bens e serviços	11,4	5,8	3,9	3,4	3,7	10,4	-3,3	6,6	0,5	3	5,3	9,2	5,7	6,5
Importação de bens e serviços	12,9	2,9	8,5	3,8	6	1,3	0,2	1,3	9,2	4,9	5,4	5,7	5,8	6,1
PIB	8,5	1,7	1,2	1,4	3,1	0,7	-1,6	2	2,1	2,4	3,2	3,7	3,4	3,6
Produtividade	6,1	-0,4	-0,1	0,2	3,8	-1,1	-3	0	0,8	0,8	2,7	2,7	1,9	1,9
Emprego	-0,5	1	0,7	0,7	-2,3	1,5	0,9	1,9	0,9	1,3	-0,5	0,2	0,7	0,8
Tx. de desemprego	4,5	3,8	6,6	8,5	7	7,9	8,6	8,9	9,2	9,6	9,6	9,6	9,4	9,2
Tx. de câmbio nominal	-1,3	-9,3	-10,8	-6,3	-11	-7,6	-7,7	-6,7	-2,5	-1,8	-2,7	-5,8	-1,3	-0,1
Tx. de câmbio real	135,2	104,6	99	106,3	100	100	102	105	112	120	124	119	121	121

Fonte: European Economy, nº 69

Holanda	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	5,6	2	2,8	2,3	3,1	2,5	1	2,2	2	2,7	3	4,4	3,6	2,8
Consumo Público	2,9	2,8	2,2	1,2	1,5	1,7	1,5	1,1	0,3	1,2	1,5	2,8	3	2,5
FBCF	5,4	0	3,7	1,7	0,2	0,6	-2,8	2,2	4,8	5,4	6,8	4	1,2	2
Exportação de bens e serviços	9	3,1	5,3	4,6	4,7	2,9	1,5	6,7	6,7	5,2	6,7	6,4	3,8	5,4
Importação de bens e serviços	9,2	2,4	5,2	3,9	4,1	2,1	-2,1	6,7	7,5	5,3	7,1	7,6	4,5	5,5
PIB	4,9	1,9	3,1	2,3	2,3	2	0,8	3,2	2,3	3,1	3,6	3,7	2,3	2,7
Produtividade	2,2	0,9	0,9	0,9	0,5	0,5	0,1	2,7	0,5	1	1	1,1	0,5	0,8
Emprego	1,5	0,4	2,3	1,2	1,8	1,5	0	0,5	1,4	2	2,8	2,5	1,3	1,5
Tx. de desemprego	1,1	7,1	7,4	6,4	5,8	5,6	6,6	7,1	6,9	6,3	5,2	4	3,6	3,3
Tx. de câmbio nominal	0,8	1,9	3,2	1,3	-0,5	2,4	3,4	0,5	4,4	-2,1	-4,4	0,1	-0,3	-0,1
Tx. de câmbio real	101,5	119,9	106,3	104,1	100	102	105	104	108	105	101	103	104	104

Fonte: European Economy, nº 69

Irlanda	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	3,8	2,2	3,4	4,3	2,6	4,6	2,4	6,3	4,1	6,1	6,3	8,5	7,5	7
Consumo Público	5,2	3,7	-0,7	2,5	2,9	2,4	0,4	5	2,6	1,5	4,8	5	4	3
FBCF	9,9	0,7	4,5	3,7	-6,9	-1,9	-3,6	12,2	10,9	13,6	10,9	11,7	11,5	9
Exportação de bens e serviços	8,7	8	8,9	12,2	5,3	13,6	9,6	14,2	19,6	11,8	16,9	20,2	14,7	13,6
Importação de bens e serviços	9,7	4,4	7,1	8,9	1,4	6,9	6,1	13,7	14,9	11,1	14,7	18	15	13,7
PIB	4,4	3,8	4,6	6,5	2,8	4,8	3,7	8,1	11,8	8,3	10,6	11,9	9,3	8,6
Produtividade	2,7	2,1	3	4,2	2	3,4	2,7	5,2	7,3	4,5	7,2	6,2	4,3	4,3
Emprego	0,1	0,1	1,1	2,3	0	1	0,6	3,1	5,1	3,9	3,2	6,1	4,9	3,8
Tx. de desemprego	5,6	10,6	15,5	14	14,8	15,4	15,6	14,3	12,3	11,6	9,8	7,8	6	4,7
Tx. de câmbio nominal	-0,8	-2,8	1,5	-0,1	-1,1	3	-5,4	0,4	0,3	2,5	1,8	-4,7	-1,5	-0,1
Tx. de câmbio real	104,7	106,3	109,9	96,4	100	103	98,4	96,1	90,6	90,7	90,4	86,2	85,5	86,1

Fonte: European Economy, nº 69

Itália	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	6	3,1	3,8	0,7	2,7	1,3	-3,4	0,9	1,4	1,2	2,4	1,9	1,8	2,3
Consumo Público	4	2,6	2,1	0,3	1,7	1,2	0,5	-0,6	-1,1	0,2	-0,7	1,4	1,3	1,3
FBCF	4,5	0,3	4,3	-1,2	0,8	-1,8	-13	0,5	7,1	0,4	0,6	3,5	2,9	5,8
Exportação de bens e serviços	10,1	4,9	5	6,3	0,1	6,8	9,8	10,3	12	-0,6	6,5	1,3	1	4,5
Importação de bens e serviços	10,2	3,2	8,1	2,6	3,3	7,4	-8,8	6,8	9,6	-1,7	11,9	6,1	1,3	5,8
PIB	5,3	2,7	3	1	1,1	0,6	-1,2	2,2	2,9	0,7	1,5	1,4	1,6	2,3
Produtividade	3,6	0,9	1,7	1	-0,3	0,5	0,3	2,7	2,6	0,1	1,1	0,7	0,8	1,3
Emprego	-0,5	0,6	0,6	-0,9	0,8	-0,6	-4,3	-1,6	-0,4	0,4	0,1	0,5	0,4	0,6
Tx. de desemprego	5	7	9,6	10,6	8,8	9	10,3	11,4	11,9	12	12,1	12,2	12,2	11,9
Tx. de câmbio nominal	-0,9	-6,8	1,5	-4,4	-1,6	-2,9	-16	-4,4	-8,7	9,4	-0,2	0,1	-1,1	-0,2
Tx. de câmbio real	79	73,2	90,5	83,6	100	97,1	80,6	76,1	69,1	79	80,6	78	76,8	76,1

Fonte: European Economy, nº 69

Luxemburgo	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	4,6	2,6	5,1	2,3	6,3	-0,9	1,7	2,4	2,4	1,9	2,8	3,8	2,5	3
Consumo Público	3,4	2,4	3,9	2,8	3,9	1,5	3,7	2	2,2	3,3	3,9	4	3,5	3
FBCF	4,9	-2,7	14,3	4,9	31,6	-9	28,4	-15	3,5	-1,7	8	9,7	3	4,2
Exportação de bens e serviços	6,3	2,9	6,1	4,2	6,7	4,8	2,8	4,4	4,4	2,3	4,6	8,1	5,6	5,9
Importação de bens e serviços	6,4	2,7	6,1	2,6	9	-0,8	2,8	-0,1	3,8	1	5,2	8,5	5	5,4
PIB	4	1,8	6,4	5	6,1	4,5	8,7	4,2	3,8	3	3,7	5,7	3,2	4,1
Produtividade	2,5	0,6	2,9	1,5	1,2	1,2	5,1	1	0,5	-0,3	0	0,9	0	0,3
Emprego	1	0,5	3,2	2,7	4,1	2,5	1,8	2,5	2,6	2,7	3,1	4,4	2,1	3,1
Tx. de desemprego	0	1,7	2,1	2,6	1,7	2,1	2,7	3,2	2,9	3	2,8	2,8	2,7	2,5
Tx. de câmbio nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tx. de câmbio real	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: European Economy, nº 69

Portugal	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	6	1,4	5,2	2,6	3,7	4,3	1,5	2,2	1,6	2,5	2,9	4,3	3,9	3,7
Consumo Público	9,1	6,7	6,3	3	10,3	1,1	0,9	2,1	2,2	2	2,5	3,3	2,1	1,1
FBCF	7,9	-1,3	11	2,6	3,5	4,8	-6	3,4	4,8	5,7	11,3	8,7	6,7	7,1
Exportação de bens e serviços	12	3,4	9,8	5,2	2,6	4,9	-3,6	8,7	9,1	10,2	8,4	9,4	5,7	7
Importação de bens e serviços	11,7	0,6	15,5	6,4	7,3	10,7	-3,3	9	7,8	7,5	11,7	11,5	9	7,9
PIB	6,9	2,2	5,5	2	2,3	2,5	-1,1	2,2	2,9	3,2	3,1	4	3,2	3,3
Produtividade	4	0,5	3,2	0,8	-1,1	2	-1,1	1,5	1,9	1,3	0,3	0,7	1	1,3
Emprego	0,3	0,4	1,7	-0,2	2,8	-1,8	-1,9	-0,2	-0,7	0,7	1,9	2,5	0,8	0,5
Tx. de desemprego	2,5	6,9	6,1	5,9	4	4,2	5,7	7	7,3	7,3	6,8	4,9	4,7	4,6
Tx. de câmbio nominal	0,5	-11,6	-4,7	-0,8	0,8	3,5	-6,4	-4,2	2,1	-0,2	-2,6	-1,2	-0,3	-0,1
Tx. de câmbio real	93,9	94,6	81,1	106,5	100	111	106	104	108	110	111	112	113	113

Fonte: European Economy, nº 69

Reino Unido	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	3	1,6	4,7	1,6	-1,7	0,4	2,9	2,9	1,7	3,6	4,2	2,6	2,2	2,5
Consumo Público	2,5	1,4	1,4	1,2	2,9	0,5	-0,8	1,4	1,6	1,7	0	1,5	3	2
FBCF	4,6	0,9	5,7	0,4	-8,7	-0,7	0,8	3,6	2,9	4,9	6,1	8	2,7	3,6
Exportação de bens e serviços	5,4	3,3	4,1	5,6	-0,2	4,1	3,9	9,2	9,5	7,5	8,4	2,7	2,5	5,4
Importação de bens e serviços	5,3	2,6	7	4,1	-5	6,8	3,2	5,4	5,5	9,1	9,5	7,8	4,7	5,8
PIB	3,2	1,4	3,3	1,8	-1,5	0,1	2,3	4,4	2,8	2,6	3,5	2,3	1,1	2,3
Produtividade	1,9	0,9	1,2	1,3	-0,2	0,7	2,6	2,5	1,1	1	1,4	0,7	0	1
Emprego	0,3	-0,1	2	-0,5	-2	-2,4	-1,2	0,7	1,1	1	1,8	1	0,3	0,5
Tx. de desemprego	1,9	6,9	9	9,3	8,8	10,1	10,4	9,6	8,7	8,2	7	6,3	6,5	6,6
Tx. de câmbio nominal	-2,1	-2,2	-1	-2,3	0,7	-3,7	-8,3	0,3	-4	1,7	15,8	3,9	-2	-0,4
Tx. de câmbio real	88	83,2	88,6	89,6	100	96	86,1	86,8	83,2	85,5	101	108	108	109

Fonte: European Economy, nº 69

Suécia	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Consumo Privado	3,4	1,1	2,4	0	0,9	-1,4	-3,1	1,8	0,8	1,3	2	2,6	2,7	2,9
Consumo Público	4,9	2,7	1,5	0,2	2,8	0	0,2	-0,7	-0,9	-0,2	-2,1	1,9	0,9	0,6
FBCF	4,4	0,5	5,5	-3,7	-8,9	-11	-17	2	12,4	3,7	-4,8	9,6	4,6	6
Exportação de bens e serviços	7,7	3,3	3	6,6	-2,3	2,3	7,6	14	12,9	6,1	12,8	7,3	4,3	5,6
Importação de bens e serviços	6	2,2	5,1	3,3	-4,9	1,1	-2,5	13,2	10,2	3,7	11,7	11	4,9	6,6
PIB	4,1	1,8	2,3	0,6	-1,1	-1,4	-2,2	3,3	3,9	1,3	1,8	2,9	2,2	2,7
Produtividade	2,3	0,5	0,8	1,7	-0,7	1,3	1,4	4	2,7	1,3	2,3	1,6	1,2	1,7
Emprego	0,6	0,9	0,8	-2	-1,8	-4,3	-5,5	-0,9	1,5	-0,6	-1	1,4	0,9	0,7
Tx. de desemprego	1,9	2,4	2	7,6	3,1	5,6	9,1	9,4	8,8	9,6	9,9	8,2	7,8	7,6
Tx. de câmbio nominal	0,3	-2,2	-0,1	-1,9	-0,2	1,4	-19	-1,1	0,1	9,7	-4,1	-1,6	-1,9	0,2
Tx. de câmbio real	100,7	94,2	90,5	87,4	100	98,9	79,8	79,1	78,2	88,7	84,9	85,4	83,8	83,8

Fonte: European Economy, nº 69

Disparidades no PIB per capita em PPC por região nos Estados-Membros, 1988-1998

Desvio-padrão do índice UE15=100

Estado-Membro	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
B	24,5	24,7	25,1	25,1	26,0	27,1	25,9	25,3	25,7	25,7	25,7
D				38,6	35,8	32,4	31,3	26,7	26,7	26,5	26,8
D-excl. Novos Lander	21,0	21,0	21,8	22,7	23,0	22,8	23,4	21,6	22,3	22,2	22,3
EL	6,1	6,5	6,3	6,1	6,6	7,6	7,8	10,4	10,2	10,1	10,2
E	13,9	14,9	14,9	16,0	15,9	15,2	15,9	17,1	17,7	18,4	19,1
F	28,6	28,6	28,9	29,9	28,9	29,9	30,8	28,2	28,2	27,0	26,5
IRL								13,9	14,0	16,8	17,3
I	25,7	25,8	24,8	24,7	24,9	24,7	25,5	28,6	28,7	27,8	27,6
NL	11,5	11,6	10,6	11,8	11,3	11,5	10,8	13,4	14,3	15,4	15,8
A	27,5	27,0	27,05	28,6	28,7	30,3	28,1	30,8	30,2	29,2	27,8
P	17,2	17,7	13,5	15,0	13,6	14,3	13,8	13,5	13,3	14,0	14,2
FIN	18,1	17,7	17,9	17,7	15,4	17,0	17,1	18,3	21,2	22,0	24,6
S	10,7	10,9	10,8	12,0	10,9	12,8	11,0	13,1	14,0	16,2	17,1
UK	21,2	20,7	20,2	19,2	19,6	20,6	18,3	31,4	31,7	33,4	33,9
UE15 (por região)				29,4	28,6	27,7	27,5	28,5	28,4	28,3	28,3
- excl. novos Lander	26,7	26,4	26,5	26,4	26,5	26,3	26,5	28,1	28,1	27,9	27,8
UE15 (por Est. Membro)				13,1	13,2	12,5	12,7	12,5	11,9	11,5	11,2
- excl. novos Lander	15,9	15,3	15,4	15,5	15,6	14,6	14,6	14,1	13,5	13,0	12,7
UE15 (nos Est.-Membro)				24,5	23,8	23,4	23,0	24,5	24,7	24,8	25,0
- excl. novos Lander	20,7	20,7	20,6	21,0	20,9	21,3	21,2	23,5	23,8	24,0	24,1

Até 1994: PIB (valores ESA79) para regiões NUTS2 (v.95); a partir de 1995: PIB (valores ESAS2 (v.98)

Fonte: Eurostat REGIO e cálculos DG REGIO

20 regiões com a maior e menor dimensão económica média e emprego na agricultura, 1997

	Unidade de dimensão europeia ¹		% total empregados		Unidade de dimensão europeia ¹		% total empregados
	1997	1997/93			1997	1997/93	
Voreio Aigaio (EL)	3,7	-8,0	24,2	West Midlands (UK)	48,6	29,0	1,9
Centro (P)	3,7	11,0	31,9	Centre (F)	49,2	26,0	6,5
Attiki (EL)	3,8	-23,0	1,0	Nord-Pas-de-Calais (F)	50,8	29,0	2,9
Dytiki Makedonia (EL)	4,0	22,0	23,4	Danmark (DK)	57,2	18,0	3,7
Ipeiros (EL)	4,1	-12,0	30,3	Yorkshire and Humb. (UK)	62,6	29,0	1,5
Madeira (P)	4,1	114,0	12,5	South East (UK)	65,5	45,0	1,7
Valle d'Aosta (I)	4,2	12,0	6,6	Oost-Nederland (NL)	68,6	25,0	4,2
Galicia (E)	4,2	-21,0	22,2	Champagne-Ardenne (F)	71,1	15,0	7,6
Nisia Ionia (EL)	4,4	-28,0	26,7	East Midlands (UK)	75,9	36,0	1,8
Asturias (E)	4,5	-29,0	11,1	Picardie (F)	78,6	24,0	5,3
Notio Aigaio (EL)	4,5	3,0	10,2	Noord-Nederland (NL)	84,2	21,0	4,9
Molise (I)	4,6	4,0	15,5	Zuid-Nederland (NL)	86,1	25,0	3,7
Kriti (EL)	4,7	-10,0	37,8	Sachsen (D)	87,3	28,0	2,9
Abruzzi (I)	4,8	-10,0	8,9	Ile-de-France (F)	89,3	27,0	0,4
Stereia Ellada (EL)	4,8	-11,0	31,8	Brandenburg (D)	95,1	-6,0	5,3
Dytiki Ellada (EL)	5,0	-7,0	41,5	West-Nederland (NL)	100,4	18,0	2,8
Lazio (I)	5,1	-16,0	4,6	Thuringen (D)	103,7	-9,0	3,9
Norte (P)	5,2	37,0	11,6	East Anglia (UK)	107,2	45,0	3,5
Calabria (I)	5,3	22,0	13,1	Mecklenburg-Vorp. (D)	159,5	16,0	6,5
Baleares (E)	5,3	6,0	2,3	Sachsen-Anhalt (D)	165,6	5,0	4,4
UE15	16,7	17,0	5,0				

As regiões a escuro têm uma quota de emprego na agricultura acima da média da EU.

¹ a Unidade de dimensão europeia é uma medida da dimensão económica em termos de rendimento gerado.

Fonte: Eurostat (Inquérito à estrutura das propriedades agrícolas e IFT).

Dimensão média, hectares

	Cooperativas ¹		Propriedades agric. Estatais ²		Outras propriedades ag. Colectivas ³ Mais recente	Propriedades agric. Individuais e privadas ⁴	
	Pré-transição	Mais recente	Pré-transição	Mais recente		Pré-transição	Mais recente
Bulgária	4000	637	1615	735	.	0,4	1,4
Estónia	4060	.	4206	.	449	0,2	19,8
Hungria	4179	833	2773	7779	204	0,3	3,0
Lituânia	.	.	6532	.	372	0,5	7,6
Letónia	5980	.	3140	340	309	0,4	23,6
Polónia	335	222	5186	620	333	6,6	7,0
Eslováquia	2667	1509	9443	3056	1191	0,3	7,7
República Checa	2578	1447	5001	521	690	5,0	34,0
Roménia	2374	451	470	3657	.	0,5	2,7
Eslovénia	.	.		371	.	3,2	4,8

¹ Pré-transição colectiva, presentemente a serem transformadas em cooperativas, ou associações provadas de produtores.

² Pré-transição das propriedades agrícolas estatais, presentemente estatais e empresas na posse ou controladas pelos Estado.

³ Presentemente empresas de accionistas, sociedades limitadas e outras entidades económicas.

⁴ Propriedades individuais antes da transição, presentemente geridas individualmente (a tempo parcial)